

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**SÔNIA APARECIDA LOBO**

**TRABALHADORES FRENTE À PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS:**

**Trajetórias, trabalho e subjetividade**

**Florianópolis (SC)**

**2007**

**SÔNIA APARECIDA LOBO**

**TRABALHADORES FRENTE À PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS:**

**Trajetórias, trabalho e subjetividade**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Sociologia  
Política do Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Santa  
Catarina.**

**Orientadora: Prof. Bernardete Wrublevski Aued**

**Florianópolis (SC)**

**2007**

**SÔNIA APARECIDA LOBO**

**TRABALHADORES FRENTE À PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS:**

**Trajetórias, trabalho e subjetividade**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Sociologia  
Política do Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Santa  
Catarina.**

**Florianópolis, março de 2007**

**BANCA**

**Prof. Dra. Bernardete Wrublewski Aued**

**Prof. Dr. Fernando Ponte**

**Prof. Dr. Jacob Lima**

**Prof. Dra. Maria Orlanda Pinassi**

**Prof. Dr. Ricardo Muller**

Aos meus pais, Jaime e Waldivina,  
que me deram a vida e o sentido dela.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os trabalhadores que de maneira direta ou indireta se envolveram nesta pesquisa: funcionários da universidade, professores e àqueles que generosamente nos concederam entrevistas.

Às instituições a que estamos vinculada, Universidade Estadual de Goiás e Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, pelo apoio expresso durante todo o curso e sem o qual não seria possível a sua realização.

Aos professores e alunos ligados ao Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, pelas ricas discussões; aos professores Paulo Sérgio Tumolo e Marcos Antônio Segatto Silva, membros da banca de qualificação, pelas críticas e contribuições oferecidas; e, especialmente, à prof. Bernardete W. Aued, pelo acompanhamento atencioso e afetuoso que nos dedicou.

## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre as trajetórias de trabalhadores, sua percepção sobre o seu cotidiano e os processos de trabalho dentro da indústria farmacêutica. A criação de um pólo farmacêutico em Goiás, na última década, movimentou capitais e atraiu trabalhadores para a região. Instaladas nas cidades de Goiânia e Anápolis, as indústrias têm passado por transformações tecnológicas e organizacionais, mesclando características do modelo fordista e toyotista. Aliadas a esse contexto, mudanças na legislação sanitária têm determinado as características específicas dos processos de trabalho dentro dessa indústria. Os trabalhadores, que vivenciaram uma mobilidade geográfica e ocupacional recente, defrontam-se com o trabalho fabril e com as rotinas restritivas inerentes à produção de medicamentos. Diante dele, tecem interpretações, e mesclam aceitações e negações frente às exigências sanitárias, de produção e controle.

**PALAVRAS-CHAVE:** indústria farmacêutica, trajetórias, processos de trabalho, controle sanitário, fordismo, toyotismo, subjetividade operária.

## **ABSTRACT**

The present work deals with the trajectory of workers, their perception of their daily lives and of labour processes in the pharmaceutical industry. The creation of a pharmaceutical complex in the Brazilian state of Goiás over the last decade has led to the transfer of capital and migration of workers to the region. Established in the cities of Goiânia and Anápolis, the industry has undergone technological and organizational transformations, blending characteristics of the Fordist and Toyotist models. Along with this context, shifts in the sanitary legislation have determined the specific characteristics of labour processes within this industry. Having experienced a recent geographical and occupational move, labourers are now faced with factory work and the restrictive routines related to the production of drugs, towards which they have engendered interpretations and an ambivalent position of acceptance and negation in face of the sanitary, production and control demands.

**KEY WORDS:** pharmaceutical industry, trajectory, labour processes, sanitary control, fordism, toyotism, labourer subjectivity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tabela: principais laboratórios farmacêuticos no Brasil na década de 1970.....	50
Figura 2 – Tabela: reajustes de remédios x inflação (em %).....	64
Figura 3 – Tabela: faturamento do mercado de medicamentos.....	65
Figura 4 – Tabela: participação das maiores empresas no faturamento.....	66
Figura 5 – Quadro: trajetórias anteriores ao trabalho na indústria farmacêutica.....	93
Figura 6 – Quadro: trajetórias de trabalhadores dentro do Laboratório A.....	158
Figura 7 – Quadro: trajetórias de trabalhadores dentro do Laboratório B.....	160



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Produção de medicamentos nos anos de 1970 – granulação.....	54
Fotografia 2 – Produção de medicamentos nos anos de 1970 – drageamento.....	54
Fotografia 3 – Inauguração do DAIA.....	86
Fotografia 4 – Trabalhadores durante as obras de construção do DAIA.....	86
Fotografia 5 – Pesagem de matéria prima.....	121
Fotografia 6 – Manipulação.....	121
Fotografia 7 – Secagem de granulado.....	122
Fotografia 8 – Compressão.....	122
Fotografia 9 – Esteira completa: manipulação, contagem, embalagem.....	123
Fotografia 10 – Sistema de Bin: elevador.....	123
Fotografia 11 – Sistema de Bin: misturador.....	124
Fotografia 12 – Controle do misturador no sistema Bin.....	124
Fotografia 13 – Tanque de manipulação.....	125
Fotografia 14 – Abastecimento da máquina de envase.....	125
Fotografia 15 – Operador da máquina de envase.....	126
Fotografia 16 – Máquina cravadora – mesa acumuladora .....	126
Fotografia 17 – Esteira: revisão e embalagem.....	127
Fotografia 18 – Processo de compressão – final dos anos de 1970.....	139
Fotografia 19 – Processo de compressão – ano de 2005.....	139
Fotografia 20 – Trabalhador equipado no setor de sólidos.....	176

## LISTA DE SIGLAS

**ABIFARMA:** Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica

**ALANAC:** Associação de Laboratórios Farmacêuticos Nacionais

**ANVISA:** Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**BIRD:** Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

**BPFs:** Boas Práticas de Fabricação

**CADE:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica

**CEME:** Central de Medicamentos

**CCQs:** Círculos de Controle de Qualidade

**CPI:** Comissão Parlamentar de Inquérito

**DAIA:** Distrito Agroindustrial de Anápolis

**EPI:** Equipamento de proteção industrial

**FCO:** Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

**FIPE:** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

**FEBRAFARMA:** Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**FOMENTAR:** Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

**GATT:** Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

**GRUPEMEF:** Grupo de Executivos do Mercado Farmacêutico

**ICMS:** Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IDE:** Investimento Direto Estrangeiro

**IDEC:** Instituto de Defesa do Consumidor

**IGTF:** Instituto de Gestão Tecnológica e Farmacêutica

**INTERFARMA:** Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

**IPI:** Imposto Sobre Produtos Industrializados

**IQUEGO:** Indústria Química de Goiás SA

**IR:** Imposto Sobre a Renda e Produtos de Qualquer Natureza

**JIT:** Just in time

**OMC:** Organização Mundial de Comércio

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**OTC:** Over the counter

**PIB:** Produto Interno Bruto

**POP:** Procedimento Operacional Padrão

**PRODUZIR:** Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás

**P&D:** Pesquisa e Desenvolvimento

**RDC:** Resolução da Diretoria Colegiada

**SENAI:** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SUMOC:** Superintendência da Moeda e do Crédito

**TJLP:** Taxa de Juros de Longo Prazo

**TRIPS:** Trade related aspects of intellectual property rights

**VISA:** Vigilância Sanitária

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>X</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1.1 Materialidade e subjetividade.....</b>	<b>02</b>
<b>1.2 Trabalho e alienação.....</b>	<b>05</b>
<b>1.3 Formas de subjetivação sob a ordem do capital.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4 Resistência e superação.....</b>	<b>16</b>
<b>1.5 Trabalhadores e mundo do trabalho no século XX e início do século XXI.....</b>	<b>21</b>
1.5.1 Hegemonia estadunidense, ascensão do keynesianismo-fordismo e subjetividade operária.....	21
1.5.2 Reestruturação produtiva e superação da crise do capital.....	28
1.5.3 O toyotismo.....	31
<b>1.6 Problema e metodologia.....</b>	<b>35</b>
<b>1.7 Organização da tese.....</b>	<b>41</b>
<b>2. A CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS DO CAPITAL E A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL.....</b>	<b>43</b>

<b>2.1 Breve histórico</b> .....	44
<b>2.2 Características da indústria farmacêutica no Brasil no período recente</b> .....	55
2.2.1 Produção de medicamentos e lei de patentes.....	59
2.2.2 Dados sobre o estágio de pesquisa e desenvolvimento.....	61
2.2.3 Produção de fármacos.....	62
2.2.4 Produção de medicamentos .....	63
2.2.5 Propaganda e <i>marketing</i> .....	69
<b>2.3 Medicamentos e políticas públicas</b> .....	71
<b>3. AS FORÇAS DO TRABALHO FRENTE AO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO</b> .....	79
<b>3.1 Andanças: três trajetórias</b> .....	79
<b>3.2 Entre o campo e a cidade: a mediação da palavra “liberdade”</b> .....	87
<b>3.3 Trajetórias e diversificação das ocupações</b> .....	93
<b>3.4 Para onde se dirigem os trabalhadores?</b> .....	98
<b>3.5 “Foi um mundo novo...” - O início do trabalho na indústria farmacêutica</b> .....	106
<b>4. AS CIRCUNSTÂNCIAS FAZEM OS HOMENS: PROCESSOS DE TRABALHO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS</b> .....	112
<b>4.1 A produção de medicamentos</b> .....	113
<b>4.2 A questão sanitária e a produção de valor na indústria farmacêutica</b> .....	128

4.2.1 Legislação sanitária, processos de trabalho e garantia da qualidade.....	130
<b>4.3 Formas de gestão e organização da força de trabalho.....</b>	<b>140</b>
<b>4.4 Cultura de empresa e estratégias para adesão dos trabalhadores.....</b>	<b>145</b>
<b>4.5 Os trabalhadores adequados ao capital.....</b>	<b>149</b>
<b>4.6 Instabilidade da força de trabalho.....</b>	<b>153</b>
<b>4.7 Mudanças ocupacionais nas trajetórias dos trabalhadores dentro das fábricas...157</b>	<b>157</b>
<b>4.8 O medo do desemprego: profissão e perspectiva para o futuro.....</b>	<b>163</b>
<b>5. MAS OS HOMENS FAZEM AS CIRCUNSTÂNCIAS: PERCEPÇÕES E NEGAÇÕES FRENTE AOS PROCESSOS DE TRABALHO.....</b>	<b>167</b>
<b>5.1 Do controle ao autocontrole: o corpo do trabalhador.....</b>	<b>168</b>
<b>5.2 Rotinas: o processo de trabalho.....</b>	<b>177</b>
<b>5.3 Novas tecnologias segundo os trabalhadores: entre o encanto e a ameaça.....</b>	<b>184</b>
<b>5.4 “Eu estou no limite!”: intensificação do trabalho e negação do saber operário.....</b>	<b>188</b>
<b>5.5 Produtores de medicamentos ou produtores de saúde?.....</b>	<b>195</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>212</b>
<b>OUTRAS FONTES DE PESQUISA.....</b>	<b>222</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>222</b>
<b>ENTREVISTADOS.....</b>	<b>223</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho é um mundo em mutação e nos últimos anos as mudanças têm sido intensas, afetando a vida de milhões de pessoas nas mais diferentes regiões do planeta. O avanço do capitalismo global provoca não só a migração de capitais como de força de trabalho. Profissões novas surgem e as antigas desaparecem rapidamente. A introdução da tecnologia da automação e da informática, dentre outras, exigem dos trabalhadores novas qualificações. A diversificação da força de trabalho, com a entrada definitiva das mulheres, transforma não só o mercado de trabalho, mas a própria relação entre os sexos. A crise do trabalho industrial e o crescimento do setor de serviços oferecem novos contornos à classe trabalhadora. A sonhada estabilidade, com emprego e profissão para a toda vida, torna-se cada vez mais distante e irreal para a maioria da população do planeta, e a precarização das relações de trabalho, mascarada pelas mais diferentes formas de “flexibilidade” e “empreendedorismo”, intensificam-se dentro de um contexto marcado pelo crescimento do desemprego.

Porém, se o mundo do trabalho é um mundo em mutação, onde “tudo que é sólido se desmancha no ar” (MARX, 2002:48), é também uma realidade que perpetua relações há muito consolidadas, dentre elas: a extensão e aprofundamento da extração de mais trabalho pelo capital, favorecido pelo desenvolvimento dos meios de produção e a acumulação crescente de capitais, à custa do aumento da pobreza mundial; as estratégias de centralização e deslocamento dos grandes capitais em busca de força de trabalho mais barata como forma de geração de valor; a manutenção de um “estoque” de força de trabalho disponível, garantindo a reprodução das relações de subordinação do trabalho ao capital; a negação das potencialidades humanas por meio do trabalho destituído de sentido.

A presente pesquisa tem a intenção de dar conta de algumas mudanças e permanências do mundo do trabalho que incide sobre a produção de medicamentos, em uma região pouco industrializada do Brasil: o estado de Goiás. Nesse espaço de produção, carregado de especificidades, o trabalhador e sua relação com o trabalho são o foco principal.

### **1.1 Materialidade e subjetividade**

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como a querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas do passado: a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Karl Marx, em “*O 18 Brumário de Luís Napoleão.*”

Pensar os sujeitos e suas trajetórias nos processos de transformação social não tem se revelado tarefa fácil. Ora privilegiando os indivíduos, ora as estruturas na determinação dos caminhos trilhados pela sociedade, as análises, via de regra, terminam por atribuir a um lado da balança uma importância superior em relação à outra.

Em texto escrito nos anos de 1930, Elias (1994:133) apontava o problema e identificava na história da sociedade contemporânea a gênese dessa oposição entre indivíduo e sociedade. Recorrendo ao uso dado à noção de “indivíduo”, notou que a família dos conceitos agrupados em torno desse substantivo é recente. Assim, no latim medieval a palavra *individualis* ou *individuus* referia-se ao que era indivisível. A palavra *individuum* era usada para expressar o caso singular numa espécie não se referindo apenas ao ser humano.



Na cultura escolástica, o termo “indivíduo” era ligado ao que é singular e no Renascimento passa a se referir à singularidade de cada pessoa comparada às demais. No século XVII, passou a servir de distinção entre o que era feito individualmente e o que era feito coletivamente. No século XIX, com o surgimento de movimentos sócio-políticos antitéticos, dá-se a formação de vocábulos como individualismo, de um lado, e socialismo e coletivismo de outro. Concretiza-se a oposição dos termos “indivíduo” e “sociedade”.

Essa oposição se expressou também na produção intelectual, orientando análises em que essa cisão se reproduzia. Dentro das ciências humanas essa dicotomia aparece como uma oposição entre análises que privilegiam o indivíduo como centro da ação, desvinculado da esfera social, em uma abordagem de caráter “psicologizante”. E outras, em que as estruturas sociais são determinantes, o sujeito se torna nulo e a sociedade aparece como uma entidade orgânica supra-individual. Constrói-se, nessa perspectiva, uma história sem rosto.

Na tradição marxista o papel do sujeito nos processos de transformação social foi, muitas vezes, relegado a segundo plano e, em alguns casos, como no estruturalismo, chegou a desaparecer. A história e os processos sociais apresentavam nessa leitura uma autonomia que redundava na “morte dos sujeitos”, uma vez que esses não encontravam expressão dentro dos grandes movimentos estruturais do capitalismo. A ênfase das análises era dada às forças produtivas. Essa abordagem, em que o peso da balança oscilava claramente para o nível macro-social, terminou por gerar críticas ao marxismo quanto a sua incapacidade de pensar os indivíduos como sujeitos ativos da história.

Na entanto, é importante percebermos que a unidade dos aspectos objetivos e subjetivos compõe uma totalidade de determinações e relações recíprocas. Para Iasi (2004:18), a relação entre sujeito e sociedade para a compreensão dos movimentos sociais e da história é parte constitutiva da análise marxiana.

A ação dos seres humanos cristaliza-se em produtos sociais que se autonomizam relativamente a estes, como na troca ampliada de mercadorias, de forma que o produto da ação coletiva assume uma racionalidade diversa da ação individual, portanto não podendo ser reduzida à inteligibilidade individual.

A superação da dicotomia sujeito/sociedade encontra-se na relação entre o sujeito que é constituidor ao mesmo tempo em que é constituído pela história, e na autonomia que a própria sociedade ganha nesse processo em relação ao sujeito individual. Ou seja, a ação dos sujeitos constrói a história, no entanto, essa construção é mediada pela forma como a sociedade em que aqueles se inserem está organizada, pelas suas relações econômicas: divisão e organização do trabalho, apropriação dos excedentes, bem como por suas tradições, cultura, costumes e política. Nas próprias palavras de Marx (1984:85): “Os indivíduos partiram sempre de si, mas naturalmente de si nos quadros de suas condições e relações históricas dadas. Não do indivíduo puro no sentido dos ideólogos, mas no curso do desenvolvimento histórico...”. É na articulação e no movimento dialético entre sujeito e sociedade que esta se organiza e a história se faz. A objetividade da história torna-se impensável sem uma correspondência com a subjetividade. Nesse sentido, o problema que se coloca é como compreender o desenvolvimento social e histórico por meio dessa mediação entre sujeito e sociedade. Ou, como diria Marx (2004:35): “Importa acima de tudo evitar que a ‘sociedade’ se considere novamente como uma abstração em confronto com o indivíduo. O indivíduo é o seu ser social.”

## 1.2 Trabalho e alienação

No pensamento de Marx, o trabalho tem uma dimensão histórica e ontológica fundamentais na formação do homem. É por meio do trabalho que o homem se humaniza. A dimensão ontológica do trabalho indica que o homem, ao trabalhar, transforma não somente a natureza, mas a si mesmo. Assim as dimensões objetiva e subjetiva seriam forjadas no trabalho por meio da práxis. A esfera da produção se torna o *locus* privilegiado e explicativo da condição humana. Para Marx (1988a:142) o trabalho é:

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural, imprimindo-lhe uma forma útil para a própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e a modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio [...] realiza na matéria natural o seu objetivo, subordina-a a sua vontade, exige sua atenção e mobiliza as forças físicas e espirituais do trabalhador.

O trabalho é uma condição eterna da produção e manifesta-se enquanto processo de trabalho<sup>1</sup>. Nele o ser humano modela a natureza ao mesmo tempo em que se modela corpo e mente.

Sob o capitalismo, o processo de trabalho, que resulta na produção de valores de uso voltados para a satisfação de necessidades humanas, adquire uma forma específica. O valor de uso passa a ser simultaneamente valor. O processo de trabalho é essencialmente

---

<sup>1</sup> Marx (1988a:146) nos diz que “o processo de trabalho é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais.”

processo de produção de mais-valia e não de produção simples de mercadorias.<sup>2</sup> Nesse contexto, produz e reproduz as relações capitalistas baseadas na distinção entre capitalistas e proletariado.

Para que essa forma específica de ordenação do trabalho, da produção e de apropriação das riquezas produzidas se concretizasse foi necessário um longo processo histórico. A liberação da força de trabalho servil, bem como a plena apropriação privada dos meios de produção, alienando a maior parte da população do acesso ao mesmo e tornando o próprio trabalho alienável no sentido da possibilidade de ser vendido como mercadoria, constituíram os princípios fundamentais da nova ordem social. A mesma dinâmica que expropriou os trabalhadores e alienou a sua força de trabalho transformou os meios sociais de subsistência e produção em capital. Assim, após a expropriação dos trabalhadores, duas espécies de possuidores de mercadoria irão se confrontar. De um lado, os possuidores do dinheiro (meios de produção e de subsistência) e, de outro os trabalhadores livres, (vendedores da força de trabalho). Marilena Chaui<sup>3</sup> nos diz que:

Para que o trabalho se torne alienado, isto é, para que oculte, em vez de revelar, a essência dos seres humanos, e para que o trabalhador não se reconheça como produtor das obras, é preciso que a divisão social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, desconsidere as aptidões e a capacidade dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para a sociedade e para si mesmos[...] sob os efeitos da divisão social do trabalho e da luta de classes, o trabalhador individual pertence a uma classe social – a classe dos trabalhadores – que, para sobreviver, se vê obrigada a trabalhar para uma outra classe social – a burguesia –, vendendo sua força de trabalho no mercado. Ao fazê-lo, o trabalhador aliena para um outro (o burguês) sua força de trabalho, que ao ser vendida e comprada, se torna uma mercadoria destinada a produzir mercadorias. Reduzido à condição de mercadoria que produz mercadorias, o trabalho não

---

<sup>2</sup> “No processo capitalista de produção, o processo de trabalho apresenta-se como meio e o processo de valorização, ou produção de mais valia como fim” (MARX, 1996:69).

<sup>3</sup> Introdução feita para *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue (2000:34).

realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista.

A possibilidade da venda da força de trabalho como se fosse qualquer outro objeto, traduzido na sua “vendabilidade”, enfrentou grandes obstáculos antes que se pudesse constituir enquanto um princípio universalmente aceito. Até a Idade Média a idéia de alienação era rigidamente controlada pelos princípios religiosos e políticos, o vassalo nada podia alienar sem o consentimento do seu superior, nem o burguês alienar as coisas da comunidade sem a permissão do rei. Esses entraves vão ser superados na medida em que as relações capitalistas avançam e que ganha corpo a noção de que cada um é livre para alienar o que é seu. Segundo Mészáros (2006:38), “a glorificação mistificadora da ‘liberdade’ como ‘liberdade contratualmente salvaguardada’ desempenhou um papel importante para retardar o reconhecimento das contradições subjacentes”. A livre venda de tudo, inclusive da força de trabalho, resultou em sua própria reificação e conseqüente desumanização.

Em *A Questão Judaica* (2004:29), Marx afirma que a alienação foi realizada por meio da transformação de todas as coisas em “objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação.” A alienação caracteriza-se, assim, pela possibilidade extensiva da vendabilidade, da coisificação da força de trabalho e pela fragmentação do corpo social em indivíduos perseguindo seus objetivos particularistas.

Se por meio do trabalho o homem se hominiza, é também por meio dele que o capitalismo produz a alienação. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1989), Marx aponta a alienação como tendo quatro dimensões: a primeira diz respeito a uma alienação do homem com relação à natureza; a segunda, uma alienação do homem consigo mesmo, ou auto-estranhamento que se dá no ato de produzir; a terceira, uma alienação do seu ser

genérico ou da espécie humana e, finalmente, uma alienação com relação aos outros homens.

A relação ser humano-natureza, mediada inicialmente pela atividade produtiva, passa a ser mediada pelo capital, e a própria natureza é transformada em valor de troca, em mercadoria. Num nível mais genérico, essa separação é concebida como a separação do ser humano do seu “corpo inorgânico”<sup>4</sup>. Por um lado, essa separação significa para o trabalhador que sua sobrevivência e reprodução não estão postas como certas, pelo intercâmbio de sua atividade com o meio natural, mas antes estão condicionadas à mediação da propriedade, do intercâmbio e da divisão do trabalho, conformando uma mediação de segunda ordem. Por outro lado, estabelece um distanciamento com relação a essa própria natureza. O homem não se vê como parte constitutiva da mesma.

A segunda dimensão da alienação ocorre relativamente à sua própria atividade produtiva, transformada em auto-alienação, como uma atividade que não lhe oferece satisfação por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa. Sob o capital, ocorre uma cisão entre os sujeitos e o produto de sua ação, de forma que os objetos se fetichizam. Como há uma intensa divisão entre concepção e execução no trabalho, e como o trabalhador não possui os meios de produção, o objeto produzido pelo trabalhador se lhe opõe como um ser estranho, como se fosse independente do produtor. Quanto mais o trabalhador produz tanto menos ele possui, e mais se submete ao domínio do capital. Dessa forma, a alienação não se revela apenas na apropriação do resultado do seu trabalho, mas ocorre durante o processo de produção. Para Marx (1989:159):

---

<sup>4</sup> A expressão “corpo inorgânico” é usada por Marx nos *Grundrisse*: “A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer” (1971:155) “... ao arrancar do homem o objeto de sua produção, o trabalho alienado lhe arranca... o seu corpo inorgânico, a natureza” (1971:157).

O objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como a desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e a servidão do objeto, a apropriação como alienação.

A alienação do trabalho decorre do fato de que o trabalho se torna exterior ao trabalhador, que não mais se afirma por meio dele, mas antes nega nele a sua própria essência.<sup>5</sup> Essa alienação da atividade produtiva se dá em três níveis: primeiramente porque o produto do trabalho distancia-se do trabalhador na medida em que foi produzido por necessidades alheias e não pelas necessidades dos trabalhadores; segundo, porque o que foi produzido, enquanto mercadoria, não é apropriado pelos produtores; e, em terceiro lugar, porque o produto do trabalho aparece como coisa existente em si mesma e não como resultado da ação do trabalhador.

A alienação do ser humano com relação ao seu ser genérico e a si mesmo resulta em um afastamento crescente do indivíduo com relação aos outros. No ato da produção não ocorre uma identificação entre o ser que produz e o ser que vive, entre o trabalho individual e o coletivo. As formas assumidas pelo processo de produção social fragmentam o indivíduo que, em última instância, passa a se perceber como ser isolado do contexto social. Decorrem daí algumas formas de subjetivação da realidade que se caracterizam pelo sentimento de isolamento social, pelo crescente processo de individualização e pela sobreposição do ter ao ser.

---

<sup>5</sup> Para Marx, a “essência humana” é a capacidade de socialização que se concretiza através do movimento histórico. “A essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais” (1984:109).

### 1.3 Formas de subjetivação sob a ordem do capital

As mudanças empreendidas na materialidade, na relação do ser humano com a natureza, na sua atividade prática, na relação com os outros seres humanos é que vão definir o seu processo de subjetivação. Isso significa dizer que a subjetividade não é pensada como uma essência interior, mas, ao contrário, ela se constitui na e pela prática. Assim, o processo de expropriação, as relações de assalariamento e de classe, bem como a alienação e fetichização da mercadoria, as formas como os diferentes grupos e sujeitos se relacionam com essas mudanças, marcam a construção da subjetividade sob o capital.

Podemos dizer que, sob o capital, os processos de subjetivação caracterizam-se pelo fortalecimento da individualidade e do isolamento social. Mészáros (2006) salienta que o ideal de liberdade individual surge na história humana na medida em que a dependência direta da natureza é superada pelas forças produtivas do capitalismo. Enquanto a dependência era uma preocupação geral da comunidade, as aspirações de uma forma distinta de liberdade individual só podiam se expressar marginalmente. O advento do capitalismo com o avanço vitorioso das forças produtivas permitiu um modo de vida que coloca ênfase na privacidade. Assim, ele diz:

À medida que avança a liberação capitalista do homem em relação a sua dependência direta da natureza, também se intensifica a escravização humana ante a nova “lei natural” que se manifesta na alienação e reificação das relações sociais de produção. Diante das forças e dos instrumentos incontroláveis da atividade produtiva alienada sob o capitalismo, o indivíduo se refugia no seu mundo privado “autônomo”. É o que ele pode fazer, porque o poder hostil da necessidade natural, que antes o unia aos seus semelhantes, agora parece estar sob controle. (MÉSZÁROS, 2006:326)



É importante lembrarmos que a autonomia com relação à natureza é sempre parcial e é fruto de uma construção social. Porém, as relações sociais de produção alienadas e reificadas, que asseguram o rompimento relativo do homem com a natureza, aparecem como rompimento da dependência social, como forma de autonomia do indivíduo, libertado de forma fictícia não só de seus laços com a natureza, mas com os outros homens.

A par dessa crescente autonomia, as mudanças sociais no que diz respeito às relações de trabalho e produção resultam numa forma específica de individualidade. Marx utilizará a expressão “indivíduos indiferentes” para caracterizar essa nova individualidade. Nos *Grundrisse* (1971:91) o autor afirma: “Os indivíduos apenas parecem independentes [...] apenas a quem se abstrai das condições de existência sob as quais estes indivíduos entram em contato[...] esta independência em si mesma é apenas uma ilusão que melhor seria designada como indiferença”. Essa indiferença aponta no sentido da superação de elementos que caracterizariam as formas antecedentes à produção capitalista.

Sob o capital, o valor torna-se o novo nexos social e se apresenta como independente, autônomo, alheio, naturalizado. Transforma-se assim a dependência pessoal que caracterizava as formas de produção anteriores. Nesse sentido, a instauração do valor como nexos social elimina e cancela as diferenças sociais preestabelecidas, ao mesmo tempo que gesta uma nova diferença.

Nessas condições, o produtor só é considerado como desgaste de cérebro, músculos e nervos, como trabalho abstrato, que elimina qualquer diferença ou determinação particular em relação à atividade, ao produtor e ao produto. A acumulação originária é condição para que a força de trabalho se transforme em mercadoria, como para que a atividade, o trabalho, desprenda-se de qualquer particularidade, tornando-se indiferente.

A ultrapassagem das diferenças e o surgimento da indiferença sob o capital coincidem com a separação do trabalhador com relação à natureza; as condições de

sobrevivência e reprodução dos indivíduos passam a ser destituídas de qualquer garantia social prévia. Em uma sociedade regida pelo mundo das “coisas”, os laços sociais também se coisificam. Assim, Silveira nos aponta que (1989:63):

No que concerne às formas anteriores, a indiferença da individualidade significa a eliminação, o ultrapassamento de formas de trabalho cristalizadas de sociabilidade, aqui, sob o nexos do valor de troca, o que se elimina e se abstrai são as diferenças qualitativas dos outros e de si mesmo, que são precisamente as diferenças que possibilitam que os indivíduos se tornem sujeitos. Com isso quero dizer também que na própria subjetividade está plasmada[...] de uma maneira profunda, a diferença que torna os indivíduos, sob o capitalismo, indiferentes: a diferença quantitativa, a comparabilidade quantitativa de si mesmo, dos outros e do conjunto das relações: a universalização da alienação.

Se a individualidade sob o capital se expressa como indiferença, a nova diferença se funda no mundo das coisas, no ter em contraposição ao ser. Marx, no terceiro *Manuscrito* (1989:197), aponta para o fato de que:

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós [...] em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais aparece assim a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido do ter.

Quanto ao trabalhador, “[...] se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz [...] com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX,1989:169). Assim a pobreza do trabalhador, como mercadoria, não se esgota em uma pobreza material; a ênfase recai na sua própria reificação, na impossibilidade de sua realização como ser social, expressa por Marx (1989:197) como o “rico carecimento humano”.

O processo de alienação caracterizado pela separação entre homem-natureza, homem-humanidade, homem-homem e com relação a si mesmo resulta na impossibilidade da realização do ser humano no que ele tem de específico: sua capacidade de produzir, criar e socializar-se.

De maneira sintética poderíamos dizer que sob o domínio do capital se conforma uma subjetividade que é marcada pela alienação nos diversos níveis que foram apresentados, por uma forma de individualidade marcada pela indiferença e simultaneamente, pela valorização do indivíduo. Conforme Elias (1994) nos chama a atenção, o caráter singular de uma pessoa com relação às outras passa a ocupar um lugar elevado na escala social de valores das sociedades contemporâneas. Distinguir-se, ser diferente passa a ser um ideal a ser seguido. Essa valorização do “único”, “pessoal”, ocorre em função de um processo de aprendizagem social e o ideal de individualização passa a fazer parte do seu ser, da sua psique.

Dessa forma, o sentimento contemporâneo de que somos indivíduos únicos, apartados da história, solitários em nossa essência, separados da sociedade, tem sua contrapartida nas próprias condições materiais em que nos encontramos.

Se a subjetividade dos seres humanos é conformada em sua relação com os processos históricos amplos, pensar no âmbito restrito da força de trabalho nos remete à dimensão da ação do sujeito. Marx (1982a:187) trata a força de trabalho como “o conjunto de faculdades vivas e mentais, existentes na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”. O trabalhador, no processo produtivo, vende a sua força de trabalho, mas essa força está indissolúvelmente ligada à sua pessoa.

Ao comprar a mercadoria “força de trabalho” o capitalista está, ao mesmo tempo, comprando uma qualidade e quantidade indeterminada, ligada ao sujeito que é seu portador.

Dessa forma, Lopes (2000:204) entende que:

O que ele compra (o capitalista) é infinito em potencial, mas limitado em sua concretização pelo estado subjetivo do trabalhador, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalha, pelas condições próprias da empresa e condições técnicas de trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esse e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem.

O próprio processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital, que transformou amplos setores da população, submetidos aos mais variados regimes de trabalho, em força de trabalho objetivada, exigiu do patronato modos diferenciados de acionar a subjetividade operária. Segundo Lopes (2000:101):

Para extrair sobretrabalho o capital necessita mobilizar e pôr a subjetividade operária (aptidões, habilidades) sob o seu comando. Desse modo, ao identificar os mecanismos diferenciados de apropriação da subjetividade pelo patronato, pode-se pensar as diferentes formas históricas (técnicas e organizacionais) assumidas pelo processo produtivo. O que se busca nesse processo é a sujeição dos sujeitos aos objetivos exclusivos do capital.

Nesse contexto de subordinação dos trabalhadores, foram tecidas diversas formas de resistência ao longo da história, evidenciando a luta contra a exploração e a alienação e a busca do controle da subjetividade dos trabalhadores.

Se a universalização da alienação leva à construção de uma subjetividade específica ligada ao desenvolvimento do capitalismo, é importante lembrarmos que não

existe alienação absoluta, como uma totalidade inerte. A capacidade dos sujeitos sociais de tecerem contraposições à alienação reinante, por meio de sua práxis, torna possível a sua superação. O trabalhador, no ato da produção, reproduz e ao mesmo tempo se opõe aos processos alienadores, estabelecendo-lhes resistências.

Compreender que a subjetividade dos trabalhadores se dá na práxis nos leva a abandonar qualquer compreensão determinística dos processos macro-sociais sobre os sujeitos trabalhadores. Significa também compreender que outros elementos constitutivos do sujeito – como sua história, cultura e tradições – podem vir a atuar na forma como esse sujeito trabalhador se relaciona com o capital em suas diferentes formas de organização.

#### **1.4 Resistência e superação**

Mészáros (2006) destaca que alienação e transcendência estão inter-relacionados, de maneira que não se pode falar de alienação sem mencionar o problema de sua superação. Porém, enfatiza também que o problema da transcendência não pode ser resolvido de forma definitiva, como se a humanidade estivesse caminhando para uma sociedade utópica e isenta de contradições, constituindo-se como fim da história.

O processo de superação da alienação é histórico, dependendo da ação dos seres humanos em suas inter-relações sociais. Para o filósofo (2006:228), a “substituição das mediações de segunda ordem capitalistas, alienadas e reificadas por instrumentos e meios de intercâmbio humanos conscientemente controlados é o programa sócio-historicamente concreto dessa transcendência”. Tendo como referência essas considerações iniciais,

faremos algumas reflexões sobre a questão da superação, a fim de não absolutizarmos a alienação.

Como havíamos destacado anteriormente, o trabalho que cria e explica ontologicamente a humanidade, é ao mesmo tempo o espaço da alienação na forma da divisão do trabalho. A relação original e primeira entre homem-atividade-natureza, fonte de toda a humanização, passa a ser mediada de forma secundária pela propriedade privada, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho próprios do sistema do capital, numa forma de mediação de segunda ordem. Para Marx a superação da alienação passa pela superação dessa mediação propriamente alienante. Mészáros (2006:78) nos diz que:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (propriedade privada-intercâmbio-divisão do trabalho), uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental do homem com a natureza. Essa mediação de segunda ordem só pode nascer com base na ontologicamente necessária mediação de primeira ordem – como forma específica, alienada, dessa última. Mas a própria mediação de primeira ordem – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana.

A superação da alienação não passa pela negação do trabalho em geral, mas da forma que assumiu sob o capital. A primeira forma de consciência do ser humano é a consciência dada pela materialidade, que se manifesta então como contingência. Trata-se de uma objetividade internalizada. É a consciência do ser fragmentado, marcada pelos processos de individualização. A questão que se coloca é de como, numa realidade marcada pela alienação, os seres humanos podem tecer a sua superação.

Iasi (2004:180) nos indica que a chave do movimento das formas de consciência é uma contradição “ou um jogo de contradições, cuja síntese é uma não correspondência

entre a antiga visão do mundo e o mundo real em movimento”. Ou seja, o que está colocado como real e verdadeiro pode ser questionado por meio das próprias contradições sociais. Talvez o exemplo mais claro quanto a essa questão diga respeito aos projetos de ascensão social, ao desejo de mudança de classe, manifestado pela maioria das pessoas e obliterado pela realidade, na qual raramente ocorrem. A não correspondência entre o que é objetivo e o que é colocado como possibilidade individual pode ser observada pelos sujeitos por meio de sua própria história ou daqueles que lhes são próximos. Essas contradições podem ser vivenciadas como sofrimento pessoal e interno sem que o sujeito perceba que se trata de uma contradição objetiva. Pode manifestar-se como frustração diante de sua trajetória de vida, como crise pessoal, ou ainda se expressar como revolta individual.

Iasi (2004:208) considera que o salto de qualidade na percepção das contradições e na elaboração de uma crítica à mesma parece surgir preferencialmente dentro dos grupos sociais.

O sentimento de pertencimento em relação a um grupo produz no indivíduo uma mudança qualitativa: o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dela desconhecia.

O grupo institui uma primeira possibilidade de negação do real instituído. O que se segue depende da natureza do grupo em que as pessoas estão inseridas e da qualidade das contradições que expressa, o que pode chegar a se constituir em uma impossibilidade de continuidade da produção social da vida, em uma contradição em que a própria existência social de um grupo, classe ou mesmo do ser humano de forma genérica se encontra ameaçada. As elevações dos níveis de contradição que podem ameaçar a reprodução da vida social podem, também, promover a coesão dos grupos num nível qualitativamente mais

elevado. “Essa circunstância produz uma identidade que não pode ser simplesmente reduzida ao mecanismo do grupo, muito menos derivados dos mecanismos individuais. Este é o salto do grupo em direção à classe” (IASI, 2004:247).

A possibilidade da emergência de um ser social como classe carrega duas possibilidades: a de integração à ordem do capital pelo amoldamento/consentimento, ou de enfrentamento de classes. As duas possibilidades aparentemente contraditórias integram-se na própria determinação do capital como forma societária hegemônica. Os seres sociais necessitam, para sobreviver, de se moldarem às estruturas constituídas dessa sociedade, daí a aceitação e incorporação de seus valores, como os princípios da individualidade, a busca pela ascensão social e sua negação como trabalhadores, assumindo a consciência do outro, da burguesia; ao mesmo tempo, essa própria estrutura pode ameaçar-lhes a existência enquanto seres humanos e sociais, o que levaria a uma oposição aos mecanismos de reprodução do capital.

Nesse sentido, remetemos-nos à compreensão de E. P. Thompson e Francisco de Oliveira sobre a formação de classes e de sua subjetividade/identidade. Thompson (1987:12) inscreve a sua análise dentro do processo de constituição da classe trabalhadora tendo como eixo o princípio de que as classes não são constituídas aprioristicamente, mas se fazem dentro do processo histórico e no confronto com o seu oposto:

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é a sua única definição [...] Não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico.

Nessa abordagem, a ação do sujeito na constituição das classes é alçada a primeiro plano, contrariando as análises em que há uma predeterminação da estrutura de



classe. Se as experiências de classe são determinadas pelas relações de produção, a consciência de classe é a forma como essas experiências são assimiladas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus. (THOMPSON, 1987:10)

Francisco de Oliveira (2003:18) considera que as classes sociais não se constituem em si ou para si, mas em relação a outras. Quando se pensa em consciência de classe deve-se ter em mente essa relação. A consciência de classe é o reconhecimento da existência do seu oposto. “Quando o trabalhador reconhece o capitalista como aquele que, ilusoriamente, lhe fornece o dinheiro de que necessita para comprar os elementos de sua subsistência é que se fundam o operariado e a burguesia.” Não é a autoconsciência, mas as consciências recíprocas entre as classes que dirão o que é “consciência de classe”. Nesse sentido, a identidade do trabalhador se constrói na medida em que pode reconhecer dentro da materialidade o seu oposto, o seu outro, mesmo que seja uma relação baseada em uma “ilusão” ou “alienada”.

Para Oliveira (2003:18), “a constituição das classes repousa sobre esse movimento complexo de produção e reprodução, e as representações das classes umas vis-à-vis das outras formam a trama insubstituível das mediações.” Nesse sentido, é na concreticidade das relações que a classe trabalhadora construirá sua própria representação de classe, sua identidade e sua negatividade frente ao outro.

Poderíamos dizer que, se são os sujeitos concretos que constituem a classe, é na mediação entre a ação do indivíduo e as determinações sociais que esta se coloca em movimento. Como afirma Marx (1984:49):

Em todos os estádios se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração, mas que por outro lado lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial. Mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias.

Esse processo não é linear, o que significa dizer que a classe e os sujeitos que a constituem podem caminhar tanto no sentido da superação quanto na produção de novas formas de fragmentação. Portanto, transcendendo ou reproduzindo os processos sociais e de produção existentes.

### **1.5 Trabalhadores e mundo do trabalho no século XX e início do século XXI**

Na história recente do capitalismo as diferentes formas de organização da produção, buscando maior produtividade e extração de mais-valia, demandaram diferentes comportamentos e atributos subjetivos aos trabalhadores tendo em vista a sua adequação ao mundo do trabalho. Formas inovadoras de controle da força de trabalho por um lado, e busca de adesão aos princípios capitalistas de geração de riquezas por outro, foram gestadas e constituíram o centro dos princípios da organização e gerenciamento do trabalho no século XX e início do século XXI. Marcam esse momento, a predominância do modelo taylorista-fordista e a emergência de novas formas organizacionais inspiradas no toyotismo. O que não significou o rompimento com o processo de individualização, alienação e

fetichização. Acompanhar essas mudanças nos permite compreender a relação entre capital e trabalho na atualidade, assim como a posição dos sujeitos frente a essas transformações.

### 1.5.1 Hegemonia estadunidense, ascensão do keynesianismo-fordismo e subjetividade operária

Após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo viveu o que Hobsbawm (1995) designa como a sua “época de ouro”. Caracterizado pela emergência, imbricação e consolidação do modelo keynesiano na economia, do fordismo como paradigma organizacional das empresas e de gestão da força de trabalho, e pela ascensão dos Estados Unidos da América como nação hegemônica, o capitalismo atingiu níveis de produção e acumulação inéditos.

O enfraquecimento do modelo liberal, marcado principalmente pela Grande Depressão dos anos de 1930 bem como pela ascensão de regimes políticos totalitários e que tinham à sua disposição mecanismos de planejamento eficazes, como na antiga União Soviética, fez com que a aceitação de políticas econômicas baseadas no planejamento e intervenção estatal crescesse, principalmente nas nações onde a crise havia sido mais aguda e onde a Segunda Guerra Mundial havia desestruturado a vida econômica. A crença no livre mercado, apesar de ainda encontrar defensores, estava visivelmente em baixa. O período pós-Segunda Guerra Mundial até início dos anos de 1970 foi caracterizado pela intervenção da economia pelo Estado e teve em Keynes sua maior expressão teórica.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Assim Hobsbawm (1995:268) se refere à repercussão, no meio intelectual, da adoção do keynesianismo após a Segunda Guerra: “Não foram mudanças pequenas. Eles levaram um estadista americano de férreas credenciais capitalistas – Averrel Harriman – a dizer de seus compatriotas, em 1946: ‘As pessoas deste país não têm mais medo de palavras como planejamento... as pessoas aceitaram o fato de que o governo tem de

O keynesianismo trouxe, também, a marca de um pacto social ampliado para alguns países europeus. O sonho de Henry Ford de que cada trabalhador pudesse vir a ser um potencial comprador de seus carros tornou-se cada vez mais real nos anos de 1950. A produção em massa visando a amplos mercados que se formavam pela inclusão crescente dos trabalhadores se tornou cada vez mais concreta nos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Europa. Tal política visava não apenas à recuperação econômica, mas também à proteção contra o avanço do socialismo no contexto da Guerra Fria, e teve desdobramentos os mais variados: desde a implantação de políticas protecionistas cada vez mais amplas para com os trabalhadores, formando o que se chamou de social democracia, até a domesticação do movimento sindical, que se tornou refém das políticas conduzidas pelo Estado, perdendo em grande parte sua autonomia e perspectiva revolucionária. A questão ecológica começa também a aparecer como uma contradição insolúvel dentro do contexto do capitalismo, como nos sugere Mézáros.<sup>7</sup>

A adoção desse modelo econômico e seus desdobramentos principais diziam respeito a uma pequena parcela do globo. Segundo Hobsbawm (1995), três quartos da população mundial exportavam, naquele momento, 80% da produção manufatureira. No entanto, teve reflexos nas mais diferentes regiões do mundo, inclusive no Brasil, que no período adota políticas de planejamento estatal, industrialização e expansão da produção,

---

planejar tanto quanto os indivíduos desse país' (Maier, 1987, p. 129). Elas fizeram um defensor do liberalismo econômico e admirador da economia americana, Jean Monnet (1888-1979), tornar-se um defensor do planejamento econômico francês. Transformaram Lionel (Lord) Robbins, um economista adepto do livre mercado que antes defendia a ortodoxia contra Keynes, e dirigira um seminário em conjunto com Hayek na London School of Economics, num diretor da semi-socialista economia de guerra britânica. ...Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação como movimentos trabalhistas organizados, contando que não fossem comunistas."

<sup>7</sup> Mézáros (2002) considera as práticas do capital sobre o ambiente natural como catastróficas e irredutíveis dentro do sistema, levando em última instância à própria destruição das condições básicas de reprodução sociometabólicas do capital.

porém, com uma pequena contrapartida social. O mesmo se verifica em vários países da América Latina, África e Ásia.

Cabe ainda destacar a grande importância que a ascensão dos Estados Unidos da América como nação hegemônica teve na consolidação do modelo keynesiano-fordista. Na leitura de Arrighi (1996), a mudança fundamental nesse século se deu em torno da passagem de um ciclo sistêmico de acumulação<sup>8</sup> dominado pelos britânicos para um novo, sob a hegemonia estadunidense. Sob seu domínio a economia passou a ser auto-centrada, e a base para o processo de internacionalização do mercado mundial se deu no âmbito das corporações empresariais, cujas atividades econômicas são organicamente integradas e marcadas pela verticalização.

Essa tendência de internacionalização da economia se refletiu na importância assumida pelos investimentos diretos das empresas estadunidenses no processo de reconstrução da economia capitalista após a Segunda Guerra Mundial como, por exemplo, nos investimentos na reconstrução da Europa. Esses investimentos diretos levaram a uma transferência do controle administrativo de setores substanciais das economias estrangeiras para cidadãos estadunidenses e deram origem a uma fase de expansão da produção de mercadorias.

Tendo as empresas transnacionais no centro do processo de acumulação capitalista, a política intervencionista do Estado tomou fôlego. Organismos internacionais

---

<sup>8</sup> Assim Arrighi (1996:xi).define os Ciclos Sistêmicos de Acumulação:“A idéia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial ( a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação.”

“[...] a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros ( fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos ( que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros[...] Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo Ciclo Sistêmico de Acumulação.” (1996: 6).

como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas tornam-se instrumentos suplementares administrados pelos governos dos Estados Unidos no exercício de sua hegemonia, e durante a crise dos anos de 1970 e 1980 passam a ser preponderantes na regulamentação monetária global.

O fordismo alcançou sua maior aceitação nesse período. Tendo suas origens no começo do século XX, é só na “época de ouro” que se tornará o paradigma organizacional de referência da maior parte das empresas. Mas como havia apontado Gramsci (1984), também no início do século, o fordismo não se restringiu à fábrica. Ele extrapolou a esfera da produção e se espalhou pela sociedade e pelo Estado. Não foi apenas uma forma específica de produção, mas antes de tudo um instrumento de criação de hegemonia das classes burguesas dentro da sociedade estadunidense. Para o pensador italiano, nos Estados Unidos da América encontravam-se as condições propícias para o desenvolvimento do fordismo, pois nesse país não existia, como na Europa, uma camada social parasitária. Essa seria uma das razões para a acumulação de capitais ocorridas naquele país. A vida social estaria voltada para a produção de capitais. A existência dessas condições tornou fácil a racionalização da produção e do trabalho, combinando a força (por meio da destruição do sindicalismo) com a persuasão (por meio do pagamento de altos salários, benefícios sociais e propaganda ideológica) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. Segundo Gramsci (1984), a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.

Porém, a criação do modelo de produção taylorista-fordista levou à necessidade de um trabalhador com habilidades e comportamento específico. Engendrou ainda uma determinada estrutura social e um Estado liberal, no sentido da livre iniciativa e do individualismo econômico. No que diz respeito ao trabalhador necessário à produção,

Gramsci destaca a importância do controle moral, de sua vida sexual e do seu consumo. Os altos salários pagos pela Ford eram instrumentos para selecionar trabalhadores aptos para a produção e para manter sua estabilidade.

Harvey (2002:119) recupera a análise gramsciana e considera que o auge do taylorismo-fordismo, que se estendeu de 1945 a 1973, “teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo, configurações de poder político-econômico e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”.

Para esse autor, a novidade do fordismo era sua visão e reconhecimento de que produção em massa pressupunha consumo de massa, um novo sistema de reciprocidade da força de trabalho, uma nova estética, psicologia, uma nova sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. Enfim, uma nova cultura em que a adesão da força de trabalho aos processos produtivos transcendesse o âmbito fabril.

Tentando compreender os aspectos culturais que envolvem o fordismo, Sennet (2001) considera que a marca desse modelo é a tentativa de estabelecimento definitivo da rotina na vida dos trabalhadores. Os aspectos repetitivo, degradante e alienador do trabalho estiveram presentes desde o início do processo de industrialização, no entanto, é no fordismo que encontram o seu auge, pois apenas uma dura disciplina e apego à rotina poderiam levar a cabo o processo produtivo. Contrariamente à rotina emergia grande parte da resistência dos trabalhadores ao trabalho na fábrica. O atrito que tal situação gerava fez surgir muitas teorias que tentavam humanizar o trabalho nas empresas, e foi objeto de constantes negociações entre patrões e empregados. A degradação imposta pela rotina era compensada com aumentos salariais.

Contraditoriamente, o tempo rotinizado tornara-se uma arena na qual os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências, como no caso das negociações sindicais: uma arena que dava poder. Tornara-se ainda uma conquista pessoal, na medida em que a rotina, ao mesmo tempo em que poderia degradar, poderia proteger, permitindo projetos de longo prazo e um planejamento para o futuro.

Trabalhadores que se inseriam dentro do modelo terminavam por ter uma trajetória de vida e profissional bastante previsíveis, longe da instabilidade de um mercado de trabalho não regulamentado, por exemplo. Havia um tempo certo para o cumprimento de determinados percursos de vida: uma idade para a escolarização obrigatória, para a formação profissional, para a carreira geralmente ligada a uma só empresa, para a aposentadoria. A rotina e a previsibilidade do trabalho se estendiam para a vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, o que os capitalistas esperavam dos trabalhadores era a adequação aos postos de trabalho, o domínio técnico de sua função. O trabalhador desejado era o que possuía uma “personalidade burocrática”<sup>9</sup>, ou seja, aquele que se destacava como bom cumpridor de regras. Em termos de qualificação, a valorização era dada aos componentes formais da educação escolar, profissional e técnica.

No entanto, na esfera da produção, o trabalho rotinizado, as poucas habilidades manuais necessárias, o controle quase inexistente do trabalhador sobre o projeto, ritmo e organização da produção levaram a uma grande rotatividade da força de trabalho. O problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas de trabalho repetitivos,

---

<sup>9</sup> O conceito é desenvolvido por Philip Brown, em **Cultural Capital and social exclusion: some observations on recent trends in education, employment and the labour market**. Work Employment & Society. Durham, v.9, n.1, p.29-51, mar.1995. Citado por GOMES (2002).



inexpressivos e degradados nunca foram totalmente superados e se tornaram ponto de fricção entre capital e trabalho.

Dentro desse contexto é importante pensar algumas especificidades do modelo fordista no Brasil. Silva (1993) nos lembra que o Fordismo desenvolveu-se somente em regiões e setores industriais específicos. Durante o auge do fordismo nos países centrais, o processo de industrialização no Brasil era ainda bastante incipiente e características como produção e consumo de massa foram bastante restritas até a década de 1970. Com o regime militar e a ampliação do processo de industrialização, com a abertura para o capital estrangeiro, o modelo se reforçou, porém, moldado por uma rígida intervenção estatal que determinava as normas salariais, proibia greves e eliminava a estabilidade no emprego com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Dessa maneira, estabilidade e profissão para toda a vida não fizeram parte da trajetória profissional da maior parte da população brasileira. O caráter autoritário de que se revestiam as relações sociais como um todo também se expressaram no ambiente fabril. Nesse contexto a própria atuação dos sindicatos era bastante limitada. O fordismo no Brasil se construiu numa interação justa com as políticas estatais, em que a prerrogativa dos empresários de alterarem salários e as estruturas funcionais não eram contestadas. A intervenção do Estado no mercado de trabalho criou um núcleo de trabalhadores estáveis e qualificados e outros semi-qualificados em rodízio. Esse modelo se transformará a partir da década de 1980, com o processo de mudanças organizacionais e tecnológicas nos setores modernos da economia. Nesse período tem início também a introdução das práticas japonesas dentro das indústrias no Brasil.

### 1.5.2 A reestruturação produtiva e superação da crise do capital

Na década de 1970 uma crise e a conseqüente instabilidade atingiram o mundo capitalista. A economia global não desabou, mas a produção industrial das “economias de mercado desenvolvidas” foi reduzida em 10% ao ano e o comércio internacional em 13%, entre 1973 e 1975 (HOBSBAWM, 1995:937). O crescimento econômico continuou a existir, porém em um ritmo mais lento, com exceção dos países asiáticos, que apresentaram um espetacular crescimento, especialmente a China. O mesmo não se pode dizer de países da África, Ásia Ocidental e América Latina, onde o crescimento praticamente cessou, e das economias do “socialismo real”, que desabaram. Porém, mesmo nos países desenvolvidos do mundo capitalista a pobreza, o desemprego em massa, a miséria e a instabilidade aumentaram visivelmente. Os extremos entre riqueza e pobreza cresceram. A crise só não foi mais profunda porque nesses países o sistema público de seguridade montado nas décadas de crescimento, conseguiu ainda conter a onda de insatisfações geradas pelas perdas salariais e de emprego, embora em todos esses países, tais direitos tenham sido constantemente atacados pelos governos na década de 1980. Para Hobsbawm (1995:938):

O grande fato das décadas de crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na era de ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-las.

Chegara o momento em que a supremacia das empresas transnacionais e o aprofundamento da globalização econômica solapavam o poder dos Estados Nacionais. O modelo keynesiano de controle econômico tinha encontrado o seu limite. Em seu lugar o

retorno às práticas liberais, com toda a sua crítica ao sistema de proteção social e a intervenção do Estado na esfera econômica encontrava, novamente, repercussão no meio empresarial, político e intelectual.

Para Harvey (2002), a crise também significou a erosão do compromisso keynesiano-fordista e a emergência de um novo sistema baseado na acumulação flexível. Desde meados dos anos de 1960 o fordismo apresentava sérios problemas relacionados à sua “rigidez”: investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariáveis; a alocação e os contratos de trabalho também se baseavam numa pretensa estabilidade da produção e do consumo. A crise do capital colocou em cheque esses pressupostos, apontando para a necessidade de reestruturação do modelo de acumulação.

A economia de escala, verticalizada com produção em série, característica do fordismo, também se viu confrontada por novas formas de produção baseadas em uma variedade de bens e preços baixos, em pequenos lotes - a chamada “economia de escopo” -o que implicou na adoção de novas formas de gerenciamento da produção, inspiradas nas práticas japonesas, como também num novo ritmo de produção e consumo cujo tempo de uso das mercadorias se encontra cada vez mais restrito.

Nas décadas de crise acentuou-se a organização do capital por meio da dispersão e da mobilidade geográfica. Desde a “época de ouro” a tendência à dispersão se encontrava presente por meio do processo de internacionalização da economia. Grandes indústrias procuravam regiões onde a proximidade com a fonte de matérias-primas, baixos salários, incentivos fiscais por parte dos Estados, bem como mercados consumidores em potencial estivessem à sua disposição. No entanto, a crescente transnacionalização do capital e o enfraquecimento do poder dos Estados acentuaram ainda mais essa dispersão. O capitalismo

tornou-se mais organizado, reforçando uma divisão internacional do trabalho em que os países centrais dominam o processo de pesquisa e desenvolvimento enquanto os periféricos realizam as etapas de confecção dos produtos.

Todas essas mudanças foram acompanhadas pelo neoconservadorismo e pela emergência de políticas liberais em contraposição às políticas desenvolvidas pelo Estado do Bem-Estar Social. Inauguradas por Thatcher e Reagan, no início dos anos de 1980, permitiram, junto com o processo de reestruturação da produção, um ataque ao salário real dos trabalhadores e ao poder sindical. No entanto, o sucesso político do neoconservadorismo encontra-se também vinculado a uma nova cultura individualista, empreendedorista e competitiva que molda tanto o mundo da produção quanto do consumo. Nesse processo, a valorização do efêmero, do fugaz e do contingente tem marcado o comportamento de amplos setores da população e tem levado à construção de teorias que classificam esse momento como pós-moderno.<sup>10</sup>

### 1.5.3 O toyotismo

Na esteira da crise dos anos de 1970 e da tentativa de reorganização do capital, faz-se notar desde os anos de 1980 um amplo movimento de reestruturação das empresas e de gestão de força de trabalho. A referência para essa reestruturação ficou conhecida como ohnismo ou toyotismo.

---

<sup>10</sup> David Harvey (1992:3) contesta a tese de que estaríamos vivendo o fim da modernidade e em última instância o fim da sociedade capitalista tal como foi descrita em seus princípios por Marx. Para ele, as mudanças vivenciadas após 1972, “quando confrontadas com as regras de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.” Tese com a qual concordamos.

Para Coriat (1994), as inovações introduzidas na Toyota e adotadas no ocidente por um grande número de empresas não devem ser vistas de forma isolada. Entender os pilares do método Toyota como a produção *just-in-time/kanban*<sup>11</sup>, o controle da qualidade da produção e a auto-ativação<sup>12</sup> resulta em compreender que a essência do sistema se baseia na adaptação da produção em séries restritas de produtos variados e diferenciados. Diferentemente do fordismo, que produz produtos idênticos, o objetivo do toyotismo concentra-se em produzir com custos baixos pequenas séries de produtos variados. Essa necessidade adveio do próprio contexto histórico vivenciado pela economia japonesa nos anos de 1950, de demanda pequena e diversificada.

Por meio do toyotismo desenha-se, segundo o autor, uma nova fábrica: mínima, magra e flexível. A fábrica mínima é a fábrica do pessoal mínimo. A adoção desse princípio parte da compreensão inicial de que atrás do estoque há um “excesso de pessoal”. Se o estoque é permanente há atrás do estoque um excesso de equipamento. O que se busca com a gestão do estoque, via *just-in-time* e *kanban* é justamente o enxugamento do excesso de pessoal. Segundo Ohno, “o sistema d

superfície o excesso de pessoal” (OHNO, *apud* CORIAT, 1994:33). O *kanban* não trata apenas de um método de gestão por estoque, mas, antes, de gestão da força de trabalho por meio dos estoques.

---

17. A busca da produção “**just-in-time**”, segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários necessários aos processos produtivos são supridos no tempo certo e na quantidade exata, tem no **Kanban** o seu meio de realização. Trata-se de um sistema importado dos supermercados onde o abastecimento se dá a partir da demanda. O ponto de partida do processo de produção são as encomendas já endereçadas à fábrica e os produtos já vendidos. O fluxo de informações vai de jusante à montante da cadeia produtiva, sendo que cada posto emite uma instrução destinada ao posto que lhe é imediatamente anterior acerca dos produtos que lhes são necessários. Esse sistema de informação é composto de caixas com cartazes (*kanban*) em que são inscritas as encomendas que os diferentes postos de fabricação encaminham uns aos outros (CATTANI, 1997:137).

18 A **autonomação** diz respeito à capacidade de dotar máquinas automáticas de uma certa autonomia a fim de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso. No entanto, diz respeito também aos dispositivos organizacionais referentes à execução do trabalho humano, nesse último caso é denominado de **auto-ativação** (CORIAT, 1994:51). Wood (1993:53) define autonomação como controle autônomo dos defeitos, sendo uma operacionalização do conceito de qualidade total.

A busca do enxugamento de todos os excessos dentro da fábrica leva também à busca do controle de todos os processos por meio do método de “administração pelos olhos”. A constituição de um sistema Andon<sup>13</sup> informa, através de cartazes, sobre o estado das linhas e dos problemas que aí se produzem eventualmente, na busca de soluções imediatas. No que diz respeito a esse último aspecto, é importante compreender que a flexibilidade se estende desde o uso das máquinas (sujeitas à autonomação) até a gestão da força de trabalho, em que se busca a qualidade nos atos de execução das operações (auto-ativação). Ocorre nessa fábrica um processo de desespecialização e polivalência operária simultâneas.

Diferente do taylorismo-fordismo, a desespecialização profissional vai transformar os operários em plurioperadores, polivalentes e multifuncionais. Desempenhando diferentes funções e agregando tarefas de controle de qualidade e manutenção das máquinas, o trabalhador se vê em constante processo de requalificação para o trabalho. Nesse contexto, ocorre também uma intensificação no ritmo de trabalho, quer pelo fato de os trabalhadores operarem simultaneamente com várias máquinas, quer pelo aumento do ritmo e da velocidade da cadeia produtiva, o que gerou diversos níveis de resistência entre os trabalhadores e a necessidade da elaboração de contrapartidas por parte do patronato e do Estado. Estas consistiram basicamente no programa de emprego vitalício, bem como de promoção interna dentro das empresas. No primeiro caso, essa forma de emprego garantiu para as empresas o acesso à força de trabalho em momentos de escassez e não se estendeu a mais de 30% dos trabalhadores, no entanto criou vínculos importantes

---

<sup>13</sup> Assim se refere Coriat (1994:35) ao sistema: “Durante uma visita a uma instalação Toyota, no seu reduto de Kamsi, eu mesmo pude verificar o refinamento do sistema. Não somente se encontra esses Andon em cada um dos postos, mas ainda cartazes luminosos, colocados acima de cada seção de linha de produção, se acendem indicando se um dos operadores da linha encontra uma dificuldade qualquer que perturba o desenvolvimento ordinário e programado da produção. Luz alaranjada se se trata de ajuda, luz vermelha se é preciso parar a linha...”

entre as empresas e seus empregados. A qualificação dentro das empresas e a criação de um mercado interno garantindo a promoção dos trabalhadores foi outra via eficiente para sua adesão. A par desses elementos outros foram introduzidos, como salário por antigüidade e negociações anuais de salários.

No toyotismo, a adesão dos trabalhadores aos processos de trabalho bem como sua fidelidade à empresa têm sido apontados como um dos motivos do sucesso obtidos pelo mesmo. É comum nas empresas, juntamente com os ganhos materiais, o agenciamento da subjetividade dos trabalhadores para garantir sua adesão e produtividade, com a internalização de normas de controle, cumprimento de metas de produtividade e responsabilização pela qualidade nos processos de produção. Nessa perspectiva, Wood (1993:53) destaca que o toyotismo é também um elemento de relações humanas que fornece a base para o controle da qualidade total e o envolvimento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, novas formas de controle são gestadas, para as quais os líderes e supervisores são fundamentais, apesar do crescente grau de responsabilidade assumido pelos trabalhadores. A eficácia do trabalho em grupo é garantida pelo contexto coercitivo em que ocorre e pelos ganhos de produtividade.

Poderíamos dizer também que a constituição dos sindicatos por empresa, de caráter cooperativo, tornou-se um importante elemento para a aceitação do toyotismo. Implantado desde os anos de 1950, após a derrota, por meios violentos, do movimento contestatório, o sindicalismo passa a ser caracterizado como uma instituição em que a empresa é o lugar limitado da organização dos assalariados e da elaboração da estratégia reivindicativa. Não há outra estrutura própria e permanente de sindicatos por ramos de indústria ou profissão. A burocracia sindical é constituída segundo suas próprias linhas

hierárquicas, paralelas à das empresas. Participar dessa burocracia abre espaço para ascensão dentro da mesma.

É necessário dizermos que a implantação das formas de gestão e gerenciamento da produção com suas variadas articulações político-econômicas encontra repercussões diferenciadas nas regiões do mundo, configurando realidades diversas dos seus modelos de referência.

Silver (2005) considera que a adoção do toyotismo no ocidente segue o padrão de uma “imitação seletiva”. Assim, empresas reestruturadas buscam fugir à crise adotando princípios do toyotismo. Buscam as virtudes de produtividade, diminuição de custos e adesão dos trabalhadores aos processos produtivos sem, no entanto, atentar para as contrapartidas responsáveis pela adesão dos trabalhadores. Uma versão que se caracteriza por ser “enxuta e cruel”. Essa forma de adaptação rapidamente se esgotou pela resistência oferecida pelos trabalhadores nas mais diferentes regiões do mundo para onde o capital havia migrado, principalmente América do Sul e Ásia. Desde então o empenho das empresas se deu no sentido de adotar um modelo “enxuto e dual”, terceirizando e precarizando uma parcela significativa de sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que oferece vantagens para um pequeno grupo. Essa estratégia não é isenta de conflitos, o que tem sido contornado pela dispersão geográfica da produção e dos trabalhadores. No mesmo sentido, Hirata (2002) considera que a transferência das práticas japonesas de gestão e organização do trabalho são caracterizadas por um processo de hibridação.<sup>14</sup>

Para os trabalhadores, o resultado dessa processualidade - que aliou a crise da década de 1970 e a reestruturação da produção, nos seus mais diferente matizes - foi o

---

<sup>14</sup> Para Hirata (2002:13): “A noção de hibridação é utilizada por esses autores e por mim, de uma maneira útil, como uma noção descritiva correspondente, similar àquela do pragmatismo, a esse conjunto de tentativas de adaptação de transplantes no contexto de outra sociedade, com reproduções e rupturas, transposições simples e obstáculos, que correspondem à lógica de diferentes sociedades, a outras relações sociais.”



desemprego de longa duração associado a pequenos ganhos em termos salariais, o retrocesso do poder sindical e uma nova configuração do mercado de trabalho. Essa conjugação de elementos tem possibilitado a retomada da acumulação de capital por um lado e, por outro, a fragmentação, precarização e heterogeneização crescente da classe trabalhadora nas últimas décadas.

## **1.6 Problema e metodologia**

A ocupação econômica da região centro-oeste do Brasil, a constituição de um pólo industrial em Goiás como parte de um processo de descentralização da produção industrial no país, bem como o desenvolvimento urbano verificado nas últimas décadas desencadearam um intenso movimento de pessoas e capitais para a região do Mato Grosso Goiano.

A indústria farmacêutica tornou-se, nesse contexto, catalisadora de uma parcela dessa força de trabalho. Marcada pela produção de uma mercadoria que gera lucros crescentes em escala mundial, utilizando diferentes formas de organização e gestão do trabalho para consecução de seu objetivo, a produção de medicamentos carrega, também, a marca de ser produtora de uma mercadoria que serve à manutenção da vida, encontrando-se eivada de contradições pelo confronto entre os interesses do capital e os interesses e necessidades dos seres humanos. Os trabalhadores dessa indústria vivenciam essas contradições e as subjetivam de diferentes maneiras.

Nas trajetórias percorridas, do campo para a cidade, do trabalho rural para o fabril, nos diversos ramos da economia, em um mesmo setor ou na mobilidade interna

dentro da própria empresa, esses sujeitos vão construindo maneiras de perceber, interpretar e se relacionar com as suas condições objetivas de vida. Subjetivam a objetividade. Esses percursos revelam momentos de passagem, de amoldamento ou de contestação aos processos de produção industrial e capitalista. O trabalhador apresenta-se, ao mesmo tempo, como possibilidade de negação e de afirmação do capital.

Frente a esse contexto partimos do pressuposto de que estamos diante de uma realidade marcada pela transição e pelo hibridismo: na região, por uma economia agrária em processo de diversificação e industrialização; na indústria, pelo compartilhamento de diferentes formas de organização de produção de uma mercadoria específica, o medicamento; e, nas trajetórias profissionais, pelas constantes mudanças de ocupação.

No fazer da pesquisa uma questão teórico-metodológica se impôs. Ela diz respeito ao pressuposto adotado de que os indivíduos e suas histórias de vida e de profissão apenas são compreensíveis se considerarmos a maneira como se ligam, as relações recíprocas que estabelecem, a sua inserção dentro de uma contexto histórico e social. A subjetividade é forjada em interação com a materialidade. A apreensão das trajetórias pessoais só se torna possível por meio da construção de um aparato que permita entendê-las em conexão com o mundo do qual fazem parte.

O núcleo inicial da pesquisa, que estava centrado nas trajetórias dos trabalhadores, tornou-se, assim, mais abrangente, exigindo uma compreensão dos processos históricos e de trabalho aos quais se vinculavam. Na interação entre os depoimentos dos trabalhadores, a pesquisa apoiada em fontes bibliográficas, e o trabalho de observação de campo, procuramos desenvolver uma análise que permitisse uma leitura mais ampla das trajetórias e dos processos de trabalho.

No método adotado a palavra do entrevistado, que em geral não é proferida ao acaso, mas a partir da demanda do sociólogo, é uma referência, um ponto de partida para

sua reflexão (AUED: 2002). O trabalho do pesquisador não consiste somente em fazer o entrevistado rememorar os episódios de sua vida e dar uma interpretação a elas, mas contribuir para inscrevê-los numa determinada temporalidade, articulando passado, presente e futuro. O tratamento/montagem dado à entrevista imprime um tratamento sistemático de análise de conteúdo, de detecção dos temas organizadores do discurso, bem como dos momentos-chave da história relatada. A interpretação mobiliza conceitos e referências teóricas que permitem refletir sobre o campo de estudos concernentes ao trabalho, identidade profissional e coletiva. A construção de trajetórias carrega, ainda, a preocupação de estabelecer uma ponte entre objetividade e subjetividade por meio dos discursos dos sujeitos.

Nesse sentido, uma questão se tornou orientadora de todas as demais: de que maneira as trajetórias dos trabalhadores da indústria farmacêutica se articulam aos processos de mudanças histórico-sociais e aos processos de trabalho dentro dessa indústria, e como esses trabalhadores subjetivam esses processos?

Simultaneamente, levantamos uma série de questões secundárias: quais as transformações sócio-econômicas ocorridas no eixo Goiânia-Anápolis nas últimas décadas? Quais as características das empresas farmacêuticas no Brasil e na região pesquisada, tendo em vista a sua importância econômica, seu aspecto tecnológico, organizacional e de gestão da força de trabalho? Como as características da produção de medicamentos têm influenciado na composição de sua força de trabalho e nas exigências de qualificação para os trabalhadores? Como os trabalhadores vivenciam o processo de produção de medicamentos e como compreendem sua trajetória profissional frente às transições vividas?

No decorrer do trabalho de campo, à medida que avançávamos nas entrevistas e na observação, outra questão se mostrou de extrema relevância para a compreensão dos processos de trabalho e da maneira como os trabalhadores se relacionam com ele: a questão

do controle sanitário sobre a produção de medicamentos. Daí a formulação de uma última questão: em que medida as práticas sanitárias existentes dentro da indústria farmacêutica determinam as rotinas e os fazeres dos trabalhadores e funcionam como elemento de controle e/ou adesão aos processos de produção de medicamentos?

Responder a essas questões tornou necessária uma ampla pesquisa. O trabalho de campo teve início no mês de abril de 2005 e término na primeira semana de agosto do mesmo ano. Duas empresas foram selecionadas: um laboratório público, denominado nessa pesquisa de Laboratório A, localizado em Goiânia, e um Laboratório privado, denominado de Laboratório B, localizado no Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Durante a pesquisa foram realizadas 26 entrevistas, sendo onze trabalhadores do Laboratório B e quinze no Laboratório A. As entrevistas foram semi-estruturadas e buscaram reconstruir a trajetória profissional e de trabalho dos entrevistados. No caso dos trabalhadores ligados à gestão das empresas, buscou-se compreender o processo de produção dentro da indústria bem como perceber as políticas da empresa com relação aos trabalhadores.

Procuramos selecionar, para a pesquisa, trabalhadores ligados aos mais diferentes postos de trabalho, visando obter um leque heterogêneo de opiniões quanto ao trabalho na indústria farmacêutica. Foram entrevistados trabalhadores do setor de manipulação de medicamentos, operadores de máquinas (envasamento e rotulagem), do setor de controle de qualidade, além da esteira. Dessa amostra, cinco trabalhadores foram recentemente demitidos e um deles é aposentado. Esse corte permitiu perceber as trajetórias numa visão processual. Além disso, foram entrevistados trabalhadores que ocupam cargos de chefia ligados a diversos setores da produção.

Na pesquisa no Laboratório A fizemos uma solicitação formal para a pesquisa que demorou a ser avaliada, mas que teve resposta positiva quanto à sua realização. A partir

desse momento foi possível freqüentá-lo durante todo o período da pesquisa, entrevistar pessoas responsáveis pelo processo de produção, fazer o registro e recolher material fotográfico do mesmo e ter acesso aos documentos internos do laboratório.

O contato com os trabalhadores se deu de duas formas: alguns foram indicados por pessoas ligadas à gestão da empresa, como o farmacêutico responsável pela produção, e os outros foram sugeridos pela associação dos servidores e pelo sindicato dos trabalhadores. Algumas entrevistas foram realizadas dentro da empresa e outras fora dela, na casa dos trabalhadores ou na associação. Surgiram daí depoimentos bastante distintos no que diz respeito não só ao processo de trabalho, mas inclusive sobre a empresa, o que abriu a possibilidade de realizar um confronto entre as diferentes depoimentos.

O trabalho de campo no Laboratório B mostrou-se particularmente difícil. Apesar de termos realizado duas visitas à empresa, entrevistado trabalhadores em cargo de chefia e de direção e acompanhado o processo de produção em um setor específico, não nos foi autorizado o acompanhamento detalhado do trabalho dentro do laboratório. À solicitação feita nesse sentido não houve uma resposta da direção. Dessa forma, preservamos no trabalho a identificação do laboratório, o que em alguma medida impediu o detalhamento de sua história, de alguns aspectos da produção e do contexto em que a pesquisa se realizou. Discussões relativas à relação dos trabalhadores com a empresa, que originalmente constavam do texto, bem como o uso de imagens foram excluídos em virtude dessa posição. Tal medida foi adotada, também, tendo em vista a preservação das identidades dos entrevistados, que generosamente nos autorizaram o uso das entrevistas. Os dados utilizados nesta pesquisa são públicos, constantes do *site* da empresa, de seu jornal interno, bem como de revistas e periódicos.

As entrevistas com os trabalhadores do Laboratório B foram possíveis devido ao prévio contato com um trabalhador da empresa, que por sua vez, apresentou-nos a outros.

As entrevistas foram feitas em sua totalidade na casa dos entrevistados, o que possibilitou também conhecer um pouco da vida privada desses trabalhadores.

Ainda fez parte do trabalho de campo visitas ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica em Anápolis e em Goiânia, onde realizamos o levantamento dos salários pagos aos trabalhadores bem como dados relativos aos processos de demissão.

O levantamento bibliográfico foi feito nas bibliotecas da Fundação Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, e se mostrou importante no sentido de recuperar a história dessa indústria no Brasil, problematizando questões relativas à ação do Estado quanto à regulamentação e produção de medicamentos.

## **1.7 Organização da tese**

A tese contém, além da introdução e conclusão, quatro capítulos. No primeiro procuramos caracterizar a produção de medicamentos no mundo globalizado e especialmente no Brasil. Partimos de uma retrospectiva histórica sobre indústria farmacêutica e avançamos sobre a forma contemporânea da divisão internacional do trabalho nesse setor. Enfocamos o Estado como elemento disciplinador e promotor de uma ação corretiva frente às contradições inerentes ao capital. Nesse contexto, procuramos compreender o significado da legislação sanitária e da produção pública de medicamentos.

No segundo capítulo acompanhamos as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, de seu início até a entrada na indústria farmacêutica. Buscamos aproximar a compreensão dos processos de mudança particulares dos sujeitos pesquisados à maneira

como interpretam essas mudanças e as reconstruem a partir do seu universo, aos desenvolvimentos históricos e econômicos mais amplos e à implantação do pólo farmacêutico em Goiás.

No terceiro capítulo evidenciamos as características da organização da produção por meio do estudo dos processos de trabalho e do confronto com o taylorismo-fordismo e o toyotismo. No estudo desses processos destacamos o controle sanitário na produção de medicamentos como fator específico e determinante para a organização e gestão do trabalho dentro das empresas, bem como no agenciamento da subjetividade dos trabalhadores. Articulamos a esses processos as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores dentro da indústria.

No último capítulo, enfocamos as formas como os trabalhadores interpretam e agem frente ao seu trabalho. Como vêm a rotina e as formas de controle existentes, sua reação frente às tecnologias que foram introduzidas recentemente, as críticas às relações de trabalho hierarquizadas dentro das empresas e principalmente como se dá a sua relação como produtores da mercadoria medicamento frente ao discurso de que são “trabalhadores para a saúde”. Nesse percurso, a negação aos processos de trabalho alienados e fetichizados se revelam por meio das suas ações cotidianas.

## 2. A CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS DO CAPITAL E A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL

[uma maçã]. Caia nesta tentação... e aumente seus lucros!

[quatro maçãs de tamanho crescente marcadas com \$]. Pesquise original Knoll.

Chegou Reductil sibutramina. O 1º sacietógeno para tratamento a longo prazo.

Evolução no tratamento da obesidade.

Grande promoção junto à classe médica. Ampla divulgação em eventos.

Apoio total ao paciente Reductil. Faça já o seu pedido! Enquanto seus clientes entram em forma, você vai engordando...\$eu caixa!

[Propaganda do Laboratório Knoll junto às farmácias]

A indústria farmacêutica mundial faturou no ano de 2003 um valor estimado em US\$ 317 bilhões em vendas em farmácias e drogarias. No mesmo ano, a indústria brasileira de medicamentos lucrou R\$ 16,9 bilhões e em 2004 R\$ 20 bilhões<sup>15</sup>. Essa produção, que se caracteriza por uma forte concentração oligopolística<sup>16</sup> – os laboratórios estadunidenses controlam 28% do mercado mundial, o Japão 20% e a Europa 33%<sup>17</sup>, e o número de fabricantes de produtos farmacêuticos se encontra em torno de dez mil empresas, sendo que apenas as cem maiores são responsáveis por cerca de 90% de todos os produtos farmacêuticos produzidos e destinados ao consumo humano (RADAELLI e PEREIRA, 2003:2) – é um dos segmentos que mais cresce no mundo, embalado por gastos astronômicos em propaganda<sup>18</sup>. Apesar da produção e consumo continuarem crescendo exponencialmente a Organização Mundial da Saúde estima que um terço da população

---

<sup>15</sup> Dados da Federação da Indústria Farmacêutica – Febrafarma. Revista da Indústria Farmacêutica. Nº 4. Jan/fev.2004

<sup>16</sup> Tal tendência tem se agravado na última década com a intensificação dos processos de fusão e aquisições de empresas. Uma das mais recentes (fevereiro de 2005) foi a compra dos laboratórios Eon dos EUA e Hexal da Alemanha, ambos fabricantes de genéricos, por R\$ 8,3 bilhões pelo laboratório Novartis. Com as aquisições, a subsidiária da Novartis para fabricação de genéricos, a Sandoz, irá se tornar o maior laboratório do mundo nesse segmento. ([www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro) - 23/02/2005. 22:15).

<sup>17</sup> Dados da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica – Abifarma. (*Apud*, PINHEIRO, 1997:80).

<sup>18</sup> Calcula-se que 20% do seu faturamento é gasto em publicidade (LUGONES, 1999:80).



mundial tenha pouco ou nenhum acesso a medicamentos essenciais (LUIZA e BERMUDEZ, 2004:46). No Brasil, esse total pode chegar a 40% da população.

Ao mesmo tempo, a produção de medicamentos tem seguido uma rígida divisão internacional do trabalho. As etapas mais lucrativas do processo produtivo e que demandam maiores investimentos em capitais e conhecimento, que são as áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D)<sup>19</sup> e da produção de fármacos, concentram-se nas sedes das grandes empresas multinacionais, geralmente localizadas em países de economia central. Países periféricos, como o Brasil, têm se ocupado da produção de medicamentos e da realização de *marketing* visando ampliar o mercado consumidor.

## 2.1 Breve histórico

Os fazeres ligados à produção de medicamentos, com a utilização de plantas medicinais para produção de beberagens, unguentos ou emplastos, têm suas raízes em práticas místico-religiosas nas quais a concepção de doença está estreitamente ligada à noção de males provocados por divindades ou como castigo pelos pecados.<sup>20</sup>

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, a concepção dos indígenas sobre os males que os afligiam também tinha essa natureza. No período colonial, esse quadro se alterou com a introdução no país de uma nova concepção de saber e prática de saúde semelhante à existente na Idade Média européia, quando profissionais como cirurgiões, cirurgiões-barbeiros e boticários exerciam o controle da assistência à saúde. Os boticários, por exemplo, constituíam uma classe de artesãos reconhecida no regime corporativo a partir

---

<sup>19</sup> Estima-se em Us\$ 500 milhões o custo para pesquisa e desenvolvimento de um medicamento.

<sup>20</sup> Para maiores detalhes da história da produção de medicamentos, bem como da profissão de farmacêutico, ver SANTOS, 1993.

do século XII, cujo saber estava relacionado ao conhecimento das plantas e drogas mais usadas.

Apesar do pequeno número, as boticas tinham atuação importante no período colonial, caracterizando-se por serem estabelecimentos ligados aos cuidados da saúde da população, e também locais de socialização. Não havia uma separação higienista entre as práticas de saúde e a vida da população local. Na botica os homens se encontravam para conversar, jogar e eventualmente tratar de política (MARQUES, 2003). Situadas nas ruas principais, as boticas ocupavam dois compartimentos da casa. O boticário residia nos fundos. Em uma das salas, a da frente, ficavam as drogas expostas à venda. Na outra, longe dos olhos do público, fazia-se a manipulação. Além dos remédios, oferecia-se para consumo as sanguessugas, apisteiros<sup>21</sup>, semicúpios<sup>22</sup>, comadres e até frangos para caldo de dietas (SANTOS, 1993).

No século XVIII, o Estado português passou a legislar sobre o fazer farmacêutico. Com a instituição do Regimento de 1744, estabeleceram-se dispositivos parecidos com as nossas normas atuais. Dentre eles, uma legislação sobre o profissional responsável, a exigência da existência de balança, pesos, medidas, produtos químicos, vasilhames e livros elementares na botica. Em 1782 surgiu outra legislação para fiscalização da prática médica e farmacêutica. Criou-se uma junta que controlava a venda de medicamentos, obrigando todo boticário a requerer licença.

Porém, como destaca Santos (1993), apesar de todo o aparato técnico-administrativo existente nos textos legais da época, os abusos e irregularidades continuaram a ser praticados e encobertos pelas autoridades. As atividades exercidas pelos boticários

---

<sup>21</sup> Xícara com um bico semelhante a um bule, pela qual se dá caldo ou apisto a pessoa deitada.

<sup>22</sup> Banho de imersão da parte inferior do tronco; banho de asseio, banho de assento.

continuaram estruturando-se como ofício laico. A prática profissional embasava-se na experiência, legado da tradição oral e treinamento.

Quanto à produção de medicamentos podemos dizer que até metade do século XIX a maioria dos fármacos empregados era de origem vegetal. A sua fabricação se constituía numa atividade de bases artesanais, de caráter familiar, voltada para a manipulação de fórmulas oficinais. Essa realidade só vai se transformar no século XX, com o início do processo de industrialização, em larga escala, dos produtos farmacêuticos. Segundo Pita (2000), a principal inovação farmacêutica no que diz respeito à produção de medicamentos foi o desenvolvimento de sua indústria. Com o surgimento de grandes laboratórios, como Merck, Bayer, Parke-Davis, Sandoz e Ciba, as especialidades farmacêuticas<sup>23</sup> começaram a retirar o lugar dos medicamentos manipulados. Paralelamente, surgiram novas formas farmacêuticas, fruto dos avanços tecnológicos e científicos, como foi o caso dos medicamentos injetáveis, que necessitavam de condições de assepsia rigorosa para o seu desenvolvimento e fabrico.

No entanto, no início do século XX, a maioria dos medicamentos era ainda obtida a partir de produtos naturais. Logo depois passam a predominar na terapêutica os produtos biológicos. Até 1930 o modelo tecnológico de produção de medicamentos no Brasil não se distanciava do existente nos Estados Unidos e na Europa. O Brasil tinha até então uma indústria farmacêutica menor que a estadunidense – o Censo de 1920 registrava 186 laboratórios (PÊGO,1982:93) –, mas sua tecnologia e os produtos fabricados eram praticamente os mesmos. Aliados à produção dos pequenos laboratórios nacionais existiam, ainda, os laboratórios oficiais, que foram criados com o objetivo de combater algumas epidemias e capacitados para a produção de soros e vacinas. Esses laboratórios, a exemplo

---

<sup>23</sup> Todo produto preparado antecipadamente, introduzido no mercado com denominação e acondicionamento especiais.( [www.diramb.gov.pt](http://www.diramb.gov.pt), consultado em 24/10/2006 as 8:55).

do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro e do Instituto Butantã, em São Paulo, transformaram-se em importantes centros de pesquisa biológica. Segundo Frenkel (*apud* SANTOS, 1993:57):

Antes da guerra a produção manufatureira de medicamentos reservava-se aos remédios populares e a elaboração de produtos éticos em sua forma final era quase que exclusivamente feita pelos farmacêuticos [...] Desta forma, já que a habilidade do farmacêutico tinha um papel tão importante na qualidade do produto final quanto o do produtor da matéria-prima, as marcas comerciais tinham, em conseqüência, uma influência bem menor na comercialização do medicamento do que hoje em dia tem.

Assim, quer no campo do conhecimento ou da técnica, os farmacêuticos ainda dominavam o processo de produção dos medicamentos, fosse ele realizado na esfera das boticas, farmácias ou na incipiente indústria que despontava, confeccionando produtos de matérias-primas importadas ou oriundas da flora nacional.

Não podemos, porém, compreender o processo de desenvolvimento da indústria farmacêutica no Brasil desvinculado do processo de expansão industrial mais amplo e das políticas públicas destinadas a promover seu desenvolvimento. A introdução de uma política de industrialização após 1930 favoreceu a constituição de uma indústria de base no país. A conjuntura internacional, afetada primeiramente pela grande crise de 1929 e em seguida pela Segunda Guerra Mundial, permitiu a substituição de importações principalmente no setor de bens intermediários, como borracha, cimento, mobiliário, siderurgia e papel. O Estado passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional menos dependente do mercado externo.

Entre 1939 e 1952, a produção industrial no Brasil cresceu 8,3%. A indústria química e farmacêutica cresceu mais, chegando a 10,5%. O crescimento apontado no

período reflete o momento de conquista do mercado brasileiro por empresas estrangeiras, fenômeno característico do pós-guerra e que esteve ligado a expansão dessa indústria em todo o mundo. O desenvolvimento tecnológico proveniente dos investimentos em pesquisa feitos durante a Segunda Guerra Mundial fez com que os Estados Unidos da América assumissem a dianteira na produção de medicamentos sintéticos. Essa expansão da indústria farmacêutica mundial deu-se devido a que:

Nas décadas de 30 e 40, com a introdução dos derivados da sulfã e depois com a descoberta da penicilina, a produção de remédios passa a ser feita com bases mais científicas, o que exigia uma escala de produção maior que a necessária para fabricar os antigos remédios populares, como o conhecidíssimo Biotônico Fontoura, por exemplo. Foram poucos os laboratórios nacionais que conseguiram sobreviver e dar o salto técnico necessário [...] Depois da Segunda Grande Guerra, quando surgiram os antibióticos de largo espectro (remédios eficazes contra um conjunto de infecções), a pesquisa científica tornou-se a principal fonte de lucro na indústria farmacêutica mundial. Através do sistema de patentes, estabeleceram-se verdadeiros monopólios sobre as novas descobertas. (Revista Retratos do Brasil, 1980:378)

Inicia-se o processo de expansão internacional e de centralização de capitais promovidas por essas empresas. No Brasil, segundo Pêgo (1982), ocorreu uma aceleração da instalação de subsidiárias de empresas farmacêuticas estadunidenses dedicadas à produção local daqueles produtos desenvolvidos pela matriz. Desde esse período o Brasil alcançou uma posição de destaque no mercado mundial, ao mesmo tempo em que apresentava forte dependência de matérias-primas importadas e incipiente produção e pesquisa de novos fármacos.

Nesse contexto, as antigas boticas e farmácias deixam gradativamente de ser o espaço de produção de medicamentos, sendo substituídas pela produção industrial e pelos produtos químicos-sintéticos que passam a dominar nas indicações médicas, modificando as

características da profissão de farmacêutico e das farmácias, que se transformam em locais destinados meramente ao comércio de medicamentos.

A união física entre consultório médico e farmácia, que muitas vezes funcionava no mesmo estabelecimento, desaparece. Dissocia-se a estreita relação entre o médico e o farmacêutico, baseada na cooperação e fiscalização de sobre o outro, competindo ao farmacêutico corrigir e acertar as fórmulas antes do aviamento. Em decorrência da expansão industrial, Santos (1993:69) nos diz:

Saem os médicos das farmácias, pouco depois, os receituários de fórmulas e, mais tarde, os próprios farmacêuticos, descaracterizando aquelas como estabelecimento de saúde [...] Na medida em que a farmácia-oficina deixou de ser necessária e dela prescindiram os médicos e os doentes, gradualmente foram desaparecendo, cedendo lugar às modernas drogarias

De modo geral, podemos dizer que esse momento da industrialização no Brasil, do qual o desenvolvimento da indústria farmacêutica faz parte, deu-se pela importação de tecnologia, tanto sob a forma de novos produtos quanto de mudança de processos, marcando forte dependência quanto à importação de insumos e maquinários. A ação do Estado se fez no sentido de ocupar setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, como o caso da metalurgia e depois o petróleo.

Na década de 1950, o capital monopolista se faria expandir não apenas no setor estatal, mas também na esfera privada sob controle do capital estrangeiro. Em 1960, 100% da produção de veículos a motor e de pneus, 90% da produção de vidro e 86% da indústria farmacêutica se encontravam nas mãos do capital estrangeiro. Em 1969, todos os grandes laboratórios farmacêuticos europeus e estadunidenses estavam instalados no Brasil (SINGER, 1986,225). No período de 1957 a 1975, o número de empresas de capital local, entre as vinte maiores, cai de cinco para apenas uma. Em 1977, dos vinte e três laboratórios

instalados no país, que respondiam por 50% do faturamento total do setor, apenas um era nacional.<sup>24</sup>

### Figura 1

**Tabela: principais Laboratórios Farmacêuticos no Brasil na década de 1970**

<i>Laboratório</i>	<i>País</i>	<i>Faturamento*</i>
Roche	Suíça	685,5
Johnson	EUA	551,6
Schering	EUA	460,0
Aché	Brasil	423,2
Merck	Alemanha	382,7
Fontoura	EUA	371,7
Merck Sharp	EUA	339,6
Merrel	EUA	337,5
Hoechst	Alemanha	335,0
Rhodia	França	323,7
Sandoz	Suíça	312,8
Sarsa	França	312,7
Laborterápica	EUA	311,6
Geigy	Suíça	309,6
Squibb	EUA	286,6
Ciba	Suíça	283,9
Lilly	EUA	274,0
Andrômaco	Espanha	261,5
Lepetit	EUA	245,0
Organon	Holanda	240,7
Bayer	Alemanha	236,6
Berlimed	EUA	230,3
Boehringer	Alemanha	223,7

\*Em milhões de cruzeiros (1977)

Fonte: The Pharmaceutical Market Brazil: Publicação Editada pela I.M.S AG Zurique – Suíça, *apud* Pêgo, 1982

<sup>24</sup> Trata-se do Laboratório Aché. (Pêgo, 1982:95).

Nesse período, o Brasil ostentava a posição de sexto maior mercado entre os países capitalistas, com um faturamento que ultrapassava um bilhão de dólares (COELHO,1982:72). Porém, não se deve buscar a compreensão do processo de desnacionalização da indústria farmacêutica no Brasil apenas sob a ótica da desvantagem tecnológica. Internamente, a década de 1950 se caracterizou por uma política econômica bastante liberal quanto à co-participação do capital estrangeiro no intenso crescimento industrial que então se verificava. Segundo Frenkel (1978:78):

Nesse período não foi acionado por parte do governo nenhum tipo de política industrial que implicasse num apoio econômico às empresas nacionais do setor farmacêutico, ou mesmo que dificultasse sua venda a grupos estrangeiros. A estes, por sua vez, interessava a compra de laboratórios locais e de preferência grandes. Isto porque a maioria dos laboratórios estrangeiros que entraram no país neste período vieram desenvolver aqui sua produção de especialidades farmacêuticas. A compra de laboratórios locais lhes era conveniente por duas razões: primeiro, a utilização da marca comercial do laboratório local facilitaria a penetração de seus produtos junto à classe médica do país; e segundo, poderiam contar com uma rede de distribuição já montada.

Para Cordeiro (1980:121), a política adotada para o comércio exterior nesse período, que se expressou nas instruções 70 (1953-61) e 113 (1955-61) da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), teve resultados sobre a indústria farmacêutica, pois a primeira encarecia as importações de medicamentos acabados, estimulava a instalação, no país, das plantas industriais de origem estrangeira, ao mesmo tempo que a segunda criava consideráveis facilidades para o investimento do capital estrangeiro no país. Segundo a análise desse autor, de 32 aquisições de indústrias farmacêuticas nacionais por estrangeiras, ocorreram oito transferências de controle acionário entre 1957 e 1963, oito entre 1965 e 1970 e dezesseis entre 1971 e 1975. A desnacionalização foi acompanhada da perda de



competitividade de empresas nacionais entre 1957 e 1975. Em 1957, cinco empresas nacionais estavam entre as vinte e uma de maior faturamento; em 1960 eram quatro e em 1975 apenas uma.

Tal movimento caracteriza um nítido processo de centralização, em escala internacional, de capitais antes dispersos. Marx (1988b:187) aponta esse processo como uma das características da acumulação capitalista em que a reunião de capitais individuais se dá pelo acirramento da competição entre empresas, que termina com a ruína dos capitalistas menores. O desenvolvimento do crédito favorece, em grande escala, a acumulação nos setores mais ricos. Nesse sentido, a entrada no mercado brasileiro de grandes capitais ligados ao setor farmacêutico, sob a proteção de políticas estatais brasileiras que a favoreciam e a estimulavam, permitiu um largo processo de acumulação e centralização, por parte das indústrias de grande capital e com tecnologia de ponta, em detrimento do pequeno capital que ainda funcionava segundo padrões artesanais ou com processos industriais incipientes.

Há que considerarmos ainda que as políticas de saúde adotadas pelos governos desde os anos trinta enfocaram basicamente a medicina curativa, assistência médica, com baixos investimentos em medicina preventiva. A medicalização tornou-se a solução para os problemas de saúde da população e criou as bases para o fortalecimento e consumo indiscriminado de medicamentos. Segundo Coelho (1982:74):

Esta falta de ênfase nas ações de promoção da saúde e proteção específica levaram a uma hipertrofia das ações em nível da fase patogênica. A consequência disto tudo é uma medicalização intensa da sociedade. Estabelece-se dessa forma um vínculo, até agora indissolúvel, entre uma política econômica distorcida e uma política de saúde inadequada à realidade brasileira.

O fim do período democrático e início da ditadura militar não mudaram esse quadro. Pelo contrário, como podemos verificar pelos dados, teve continuidade o processo de centralização de capitais no setor farmacêutico. Na década de 1970 as indústrias ligadas ao setor tiveram um crescimento expressivo e seu faturamento evoluiu de 2,6 bilhões de cruzeiros para 19,3 bilhões entre 1971 e 1977, um crescimento real de 76,6%.<sup>25</sup> As políticas sanitárias, em que pese a criação da CEME – Central de Medicamentos – em 1971, não mudaram o processo de crescente monopolização da produção de medicamentos.

---

<sup>25</sup> Dados da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (1979).

### Fotografia 1

#### Produção de medicamentos nos anos de 1970 - granulação



Fonte: Material promocional do laboratório A, 1979-81

### Fotografia 2

#### Produção de medicamentos nos anos de 1970 - drageamento



Fonte: Material promocional do laboratório A, 1979-81

## 2.2 Características da indústria farmacêutica no Brasil no período recente

A inserção da indústria farmacêutica brasileira no mercado internacional espelha as transformações ocorridas na política macroeconômica brasileira e a relação de uma economia periférica – no caso o Brasil – com países centrais, principalmente com o capital estadunidense. Decorre daí, também, o lugar subordinado que passa a ocupar na divisão internacional do trabalho.<sup>26</sup>

Para compreendermos como se dá a inserção do Brasil nessa divisão é importante percebermos que a produção de medicamentos segue quatro estágios distintos: o primeiro, de pesquisa e desenvolvimento (P&D), é a fase mais cara do processo; no segundo estágio ocorre a produção dos fármacos, uma etapa basicamente de processos químicos em que se produz a matéria-prima dos medicamentos; a terceira fase é a de produção de medicamentos propriamente dita e trata-se de processos físicos dos princípios ativos (trituração, mistura, dissolução, compactação) obtendo-se as formas comercializáveis – comprimidos, drágeas,

---

<sup>26</sup> E. Wallerstein (1999:490) tenta perceber as transformações históricas por meio de categorias como moderno sistema social e sistema mundial/economia mundo. Para o autor, o que caracteriza um sistema social “ es el hecho de que la vida em su seio em gran medida autoincluida, y que a dinámica de su desarrollo es em gran medida interna”. O sistema mundial seria uma das formas assumidas pelo sistema social. No sistema mundial a sua auto-inclusão como entidades econômicas materiais está baseada em uma extensiva divisão do trabalho e contém uma variedade de culturas. Dois sistemas mundiais são possíveis, segundo o autor: os impérios/mundo e as economias/mundo. Importante destacar que no sistema mundial a divisão extensiva do trabalho não é meramente funcional ou ocupacional, mas antes geográfica. Toda uma gama de tarefas econômicas não se encontra distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Isso se dá não apenas em função de considerações ecológicas, mas antes em função da organização social do trabalho, que legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema de explorar o trabalho de outros e de receber uma parte maior dos excedentes. Para o autor, as economias-mundo estão divididas em Estados de centro e em áreas periféricas. Os estados de centro são as áreas favorecidas da economia-mundo. “Em tales Estados, la creacion de un fuerte aparato de Estado unido a una cultura nacional, fenómeno a menudo llamado integración, sirve como mecanismo para proteger las disparidades surgidas em el seno del sistema mundial y como máscara ideológica justificadora del mantenimiento de tales disparidades” (WALLERSTEIN, 1999:492). Essa divisão da economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que requerem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização se encontram nas áreas centrais. “Dado que una economia-mundo capitalista recompensa esencialmente el capital acumulado, incluyendo el capital humano, em mayor medida que la fuerza de trabajo ‘em crudo’, la mala distribución geográfica de estas cualificaciones ocupacionales pose una fuerte tendencia hacia su automantenimiento” (WALLERSTEIN,1999:493).

cápsulas, injetáveis, xaropes, supositórios, pomadas e adesivos; a seguir há a fase de comercialização e *marketing*. A produção brasileira tem se centrado no terceiro e quarto estágios, com forte dependência tecnológica e de importação de fármacos (QUEIROZ e GONZÁLES, 2001:122).

Nas duas últimas décadas do século passado e início deste não ocorreu nenhuma mudança estrutural no que diz respeito ao lugar ocupado pela produção brasileira de medicamentos no mercado internacional, que se consolidou desde os anos de 1930. Ao contrário, apesar de mudanças no que diz respeito à legislação sanitária, a lei de patentes, a produção de genéricos e às mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, o que se viu foi o aprofundamento da centralização de capitais no setor da produção de medicamentos impostas pela economia globalizada.

Na década de 1980, o Estado começou a abandonar a política desenvolvimentista assumida desde os anos de 1930 e passou a ter que se reajustar a outro modelo global de desenvolvimento econômico. Segundo Lamonier (1990), nesse período passam a coexistir, no Brasil, dois projetos econômicos, sendo um estatizante, em crise, e o liberal, em ascensão, que teve sua efetivação nas políticas que se seguiram nos anos de 1990.

De maneira geral, podemos caracterizar essa crise do modelo desenvolvimentista/estatizante pelos altíssimos índices de recessão vivida desde o governo Figueiredo (1979-1985), associados a uma situação de crescimento inflacionário. Segundo Moura (1990), de 1982 a 1983 ocorreu a mais profunda queda do nível de atividade econômica dos últimos 60 anos. Em 1983 houve uma queda de 5,9% na produção industrial brasileira. Esse quadro, articulado à situação política internacional criada pela decretação da moratória mexicana em 1982, levou a uma dificuldade maior na obtenção de empréstimos e, por fim, resultou na tutela de nossa política econômica pelo FMI.

No governo Sarney (1985-1990), a continuação do quadro de elevada inflação desencadeou sucessivas tentativas de estabilização econômica por meio de planos econômicos, como Cruzado I e II e o Plano Bresser. De modo geral, podemos dizer que essas tentativas redundaram em fracasso generalizado. Em 1988 a taxa de inflação chegou a 684,6% e no fim do governo Sarney atingiu a cifra diária de 2%, acumulando ainda um déficit público gigantesco.

O resultado dessa situação se fez sentir no setor de saúde. Apesar de a Constituição de 1988 representar avanços nas políticas públicas no que diz respeito ao capítulo da saúde, a década foi marcada por uma das piores crises do sistema previdenciário no Brasil, incluindo a atuação da CEME. Durante o Plano Cruzado, a situação referente aos medicamentos chegou a um ponto crítico. Por um lado, porque os fabricantes deixaram de produzir vários produtos que estavam com preços congelados; por outro, havia também a falta de frascos e de vidros para embalagens. No âmbito governamental, a CEME sofria sérios reveses, enfrentando um forte *lobby* da indústria farmacêutica privada, que não desejava a auto-suficiência do Estado na produção de medicamentos, nem mesmo daqueles considerados essenciais (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1991).

Nos anos de 1990, sob os governos Collor (1990-1992) e FHC (1994-2002), teve início a implantação das políticas liberalizantes no Brasil, seguindo orientação adotada pelos organismos internacionais desde a década anterior e que tinham como referência o receituário ditado pelo Consenso de Washington<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Nos anos de 1980 criou-se um plano único de ajustamento das economias periféricas, batizado de Consenso de Washington que visava à homogeneização das políticas econômicas nacionais levadas a cabo diretamente por técnicos dos bancos internacionais, como ocorreu na África; por economistas universitários estadunidenses, como na Bolívia, Polônia e Rússia; ou por corpos burocráticos dos próprios países afetados, como no caso do Brasil, México e Argentina. Segundo Fiori, o programa se caracteriza por “uma estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o

No que diz respeito à produção industrial, a política de estabilização do Plano Real sob o governo Fernando Henrique Cardoso produziu efeitos negativos. Segundo dados do governo, a indústria nacional perdeu, de 1994 a 1997, um mercado de 17,7 bilhões de dólares, fechou 450 mil postos de trabalho e acumulou um déficit comercial de mais de sete bilhões de dólares em 1996 (FIORI,1997:92).

Ilustrativos, também do processo de liberalização, abertura e internacionalização econômica dos anos de 1990 são os dados sobre o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil - IDE. Segundo Sarti e Laplane (2002:64), desde a segunda metade da década de 1990 o IDE teve uma trajetória ascendente, chegando, em 2000, à casa dos US\$32 bilhões líquidos. No caso brasileiro, parte considerável do IDE foi destinada à aquisição de empresas existentes, muitas delas empresas públicas cuja privatização em 1999, atingiu 30,7% do valor líquido do IDE. Nesse sentido, o IDE aprofundou o grau de internacionalização produtiva da economia brasileira. No ano 2000, 46% das 500 maiores empresas, no Brasil, eram estrangeiras, e em 1989 esse índice chegava a apenas 30%. O processo de internacionalização por meio do IDE atingiu, particularmente, o setor de serviços, com a privatização dos setores financeiros e de telecomunicações. Esse processo foi preponderante no setor farmacêutico, com resultados diretos sobre sua estrutura.

A abertura comercial que facilitou a importação de matérias-primas (fármacos), a liberalização dos preços de medicamentos, bem como a nova Lei de Patentes<sup>28</sup> e de

---

Banco Mundial vem chamando de reformas estruturais; liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico” (FIORI, 1997:12).

<sup>28</sup> Grosso modo, podemos dizer que sua função é garantir ao inventor de um produto, de um processo de produção ou de um modelo de utilidade – desde que essa invenção atenda os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial – o direito de obter a patente que lhe assegure a propriedade de sua invenção por um determinado período. Durante esse período, quem quiser fabricar com fins comerciais, um produto patentado, deverá obter licença do autor e pagar-lhe *royalties*. ([www.economiabr.net](http://www.economiabr.net). Lei de patentes. O que é? Acessado em 15/01/2004. 20:45) .

genéricos, marcam uma forte expansão do setor. O resultado desse conjunto de mudanças foi a retomada dos investimentos. Segundo Queiroz e Gonzáles (2001:142):

Para o período de 1997/2000, a ABIFARMA previa investimentos de US\$ 1,3 bilhão. A nova planta da Glaxowellcome, inaugurada em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, representou um investimento de US\$ 20 milhões. A da SmithKline Beecham, inaugurada em fevereiro de 1999, também no Rio de Janeiro, custou US\$ 80 milhões. A Roche investiu US\$ 60 milhões em sua fábrica carioca. Os investimentos da Servier [...] deverão ser de US\$ 50 milhões, apenas em sua primeira etapa.

## 2.2.1 Produção de medicamentos e Lei de Patentes

Nesse contexto, a criação da Lei de Patentes se constituiu em um marco legal importante para a indústria farmacêutica no Brasil. A lei nº 9.279 foi aprovada em 1997 e trata de proteção da propriedade industrial. Até a promulgação dessa lei o Brasil agia de acordo com a lei nº 5.772/71.<sup>29</sup> Essa lei, no entanto, proibia a concessão de patentes, no Brasil, para os setores da indústria química, de alimentos, farmacêutica, nuclear, de misturas metálicas, técnicas operatório-cirúrgicas e terapêuticas e usos de microorganismos. Conseqüentemente, qualquer invenção nessas áreas era de domínio público no Brasil. Tal política visava permitir um salto tecnológico no setor. Na área de transformação obteve-se

---

<sup>29</sup> Em 1884, a Convenção de Paris, fundou a União Geral para proteção da Propriedade Industrial, a qual incluía o setor farmacêutico na proteção às invenções e à propriedade industrial. Os produtos e processos da área farmacêutica ficaram patenteáveis no Brasil até 1945, com prazos de quinze anos para patentes de medicamentos e de dez anos para processos. A partir do Decreto Lei nº. 7.903 de 28/08/45 os produtos químicos farmacêuticos de qualquer tipo passaram a não ter mais patente reconhecida. O patenteamento de processos porém, vigorou até 1969, quando foram revogadas todas as formas de patentes existentes na área farmacêutica, através do decreto lei nº 1.005 de 1969. Relatório Final da CPI dos Medicamentos, Brasília, 2000.



significativa transferência de tecnologia, mas o mesmo não ocorreu com a produção de fármacos.

Os Estados Unidos da América, desde os anos de 1970, passaram a exigir mudanças na forma de concessão de patentes. As discussões sobre a propriedade industrial passaram a ser feitas pelo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que era um ambiente favorável aos estadunidenses. Segundo Bermudez (2004:69):

Em Abril de 1994, encerrou-se a mais longa e complexa rodada de negociações sobre o comércio internacional – conhecida como Rodada Uruguai – no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), culminando na assinatura de uma série de acordos multilaterais e na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre os diversos acordos assinados pelos 123 países signatários, está o Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio (Agreement on Trade-related Aspects of Intellectual Property Rights) – o Acordo TRIPS.

Para fazer parte da OMC os países tiveram que aceitar as condições impostas sobre a propriedade industrial. A adesão do Brasil à OMC levou à aprovação da atual Lei de Patentes. Pelo acordo firmado a partir da TRIPS os países não poderiam excluir nenhuma área tecnológica da concessão de patentes. No caso brasileiro, isso significava que teria que conceder patentes de medicamentos, substâncias químicas e alimentos. Essa lei instituiu o patenteamento de produtos e processos de forma generalizada pelo prazo de 20 anos. O objetivo político dessa adesão era atrair investimentos externos. Segundo Bermudez (2004), foi o setor de medicamentos que esteve por detrás das pressões estadunidenses para a inserção do tema da propriedade industrial no âmbito do GATT. Vale a pena destacarmos que, na indústria farmacêutica, a proteção patentária é um forte instrumento de apropriação dos resultados de inovação, uma vez que os produtos recentemente lançados e protegidos

por patente atingem um alto preço de comercialização e podem retardar a concorrência por parte de outras empresas.

### 2.2.2 Dados sobre o estágio de pesquisa e desenvolvimento

Se estabelecermos uma comparação entre a área de pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, no Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, veremos que houve poucos avanços. Segundo Queiroz e Gonzáles (2001:124), na década de 1980 não houve praticamente nenhum desenvolvimento nessa etapa de produção. Os motivos apresentados são: os custos envolvidos no processo de pesquisa que podem chegar de 15 a 20% das vendas da indústria; a ausência de qualificação de pessoal; a fragilidade das empresas locais, em que cerca de 80% das empresas instaladas detinham apenas 20% do mercado nacional; a política de centralização de P&D pelas empresas estrangeiras nos países de origem e o quadro institucional que levava a um desestímulo em virtude da lei de patentes em vigência até então.

Nos anos de 1990 foi possível perceber uma pequena mudança no que diz respeito a esse quadro. Algumas empresas (p.ex., Glaxo Wellcome, Novartis brasileira, Bristol-Mayers) passaram a realizar, no país, atividades de pesquisa clínica. Esta é a fase em que o novo fármaco é testado em um pequeno grupo de voluntários, quando se verificam sua eficácia e efeitos colaterais. Essa atividade corresponde a uma fase importante de P&D e consome 60% dos valores investidos na pesquisa. A mudança no quadro da pesquisa esteve vinculada à nova legislação patentária e à forte ampliação dos preços na década de 1990.

No entanto, devemos destacar que na área de P&D a capacidade está situada fora do Brasil – em 1998 as empresas do setor gastaram 0,53% do seu faturamento em

atividades de P&D (GADELHA, 2003), fato que reforça a divisão internacional do trabalho, pela qual atividades de alto valor ficam fora do alcance do país. Dessa maneira as limitações encontradas na década de 1980 persistiram nos anos de 1990 e avançaram no início deste século, apesar de algumas iniciativas no âmbito do Estado.<sup>30</sup>

### 2.2.3 Produção de fármacos

Sobre a produção de fármacos no Brasil – fase dois do processo produtivo – houve um retrocesso na produção nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Radaele e Pereira (2003:13), nos anos de 1980:

Buscou-se ampliar a produção por meio de um conjunto de medidas e políticas, entre as quais uma portaria conjunta dos Ministérios da Saúde, Indústria e Comércio que regulamentava a concessão de autorização para produção de matérias-primas, insumos farmacêuticos e aditivos utilizados na fabricação de medicamentos (Portaria nº 4, de 03/10/84). O objetivo era proteger e ordenar o mercado, evitando projetos concorrentes e com eles o risco de construção de capacidade produtiva excedente. No final da década de 1980, mais de 70% do mercado de fármacos era atendido pela produção nacional. O faturamento do setor de fármacos, que não chegava a US\$ 270 milhões em 1982, atingiu aproximadamente US\$ 500 milhões em 1991, sendo que antes do Plano Collor estava na casa dos US\$ 600 milhões. As exportações também cresceram, sendo que as importações, que mostravam uma certa estabilidade até 1986, a partir deste ano voltaram a crescer.

---

<sup>30</sup> Em 2004, o Governo instituiu, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o PROFARMA – Programa de apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva farmacêutica. Trata-se de uma linha de crédito voltada para o financiamento de atividades relacionadas à produção de medicamentos, à pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento das empresas nacionais ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) acessado em 09/04/2006, 22:50). Até Junho de 2005 o Programa já havia aprovado, segundo a Febráfarma, o financiamento de R\$ 77,4 milhões destinados a projetos de expansão de cinco laboratórios. Para a área de fármacos, o BNDES é o principal financiador de pesquisa e desenvolvimento. O impacto dessa medida ainda não pode ser mensurado, mas a linha de crédito tem sido desde já considerada insuficiente pela Febráfarma (RUMOS da política industrial para o setor farmacêutico. **Revista Indústria Farmacêutica**. nº 9. Maio/Junho 2005. Disponível em < [www.febrarfarma.org.br](http://www.febrarfarma.org.br) > Acessado em 29/03/2006).

Desde o governo Collor o quadro mudou rapidamente. Dentro da política de abertura econômica estabelecida por esse governo, foi implementada a redução das tarifas de importação. Segundo a Gazeta Mercantil (*apud* QUEIROZ e GONZÁLES, 2001:135) o Brasil importava US\$ 200 milhões em produtos do setor farmacêutico, no início da década de 1990. No final dessa década importou US\$1,2 bilhão. Aliado a isso, a aprovação da Lei de Patentes, em vigor desde 1997, dificultou a cópia de produtos, levando à perda de estímulo da indústria farmacológica. Nesse quadro, muitas empresas farmacêuticas nacionais e estrangeiras fecharam suas instalações e passaram a importar esses produtos, ocorrendo um aumento da desverticalização das empresas no Brasil, que passaram a se dedicar quase que exclusivamente à produção de medicamentos.

Interessante observarmos que a abertura para o mercado de farmacológicos não teve como resultado a queda de preços dos produtos nas farmácias. Segundo Queiroz e Gonzáles (2001), para produtos mais novos é generalizada a prática de preços de transferência e, na ausência de produção interna, a tendência é de encarecimento dos custos de produção farmacêutica. Assim, o aumento de concorrência associado à queda de preços, que teoricamente ocorreria com a abertura econômica, nesse caso não aconteceu.

#### 2.2.4 Produção de medicamentos

A produção de medicamentos tem sido o estágio mais desenvolvido no Brasil. O mercado brasileiro de medicamentos em 2003 foi o décimo primeiro do mundo, com vendas anuais superiores a R\$ 16 bilhões e um volume de vendas em torno de 1,4 bilhão de

unidades. O setor gerou, ainda, 47,1 mil empregos diretos e em torno de 120 mil indiretos (REVISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2004:28).

Nos anos de 1990 as mudanças na economia beneficiaram a produção de medicamentos. Dentre elas, podemos apontar o processo de abertura comercial, pois, especialmente as filiais das firmas estrangeiras passaram a desfrutar de maior liberdade de importação de matérias-primas. Nessa mesma década ocorreu a liberalização de preços. Segundo Frenkel (2001), esta apresenta uma característica peculiar: o aumento do faturamento das empresas associado à diminuição das quantidades vendidas. Esse fato só ocorreu em virtude da elevação do preço médio dos medicamentos. O que se pode notar ao longo da década é o aumento generalizado de preços, como podemos ver a seguir.

**Figura 2**

**Tabela: reajustes dos remédios x inflação (em %)**

Ano	Reajustes remédios	Inflação (IPC-FIPE)	Diferença	Acumulada
1984	167,6	178,6	(3,9)	(3,9)
1985	191,1	228,2	(11,3)	(14,8)
1986	24,6	68,1	(25,9)	(36,9)
1987	526,3	367,2	34,1	(15,3)
1988	775,5	891,6	(11,7)	(25,3)
1989	1.572,8	1.635,7	(3,6)	(28,0)
1990	1.737,6	1.639,1	5,7	5,7
1991	350,9	458,6	(19,3)	(14,7)
1992	1.562,5	1.130,0	35,2	15,3
1993	3.509,7	2.491,0	39,3	60,6
1994	732,7	941,3	(20,0)	28,4
1995	20,0	23,2	(2,6)	25,1
1996	15,3	10,0	4,8	31,1
1997	5,9	4,1	1,7	33,3

**Fonte:** FIPE, ABIFARMA e Gazeta Mercantil (Panorama Señorial, 1997, *apud* QUEIROZ e GONZÁLES 2001:140)

Cabe ainda lembrar que, no período, a população brasileira aumentou em cerca de quinze milhões de pessoas, o que mostra uma forte restrição ao acesso a medicamentos

pela população<sup>31</sup>. Nesse período foram adotados alguns mecanismos de restrição ao abuso do aumento de preços. Diversos processos foram apresentados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em que se acusavam as empresas de práticas oligopolistas e de conduta anticompetitivas<sup>32</sup>, mas não se obteve nenhuma punição. A criação da Lei de Genéricos também buscou uma maior competitividade no mercado, não obtendo, porém, resultados relevantes sobre os preços dos produtos.

Na mesma linha, tem-se verificado o aumento do faturamento de medicamentos durante toda a década aliado à forte concentração dos lucros, uma tendência internacional nos anos de 1990. As tabelas abaixo demonstram essa tendência:

### Figura 3

**Tabela: Faturamento do mercado de medicamentos**

Ano	Faturamento (US\$ bilhões)
1992	3,70
1993	4,84
1994	6,18
1995	8,27
1996	9,69
1997	11,20
1998	11,90

Fonte: Romano e Bernardo (2001:446)

<sup>31</sup> Segundo Pinheiro (1999:176), em 1997 cerca de 40% da população brasileira se encontrava excluída do mercado consumidor de medicamentos. Segundo a ABIFARMA, os 15% da população com renda de mais de 10 salários mínimos são responsáveis por 48% do consumo de medicamentos no Brasil, enquanto que a camada dos que ganham até 4 salários mínimos respondem por apenas 16% do consumo.

<sup>32</sup> Para melhor compreensão da questão, consultar MELLO (2001).

**Figura 4****Tabela: Participação das maiores empresas no faturamento**

<b>Nº.Empresas</b>	<b>Participação (%) no faturamento</b>
10 maiores	43,94
20 maiores	65,55
30 maiores	78,96
40 maiores	86,60
50 maiores	89,69
60 maiores	91,07

Fonte: Romano e Bernardo (2001:446)

Romano e Bernardo (2001) ressaltam que poderíamos supor que há um baixo grau de concentração na indústria farmacêutica, pois cerca de 40 laboratórios dominam 86% do mercado. Não obstante essa aparente fragmentação, a indústria apresenta características de monopólios e oligopólios. Quando observamos que há necessidade de produtos específicos para cada tipo de doença e que o grau de substituição de um medicamento é lento, evidencia-se a existência de um elevado grau de concentração, sendo comum o controle de mais de 80% do mercado de um medicamento pelas três ou quatro maiores empresas, atuando em cada classe farmacêutica, onde não possuem concorrentes e seus produtos encontram-se protegidos por patentes. Ainda, segundo a ALANAC<sup>33</sup>, em 1998, das 350 empresas presentes no Brasil, 56 eram filiais de multinacionais e dominavam 72% da produção de medicamento; 278 eram de capital privado nacional, controlando 19,6%, e 16 eram laboratórios estatais com o controle de 8,4%. O que aponta para a continuidade do processo de concentração de capitais em escala internacional.

Segundo Queiroz e Gonzáles (2001:142), outros fatores, como a Lei de Patentes e o processo de reestruturação internacional das empresas, buscando uma racionalização da produção, também são indicados como importantes para o crescimento do setor. No que diz respeito aos processos de reestruturação, ocorreu o fechamento de plantas industriais

<sup>33</sup> Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, *apud* CASTRO (2001:19).

menores e menos eficientes e o reforço das bases mais consolidadas. O Brasil, devido à importância de seu mercado e da infra-estrutura instalada, tornou-se um candidato a consolidar uma grande plataforma fabril para a América Latina. O resultado desse conjunto de mudanças foi a retomada dos investimentos, que podem ser compreendidos no quadro de expansão do IDE, no Brasil, e de conseqüente crescimento da internacionalização da economia.

Outro dado importante da produção de medicamentos, no Brasil, está ligado à produção de genéricos. Desde 1983 já era obrigatório constar na rotulagem do medicamento, juntamente com o nome da marca, a denominação genérica. No entanto, essa determinação era burlada constantemente pelas empresas. Em 1993, o governo editou o decreto n. 793, cuja principal exigência era que o nome genérico fosse três vezes maior do que o nome da marca do produto nas embalagens. Em 1998, a Resolução CNS n. 280 considerava a necessidade do estabelecimento de uma política de medicamentos genéricos como uma das formas de ampliar o acesso a medicamentos e promover seu uso racional no país. Em 1999 foi criada a Lei dos Genéricos n. 9.787, coincidindo com o momento de alta generalizada dos medicamentos. Essa lei possibilita a cópia de medicamentos, após o vencimento do tempo previsto pelo direito patentário sobre os medicamentos de referência e visa substituir a produção de similares.<sup>34</sup> Essa produção, apesar de pequena, tem apresentado um crescimento significativo com relação ao restante dos medicamentos.

---

<sup>34</sup> Tanto genéricos quanto similares são cópias dos chamados medicamentos de referência, que são inovadores. No entanto, para que um medicamento seja considerado genérico é necessário que ele seja bioequivalente, ou seja, que administrado na mesma dose molar, nas mesmas condições experimentais, não apresente diferenças estatisticamente significativas com relação à velocidade e à extensão de absorção de um princípio ativo (biodisponibilidade). Para seu registro são necessários testes de bioequivalência, o que não é exigido aos similares.



A Lei dos Genéricos atendia também as expectativas de uma parte do empresariado brasileiro ligado à produção de medicamentos<sup>35</sup>. Segundo Castro (2001:47):

As expectativas iniciais a indicavam como uma grande oportunidade de crescimento da indústria farmacêutica de capital nacional. Por um lado, com uma esperada expansão do mercado de medicamentos, através da inclusão de parcela dos 40% da população hoje excluída, possibilitada pelo preço mais baixo dos genéricos. Por outro lado, com uma ampliação, rápida e significativa, da participação dos genéricos no mercado de prescrição, a exemplo do que ocorreu em outros países, abrindo a possibilidade de uma ampliação do *market share* da indústria nacional. Com a produção de similares, os laboratórios privados de capital domésticos nunca conseguiram passar de uma participação entre 18% e 20% no mercado brasileiro.

Em que pesem essas expectativas, vários problemas têm sido apresentados para a incorporação dos genéricos, dentre eles: a expansão do consumo, que tem se dado mais por substituição do que por incorporação de novas parcelas de consumidores; menor demanda por genéricos que o esperado, em razão da resistência das farmácias, que não se interessam pela sua venda, cujo retorno é menor do que se obtém comercializando medicamentos de marca; e a ausência de uma política industrial no setor de medicamentos que vise fortalecer a indústria nacional. Mesmo frente a tais dificuldades, a venda de medicamentos genéricos cresceu mais do que a de mercado de remédios em 2004. Em 2005 as vendas cresceram 23,2%, alcançando uma participação de 11,34% no mercado farmacêutico brasileiro. Em volume financeiro, a comparação com 2004 mostra que o aumento foi de 56,5% (GAZETA DIGITAL, 2006).

---

<sup>35</sup> Existem três tipos de medicamentos no mercado brasileiro: os referentes, os genéricos e os similares. Os primeiros são aqueles lançados após todas as etapas de pesquisa e estudos clínicos e representam inovação. Os genéricos copiam a fórmula do referente, mas passam por testes de bioequivalência que medem a ação do produto no organismo. Os similares também copiam os referentes, no entanto, não há obrigatoriedade da realização de teste de bioequivalência.

Embora a introdução dos genéricos tenha aumentado a participação das empresas de capital nacional nas vendas, seu desempenho tem atraído também as multinacionais. Três dos quatro maiores fabricantes de genéricos do mundo estão no Brasil. São elas a israelense Teva, a número um do mundo, a Novartis e a alemã Ratiopharm, quarta maior do grupo.

### 2.2.5 Propaganda e *marketing*

Mas antes de respirar para o próximo paciente, surge aquele rapaz simpático com sorriso satisfeito da vida e ar crédulo, que, solícito, pede-me para entrar e adivinhem o que traz? Mais um brinde para não o esquecermos no dia de amanhã. Com o brinde, uma monografia geralmente assinada por um médico ou farmacêutico, aqueles “papas” que quando falam ou escrevem ninguém duvida. Acreditam tanto no que dizem que quase os vejo no campo de futebol com calção e camisa com logotipo da sua indústria farmacêutica [...] Após uma jornada pesada de trabalho chego em casa com uma tremenda enxaqueca, procuro por uma bolsa de água para proporcionar-me refrigério e só encontro a cedida por um laboratório em que se destaca o nome do anti-enxaquecoso e a menção “alívio da dor” [...] Felizmente não sonhei com aquela moderníssima apresentação sublingual do anti-inflamatório, que só para me desafiar, o propagandista trouxe em um caixinha com dois comprimidos placebos que se dissolviam em segundos debaixo da língua simulando o original. Que tecnologia, não? Encaro o representante e pergunto pelo preço e descubro que custa alguns dias de trabalho do paciente que ganha salário mínimo. (BOMFIM, 1999:226)

Na etapa de propaganda e *marketing* salienta-se o grande investimento realizado pelas empresas. Em 1980, 36% do custo do medicamento era gasto em *marketing*. Em 1990, entre 20 e 30% foram destinados a esse fim. Em 2005, a Febrfarm anunciou que o setor investiu US\$ 313,8 milhões, sendo dois terços desse valor destinados à modernização das fábricas e US\$ 35,7 milhões em *marketing*. Número superior à aplicação em pesquisa, de

US\$ 32,5 milhões, e em desenvolvimento de novos produtos de, US\$ 19 milhões (REVISTA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, 2005).<sup>36</sup>

Os altos investimentos refletem a competitividade entre as empresas, principalmente no que diz respeito aos medicamentos de marca e similares. Os genéricos têm usado como estratégia de competição os preços mais acessíveis, porém, nota-se um movimento no sentido de realizar propaganda do laboratório responsável pela produção.

Esses investimentos se relacionam também às estratégias adotadas que não atingem diretamente o consumidor – a não ser no caso de medicamentos que são vendidos sem prescrição médica, os OTC<sup>37</sup> – mas o médico e o farmacêutico. Algumas dessas estratégias são: o uso de *marketing* por meio de imprensa médica, utilizando artigos assinados por peritos reconhecidos no meio e que formam opinião, e a distribuição intensa de brindes junto à classe médica e farmacêutica.

Os excessos cometidos pelas indústrias farmacêuticas no que tange à divulgação de medicamentos sem a observação da ética e da legislação sanitária têm sido objeto de crítica<sup>38</sup>. A indução à prescrição e ao consumo de medicamentos de forma intensiva sem avaliar o real impacto sobre a saúde do consumidor tem sido apontado como o maior dano. A rotina de massacre publicitário vivenciada pelos médicos é agravada, muitas vezes, por uma formação deficiente dos profissionais da saúde que não têm conhecimento preciso das substâncias ativas que prescrevem.

---

<sup>36</sup> Em 2006 a indústria farmacêutica planejava investir R\$ 2,25 bilhões. As campanhas de *marketing* deveriam ficar com 43% e programas de pesquisa e desenvolvimento receberiam 13%, segundo pesquisa da Febrarma (PORTAL EXAME, 2006).

<sup>37</sup> *Over the counter*, ou remédios vendidos no balcão.

<sup>38</sup> Existe uma ampla literatura crítica a respeito da propaganda de medicamentos. Vide Bomfim (1999), Bermudez (2004), Gemal (2004), Temporão (1986), entre outros. O assunto foi objeto de discussão também na CPI dos Medicamentos, instituída em 1999 pela Câmara dos Deputados.

A subordinação da questão da saúde, no caso específico do consumo de medicamentos, aos interesses das indústrias tem gerado toda série de distorções que vão desde a má prescrição, o consumo sem orientação médica, o encarecimento dos medicamentos devido aos altos investimentos em propaganda – que compõem o preço final da produção capitalista de mercadoria – até o lançamento de medicamentos aparentemente novos, mas que possuem o mesmo efeito de outros já conhecidos.

### **2.3 Medicamentos e políticas públicas**

A produção de medicamentos se dá na órbita da produção capitalista da mercadoria. Nesse sentido, a finalidade primeira da indústria de medicamentos é a produção de mais valia. Porém, simultaneamente, o medicamento é uma mercadoria que se relaciona com a reprodução societal. Encontra-se no limiar entre os objetivos do capital e as condições de sobrevivência da humanidade.

O fato de que a ciência se encontra vinculada aos interesses da produção e reprodução capitalista leva à negação do direito humano à saúde. Exemplo disso é que a maior parte das pesquisas em medicamentos volta-se para doenças de “ricos” ou que incidem prioritariamente em países ricos, onde a população pode pagar por determinado produto. As doenças que atingem a população de países pobres, como a malária, Leishmaniose e outras, são objeto de poucas pesquisas. Assim, das 1377 moléculas que se desenvolveram entre 1975 e 1997, somente treze são voltadas para enfermidades tropicais, e são essas que trazem mais complicações e morte para a humanidade em seu conjunto.

Frente a essas contradições, o Estado se apresenta como mediador. Segundo Mézsáros (2006:106), a existência do Estado moderno é uma exigência para assegurar e proteger, permanentemente, a produtividade do sistema do capital. O Estado atua no sentido de controlar as próprias contradições do funcionamento desse sistema. Estas se dão na órbita da produção e controle, produção e consumo e produção e circulação de mercadorias<sup>39</sup> e se manifestam sob a forma de antagonismos sociais. O Estado moderno complementa de forma indispensável esse sistema, estabelecendo uma relação única na história entre economia e política. Nesse sentido, pensar a intervenção do Estado na produção de medicamentos é pensar essa complementaridade, em que as forças do capital, personalizadas pela indústria farmacêutica, influenciam e disputam esse espaço, mas também o constituem, buscam nele a solução para seus impasses e contradições. Dessa maneira, a contradição entre a alta e sofisticada produção de medicamentos e o não acesso de grande parte da população do planeta a esse bem se torna exemplar para percebermos a contradição que dissocia produção e consumo, restando ao Estado tentar equacionar esse problema sem prejuízo ao capital.

A ação corretiva do Estado frente às contradições inerentes à produção da mercadoria medicamento tem sido feita de maneira sistemática, mas não se realiza sem conflitos, no interior do próprio Estado. O embate se dá entre aqueles setores da sociedade que defendem uma intervenção mais profunda sobre a produção, o consumo e o controle do processo produtivo, além de ações no sentido de estabelecer políticas que garantam o acesso

---

<sup>39</sup> Para Mézsáros(2002:105), a vitória do capital está marcada por uma crescente perda do controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social. Esses defeitos estruturais do controle são caracterizados, primeiramente, por um sistema de produção e controle radicalmente isolados e que se encontram diametralmente opostos; em segundo lugar, porque há uma independência problemática entre produção e consumo, que se encontra localizado e concentrado em lugares e classes específicas; e por fim, porque há uma dissociação entre produção e circulação. Nas três situações o defeito estrutural do controle está localizado na ausência de unidade e “o caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de antagonismos sociais”.

aos medicamentos essenciais<sup>40</sup> pelas populações pobres, e aqueles que defendem a liberalização completa do mercado.

Em diferentes momentos o Estado brasileiro procurou controlar a interferência do capital em aspectos relativos à saúde pública. Podemos assim destacar: em 1923, a criação do Departamento Nacional de Saúde; em 1937, a criação do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia; em 1961, a promulgação do Código Nacional de Saúde, que procurava estabelecer padrões básicos para controle sanitário de medicamentos e alimentos; em 1969, o Decreto Lei 986/69 que descentraliza a fiscalização sanitária para as secretarias de saúde dos estados, territórios e municípios; em 1976, o Decreto 79.056, que criou a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária; em 1977, o Decreto 74.170, que dispunha sobre a produção de medicamentos. A existência de uma rede de laboratórios públicos no país e a própria criação da CEME, nos anos de 1970, podem também ser consideradas expressões da mediação realizada pelo Estado frente à produção e consumo de medicamentos.

Porém, como destaca Costa (1999), esse processo normativo que historicamente teve o poder executivo na dianteira, criando e encaminhando projetos de leis em momentos de crise aguda da saúde pública, frequentemente foi descumprido com a omissão do próprio Estado.

Nos anos de 1990, o Acordo TRIPS<sup>41</sup> e a nova Lei de Patentes representaram uma vitória dos interesses da indústria farmacêutica mundial dentro do próprio Estado

---

<sup>40</sup> Medicamentos essenciais são aqueles medicamentos que satisfazem as necessidades de cuidados da saúde da maioria da população; devem, portanto, estar disponíveis em todos os momentos, em quantidades adequadas e em apresentações apropriadas, a um preço que a comunidade possa pagar. (WHO, 2000 *apud* LUIZA e BERMUDEZ, 2004).

<sup>41</sup> Segundo Bermudez (2004), o acordo TRIPS representa uma barreira ao acesso aos medicamentos. As patentes possibilitam às empresas farmacêuticas estabelecerem altos preços porque a demanda por medicamentos é inelástica ao preço. Ou seja, independente do preço, sempre haverá uma parcela da população disposta e com necessidade de consumi-los. No entanto, em países pobres como o Brasil existem poucos

brasileiro. Porém, face aos aumentos abusivos de preços, a falência dos programas públicos de saúde e a pressão da sociedade, o Estado viu-se na posição de intervir como controlador da produção de medicamentos.

No período ocorreram três CPIs ( Comissão Parlamentar de Inquérito) que tratavam da questão dos medicamentos. A primeira em 1993-94 e outra logo em seguida, em 1995. Em 1999 foi instalada uma última, que tinha como objetivo investigar os reajustes de preços e a falsificação de medicamentos, materiais hospitalares e insumos de laboratórios. Nesse mesmo contexto foi criada a Lei dos Genéricos, como parte de uma política de assistência farmacêutica para o país.

Outras duas ações merecem atenção: primeiro a criação da ANVISA –Agência Nacional de Vigilância Sanitária – em 1999, em substituição à VISA – Vigilância Sanitária, e o programa de revitalização dos Laboratórios Oficiais. A criação da Agência se insere dentro de uma proposta de modernização da vigilância sanitária no Brasil.<sup>42</sup>

É importante percebermos que toda essa movimentação ocorreu dentro do âmbito da formação do Mercosul e da necessidade de uma regulamentação e fiscalização claras quanto às questões sanitárias. Como nos indica Costa (1999:433), o sistema produtivo constitui o principal alvo da Vigilância Sanitária. Para a autora:

Os processos de trabalho desenvolvidos pelo aparato institucional estão fundamentalmente voltados para atender as demandas do segmento produtivo e o mercado  
s e  
normas.

---

recursos para alocar nos sistema de saúde e os preços altos representam uma importante barreira ao acesso aos mesmos.

<sup>42</sup> Segundo Gemal (2004:175): “O governo federal moderniza o sistema de vigilância que já existia – que uns consideravam cartorial, ineficaz, ineficiente, corrupto, enfim, todo uma série de adjetivos não muito agradáveis, mas que a qualificavam no passado. A criação da ANVISA[...]além do processo de modernização do ponto de vista administrativo, modernização do ponto de vista técnico e financeiro, na fonte de receita, da fórmula com que poderia trabalhar com a chamada independência financeira. São criadas novas taxas, são criados novos mecanismos para tornar a vigilância sanitária auto-suficiente.”

Os destinatários finais, ou seja, os consumidores, vêm sendo mantidos ausentes das prescrições normativas e da construção regulamentadora. Não são informados dos riscos ou benefícios do consumo de determinados produtos, havendo uma espécie de usurpação de direitos e negação de elementos que poderiam concorrer para a elevação da consciência sanitária.

Integrante desse processo, a questão da qualidade total aparecerá como central nas novas normatizações sanitárias. Assim, por exemplo, a regulamentação da Lei de Genéricos pela Resolução 391/99 da ANVISA avança no sentido de aprofundar esse aspecto. No passado a qualidade era pensada apenas do ponto de vista do princípio ativo, sua correta identificação e pureza. A composição química era vista como uma garantia da qualidade desse medicamento. Posteriormente a técnica avança para a equivalência farmacêutica dos medicamentos. Com a política de genéricos e a discussão sobre a bioequivalência, outros aspectos físico-químicos, alguns aspectos da tecnologia de produção e da farmacologia passam a fazer parte da qualidade (GEMAL, 2004:178). Essa mudança incidirá sobre as rotinas e os fazeres dos trabalhadores da indústria farmacêutica.

Ainda no contexto de atuação do Estado é relevante enfocarmos a inserção dos Laboratórios Públicos Oficiais frente à produção de medicamentos no Brasil. Hoje a rede conta com 16 laboratórios oficiais. O surgimento desses laboratórios esteve relacionado à necessidade de combate a epidemias e produção de medicamentos, sendo que o mais antigo, o do Exército, surgiu ainda em 1808. Alguns centros de pesquisa também foram pioneiros: o Laboratório Bacteriológico, criado em 1892 (hoje Instituto Adolfo Lutz), foi o primeiro na pesquisa sobre a peste bubônica. Em 1899 um surto dessa peste em Santos, diagnosticado por Adolfo Lutz e Vital Brazil, precipitaria a criação do Instituto Soroterápico, na fazenda Butantã, para a produção de soros e vacinas, até então só produzidos no Instituto Pasteur, de



Paris. No mesmo ano e com o mesmo objetivo seria criado um Instituto Soroterápico no Rio de Janeiro, na fazenda Manguinhos, desde 1908 Instituto Oswaldo Cruz (REVISTA RETRATOS DO BRASIL, 1980).

Em 1971 foi criada a CEME, numa tentativa de solucionar o problema do acesso a medicamentos por parte da população carente do país. A produção desses medicamentos deveria ser suprida pela rede de laboratórios oficiais. Segundo relatório elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (1991), havia na sua fundação uma idéia nacionalista de autonomia do setor que, embora priorizasse a dimensão social da questão dos medicamentos, tinha desenvolvido uma proposta que considerava a perspectiva de um planejamento para o desenvolvimento científico e tecnológico acoplado ao desenvolvimento de uma indústria nacional de matérias-primas e medicamentos. A partir de 1975, esse projeto autonomista viria a enfrentar seguidos reveses e resistências em consequência de um novo arranjo político no interior do regime militar. A partir do Governo Geisel a CEME assumiu apenas as funções de compra e venda de medicamentos, e os objetivos mais amplos constantes do projeto inicial foram colocados em segundo plano. Mesmo assim a CEME, que tinha uma estrutura centralizada de gestão, exerceu, juntamente com os laboratórios oficiais, influência na composição de preços de medicamentos.

Nos anos de 1980 e 1990 esses laboratórios passaram por um processo crescente de sucateamento e utilização limitada de sua capacidade de produção instalada. A extinção da CEME, que ocorreu no contexto de diminuição da intervenção do Estado, também significou um golpe para os laboratórios oficiais que perderam a sua principal fonte de financiamento e tiveram sua ação política fragmentada por falta de um órgão que os congregasse.

Segundo consta no Relatório Final da CPI dos Medicamentos (2000), a falta de investimento no campo da pesquisa e desenvolvimento, além da importação de fármacos,

mantêm os laboratórios públicos reféns dos laboratórios internacionais, o que encarece os custos e inviabiliza a linha de produção. Além disso, os baixos ou quase inexistentes incentivos à produção e à distribuição são determinantes para a obsolescência ou mesmo ausência de equipamentos na maioria dos laboratórios. Agrava o quadro uma força de trabalho insuficiente, mal qualificada e mal remunerada. Apesar dessa situação, os laboratórios oficiais produzem a um custo muito inferior ao dos laboratórios privados.

No entanto, em 1999 sua produção equivalia a 10% do total das compras de medicamentos efetivadas pelo Ministério da Saúde. Em síntese, os laboratórios perderam a capacidade de servirem como reguladores de preços devido à porcentagem pequena de sua produção. Para se ter uma noção desse problema, no que diz respeito aos medicamentos essenciais e de alto custo, como os relacionados à diabetes e às doenças hipertensivas, cerca de 56% da demanda nacional não está contemplada na produção total da país, somadas as produções privadas e pública. Desses, 85% do total é produzido por laboratórios privados. Estima-se que no país existem cerca de 9,5 milhões de hipertensos e diabéticos que não têm acesso a esses medicamentos. Fica assim evidenciada a disparidade entre uma demanda crescente e a capacidade produtiva dos laboratórios oficiais (RELATÓRIO FINAL DA CPI DOS MEDICAMENTOS, 2000:83).

Em 1999, o governo federal deu início a um processo de modernização de seis laboratórios oficiais. Além de prever investimentos para reestruturar a gestão e a produção, a medida previa ainda reestruturar o seu modelo institucional, transformando os laboratórios em sociedades de economia mista e a instituição de contratos de gestão, em que estariam definidas as metas de produção, os investimentos e demais aspectos da relação entre os laboratórios e os governos estaduais e federal.

Na mesma direção caminham as conclusões do Relatório Final da CPI (2000:89), que em sua primeira recomendação às autoridades competentes diz:

Os laboratórios públicos devem cumprir uma missão social, sob a ótica da indissociabilidade da política industrial com a política de saúde, mas operando sem subsídios e à base de contratos de gestão [...] Deve-se sanear financeiramente o conjunto dos laboratórios oficiais como forma de inseri-los no mercado, vedando-se, a partir daí, qualquer tipo de subsídio [...] Deve-se realizar investimentos permanentes na atualização tecnológica dos laboratórios públicos, cujos recursos devem ser gerados pela própria entidade, salvo situações excepcionais.

Enfim, reconhece-se a necessidade da existência dos laboratórios oficiais para a consecução das políticas públicas relativas à saúde, mas, ao mesmo tempo, busca-se um modelo de funcionamento afinado com as regras e o princípio da produção privada de medicamentos, isentando o Estado da responsabilidade pela sua gestão.

### 3. AS FORÇAS DO TRABALHO FRENTE AO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a sua estrutura de rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (BORDIEU, 1996:81)

#### 3.1 Andanças: três trajetórias

Nas histórias dos trabalhadores que participaram desta pesquisa evidenciou-se um traço comum que os une: a mobilidade geográfica e ocupacional. Provenientes de cidades do interior de Goiás como Jaraguá, Corumbaíba, Nova Veneza, Barro Alto, Natinópolis, Rio Verde e Silvânia, ou de estados próximos como Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte, esses trabalhadores e suas famílias procuraram Goiás e particularmente as cidades de Goiânia e Anápolis como destino. Em sua maioria nasceram e foram trabalhadores rurais como seus pais. Um número menor, composto de trabalhadores na faixa de idade dos vinte aos trinta anos, nasceu nessas cidades, mas seus pais se estabeleceram nelas recentemente. É a primeira geração de trabalhadores da indústria farmacêutica nascida no espaço urbano. Waldivino<sup>43</sup> é um dos trabalhadores cuja família migrou há décadas para Goiás.

---

<sup>43</sup> Todos os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios.

Meu nome é Waldivino<sup>44</sup>. Eu tenho 54 anos. Minha origem é de Mossoró no Rio Grande do Norte. Vim para Goiás com dois anos de idade. E a gente se estabeleceu na região de Anicuns, interior de Goiás. Eu vim para Goiânia aos 23 anos. A imigração do Nordeste para a Região Centro-Oeste e Região Sul é de muitos anos. A região é muito pobre, até hoje é pobre. Como a mão-de-obra era muito escassa aqui, existiam aquelas pessoas que praticamente “traficavam” os nordestinos para Goiás. Para região de fazenda, de café, de caieiras. Meu padrinho tinha um caminhão, um pau-de-arara, então ele buscava nordestino no Rio Grande do Norte e trazia para Goiás, Brasília e outras regiões. Como Goiás era muito promissor, as pessoas diziam que aqui dava dinheiro na árvore, a gente veio com o padrinho [...]

Meus avós tinham um forno de caieira. Vieram para Goiás exatamente porque um pessoal encomendou. Esses nordestinos já foram direto para uma região de um fazendeiro, Saturnino Pimenta. Ele se tornou até amigo da família. Até hoje somos amigos. Meus pais foram morar na fazenda dele, na caieira, e trabalharam muitos anos com ele. Além do meu pai trabalhar com extração de pedras, a gente plantava alguma coisa na lavoura.

A primeira lavoura que nós tocamos em Goiás foi um cafezal que foi plantado por arrendamento. A gente plantou café; a produção que dava dentro, que era o arroz e milho, era nossa. Nós pegamos para formar o café e ficamos com ele durante quatro anos. Era para dar o café todo formado, sem nenhuma falha. Foi esse o acordo.

Quando a família de Waldivino decidiu migrar em 1953 da distante cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para a mais distante cidade de Anicuns, na região central de Goiás próxima a capital, deixando, segundo ele, uma “região muito pobre” em busca de uma terra que “dava dinheiro em árvore”, havia se iniciado em Goiás, especialmente na região para qual a família de Waldivino migrou, um processo de atração de capitais e pessoas que ficou conhecido como “marcha para o oeste”.

Historicamente essa região é conhecida como Mato Grosso Goiano e dela fazem parte as cidades de Goiânia e Anápolis. É uma região que se constituiu há menos de um século e passou por profundas transformações que afetaram a forma de ocupação do

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-GO, 16 de maio de 2005.

território, sua ecologia e demografia. Tornou-se em pouco tempo o principal centro econômico do estado de Goiás alterando a vida de milhares de pessoas que passaram a habitar as duas cidades.

As políticas de integração desencadeadas por Vargas (1930-1945) constituíram-se em um dos elementos de dinamização da ocupação dessa região. Posteriormente encontraram continuidade em outros governos, notadamente em Kubitschek (1956-1961) e nos governos militares. O avanço sobre a região amazônica fez parte de uma estratégia de avanço do capital sobre novas fronteiras agrícolas e de legitimação da ação do Estado sob a bandeira do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Buscavam, ainda, atenuar os conflitos no campo por meio do deslocamento de populações de áreas de conflito, especialmente Nordeste e Sudeste, para novas áreas.

A construção de Goiânia, nos anos de 1930, fez parte desse processo. E, apoiada amplamente pelo governo federal, trouxe um novo impulso para a economia da região. Como destacou Bertran (1978), Goiânia foi a princípio um “burgo agrícola”. Em 1940, 70% de sua área era destinada a estabelecimentos rurais e desde os primeiros anos a região foi palco de elevada imigração. O atrativo real para o surto migratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e de matas na área de abrangência da nova capital.

Nas décadas de 1950 e 1960 aprofundaram-se as políticas de interiorização e de incorporação da Região Centro-Oeste. A abertura de grandes rodovias<sup>45</sup>, com destaque para a Belém-Brasília, além da construção da capital federal, foram elementos propulsores desse movimento. A construção dessas grandes obras acelerou o crescimento da produção agrícola, demográfico e dos índices de urbanização, e promoveu maior articulação com as áreas voltadas para o desenvolvimento industrial na Região Sudeste do Brasil.

---

<sup>45</sup> Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010, BR-020, BR-040, BR-050, BR-060, BR-153, BR-452 e BR-364.

Esse processo de ocupação não deixou de ser conflituoso. Disputas pela terra se reproduziram na região do Mato Grosso Goiano, mais atingida pelas políticas de integração, e por todo o estado, ao longo de toda a Belém-Brasília, onde hoje está situado o estado de Tocantins. À medida que as terras se valorizavam e o capital procurava disciplinar o uso e a posse do solo, camponeses, posseiros e índios que não possuíam o título de propriedade iam sendo expulsos de suas terras e vinham engrossar as massas de degredados nas cidades.<sup>46</sup>

Com o avanço das relações capitalistas no campo e o aumento da produção agrícola favorecido pela abertura de estradas, Goiânia e Anápolis passaram a constituir os maiores centros urbanos do estado, especializando-se em atividades terciárias, principalmente no comércio e transporte de mercadorias.

O final da década de 1960, os anos 1970 e 1980 foram marcados, também, pelo processo de modernização e de industrialização da agricultura no Centro-Oeste. Amparado por políticas estatais de financiamento, o cerrado goiano se tornou o *locus* privilegiado do avanço da agricultura comercial articulada ao desenvolvimento das agroindústrias.

A modernização da agricultura, rompendo com a produção tradicional ou subordinando-a, promoveu tanto a expulsão de lavradores do campo quanto a atração de pessoas para as áreas urbanas. Cidades como Goiânia, Anápolis e a região do entorno de Brasília receberam grande parte desses imigrantes. O êxodo rural ocorreu de forma intensa, refletindo uma tendência constatada em todo o país. No final da década de 1980, 67,75% da população do Centro-Oeste estava residindo em cidades, marcando uma grande inversão, se levarmos em conta que em 1940 apenas 21,52% dessa população vivia em áreas urbanas.

---

<sup>46</sup> Conflitos de grande proporção e repercussão nacional, como o de Trombas e Formoso, somavam-se às lutas pela baixa do valor do arrendo por parte de meeiros ou à resistência de pequenos proprietários e indígenas à expulsão pura e simples. A violência de fazendeiros e do próprio Estado marcou esse momento, e se conjugou a uma política de distribuição e legalização de terras para grandes proprietários às margens das rodovias que iam sendo abertas.

Hoje, grande parte da população goiana está localizada em três espaços do centro-sul do estado: na zona do Mato Grosso Goiano, no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área do Sudoeste Goiano (Rio Verde, Itumbiara e Jataí) <sup>47</sup> . Regiões que historicamente participaram dos projetos de interiorização e expansão capitalista em Goiás.

Antônio<sup>48</sup> faz parte da primeira geração de sua família que nasceu em Goiânia no início dos anos de 1970. Descendente de baianos e mineiros, não traz na sua história o passado de trabalhador rural. Seu pai migrou nos anos cinquenta, como a família de Waldivino. Vivenciou o trabalho na roça, mas cedo adquiriu uma profissão caracteristicamente urbana: de contabilista.

Eu tenho vinte e seis anos. Nasci em Goiânia. Meu pai é baiano. A família dele é da região de Correntina. A cidade em que meu pai nasceu se chama Santana, cidade bem pequena, coisa de trinta mil habitantes. Uma cidade que fica no sertão da Bahia. Ele saiu de lá bem novo, com quatorze anos, porque cidade pequena não oferece nenhuma possibilidade. Inclusive, os irmãos dele todos saíram e, em virtude disso, encaminharam-se na vida. Cada um foi para um local, tenho um tio no Tocantins, uma tia em São Paulo, e outra no Rio. O meu pai foi o único que se fixou no estado de Goiás. Em Goiânia tem um grupo muito grande de pessoas daquela região. Na empresa tem três funcionários que são de lá. Minha mãe é goiana, mas a família dela é toda de Minas, de Divinópolis que fica próxima a Belo Horizonte. Meu pai era técnico em contabilidade, depois fez o curso de economia na antiga UEG em Anápolis. Minha mãe era do lar.

Na década de 1970, a região que compreende o eixo Goiânia-Anápolis consolidou a posição alcançada nas décadas anteriores. Centros mercantis por excelência, as duas cidades passaram a agregar atividades ligadas ao setor financeiro e de indústria, principalmente as do setor de transformação alimentar, ou seja, a agroindústria.

---

<sup>47</sup> Dados obtidos de Estevan (1998)

<sup>48</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-GO, 23 de junho de 2005.



Quarenta anos depois da migração da família de Waldivino e de Antônio, Estevão deixou a pequena Corumbaíba no início dos anos de 1990 e foi para Anápolis. Não só ele. Toda a sua família saiu da “currutelinha” em busca de outros lugares para viver e produzir “porque ninguém quer passar a vida inteira sofrendo”.

Meu nome é Estevão.<sup>49</sup> Tenho 34 anos. Na minha família nós éramos nove irmãos, quatro homens e cinco mulheres. A gente morava na roça. Como se diz, no grosso: trabalhava para comer. O que a gente plantava e colhia, vendia por uma migalha. Até hoje, nessa área só ganha dinheiro quem é grande, os pequenos só dividem. O sistema que a gente trabalhava era a meia com o patrão. Se você colhia dez sacos dava cinco para ele e ficava com cinco. No caso nós éramos onze pessoas. Era uma dificuldade terrível. Mal tinha calçado. Eu fui calçar botina para trabalhar depois que eu me tornei rapaz. Depois dos dezoito, dezenove anos. Antes, era só com o pezão no chão. Oh louco! Uma época muito difícil! Aí, infelizmente, a minha mãe morreu. Eu fui morar na cidade, na currutelinha. Eu vivia mexendo com horta, com alho, plantando beterraba, esse ‘trem’ assim. Trabalhando para os outros, também. Foi onde eu decidi. Conheci uma moça. Estava sozinho e pensei: a solução dos meus problemas é casar!

Quanto aos meus irmãos, o mais velho casou e mudou para Inhumas. A minha irmã também casou, mas não deu certo com o marido. Mudou para Anápolis. Outro casou e parece que se arrependeu, não deu certo e se suicidou. O caçula foi para São Paulo, para se dar bem na vida. Para todo pobre, naquela época São Paulo era a solução, porque se pensava que lá se conseguia dinheiro. Casou e agora está morando em Goiânia, onde os outros também moram. Ninguém ficou em Corumbaíba. Eu só tenho um tio que mora lá. Um dos motivos de eu ter vindo para Anápolis foi a família da minha mulher viver aqui.

Ninguém quer ficar a vida inteira sofrendo. A maioria das pessoas que moram no interior vão para cidade grande para tentar a sorte. E é sorte mesmo, porque é loteria!

A cidade de Anápolis, por ele escolhida, havia estabelecido uma política de industrialização que se efetivou em fins de 1967, quando foi levado para o município o projeto do governo estadual de criação de uma cidade industrial. Quase uma década depois,

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis–Go, 20 de abril de 2005.

em 1976, foi criado na cidade o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, que oferecia uma série de incentivos para atrair empresas para a região.<sup>50</sup>

O conjunto de medidas adotadas pelos sucessivos governos após a década de 1970, com o intuito de diversificar as atividades econômicas do estado e atrair empresas ligadas ao setor industrial, resultou no início de uma industrialização que, no quadro do estado, ainda pode ser considerada incipiente,<sup>51</sup> mas tem provocado mudanças no perfil das cidades, além de diversificação econômica e social, atraindo grande número de trabalhadores. Associado ao processo de modernização da agricultura, que expulsou grande número de pessoas do campo, o processo de industrialização atuou como catalisador dessa força de trabalho. Foi ali que Estevão e milhares de outros trabalhadores, em processo de mudança recente do campo para a cidade, procuraram emprego e tiveram seu primeiro contato com a produção industrial e de medicamentos.

---

<sup>50</sup> Dentre eles toda a infra-estrutura montada e a venda de lotes a preços simbólicos, em torno de R\$ 0,50 o m<sup>2</sup>.

<sup>51</sup> Em 2005 o número de contribuintes no estado ligados ao setor industrial correspondia a 5,21%, enquanto aqueles ligados ao setor de produção rural e extração vegetal perfaziam um total de 66,40% (REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 2005:20).

### Fotografia 3

#### Inauguração do DAIA



Presidente Ernesto Geisel (primeiro à esquerda),  
Governador Irapuã Costa Jr. (à direita do Presidente).

**Fonte:** Arquivo pessoal de Sultan Falhu

### Fotografia 4

#### Trabalhadores durante as obras de construção do DAIA



**Fonte:** Arquivo pessoal de Sultan Falhu

### 3.2 Entre o campo e a cidade: a mediação da palavra “liberdade”

Entre os trabalhadores que vieram constituir a força de trabalho da indústria farmacêutica instalada na região, o ingresso precoce no mundo do trabalho, na infância ou na adolescência, foi vivenciado por todos os pesquisados. Para aqueles que nasceram e cresceram no meio rural, a primeira experiência com o trabalho se deu na infância, auxiliando a família na roça e buscando ali o seu sustento. São exemplos dessas trajetórias Waldivino e Estevão. O uso recorrente da palavra “liberdade” por esses trabalhadores nos chamou a atenção para a ruptura criada entre o trabalho no campo e o trabalho urbano.

A trajetória de Waldivino<sup>52</sup> é exemplar da transição entre o mundo do trabalho rural e urbano e da diversidade de ocupações que foi adotando no decorrer de sua vida. Assim ele descreve seu percurso:

Além do meu pai trabalhar com extração de pedras, plantava alguma coisa na lavoura. Era onde nós entrávamos, os meninos, os rapazinhos. Eu e meu irmão. Com oito anos começamos a trabalhar na lavoura.

Depois eu me tornei aventureiro, apesar de viver em uma região promissora. Mas eu era assim, um pouco espirituoso e vaidoso. Fui mexer com rodeio. Fui ser peão. Quem mora na lavoura tem esse espírito de peão. Porque o animal era o meio de condução que tinha. Então você acaba tendo esse entusiasmo pelo animal. Todo mundo, na fazenda, tem essa habilidade. A nossa diversão de fim de semana era montar os bezerros. Eu tive oportunidade de mexer com rodeio, mas não dei valor. Naquela época não tinha essa empolgação que tem hoje. Peão era mal visto. Quando eu dizia que era peão, que ia para rodeio, os vizinhos condenavam.

Naquela época não tinha divulgação. Às vezes, a gente dormia nas barracas do circo, pois não tinha dinheiro. Muitas vezes um colega pagava a passagem do outro. O pagamento era só o que a platéia doava.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 16 de Maio de 2005.

Depois eu vim para Goiânia. Eu fui trabalhar num hotel, de garçom. Em seguida, fui para o Magazine Central, uma empresa de confecção. Eu era vendedor. Mais tarde, fiz muitas outras coisas: furei cisterna, fui feirante e até juiz de futebol.

Mas no início foi difícil. Porque na lavoura o pessoal tem compromisso de trabalhar. Mas, quando chega a época de colheita, tem aquele espaço. Porque até preparar a terra para outra plantação você tem a vida livre. Você trabalha muito, mas tem liberdade. Não tem compromisso com o patrão. Tem com você mesmo. Aqui não. Na cidade nós somos muito presos a horário, a relógio, a dia. Nos primeiros meses foi difícil adaptar. Aquela liberdade que eu tinha no interior, já não tinha mais.

Eu tenho saudade. Quando eu vejo um rodeio dá vontade. Mas fico só na ilusão.

Na contraposição estabelecida entre o trabalho rural e o da cidade a mediação da palavra “liberdade” passa a ser central. Para Waldivino, o campo e especialmente a atividade de peão representam a liberdade perdida. A possibilidade de se movimentar livremente vai ser contraposta ao trabalho urbano, que lhe impõe uma rotina rígida, com “horário, relógio e dia”. O passado é idealizado. O trabalho começou cedo, faltava dinheiro, ser peão não chegava a ser profissão e se igualava às atividades de um “circo”. A remuneração provinha da boa vontade da platéia, mas, em compensação, não havia o controle do patrão e se podia ir onde se quisesse. Na lavoura ocorria o mesmo. Estando o serviço pronto o tempo é seu, para ser usado da maneira que você desejar. Esse é um tempo passado de liberdade que lhe dá saudade. Quanto ao trabalho na cidade não lhe dá o que dizer: foi garçom, vendedor, furador de cisterna, feirante e juiz de futebol. Isso até o início do trabalho fabril.

Estevão<sup>53</sup>, para quem “na roça a gente sempre tem um pensamento de não ficar ali”, ambigualmente vê na liberdade o que havia de mais positivo do trabalho rural. Sua trajetória também foi marcada pela diversidade de atividades que enfrentou depois que saiu do campo: foi empacotador, trabalhou no comércio, em uma indústria de tecidos como

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

operador de máquina, para finalmente chegar à indústria farmacêutica. Contrapondo suas atividades anteriores à atual, medindo vantagens e desvantagens das mudanças, assim ele se expressa:

Eu entrei nessa vida sem pensar. Vim da roça sem emprego. Para buscar um emprego. Era essa a opção. Na época só tinha uma mochila nas costas, a mulher, o filho e Deus.

O trabalho da roça e da cidade são muito diferentes. Mas a experiência na lavoura, já valeu. No comércio se exige inteligência. Agora, na maioria das indústrias se exige um pouco de esforço e resistência, tem de dar conta das tarefas que nos passam. Nisso ajudou bastante ter crescido na roça, a criação que eu tive. Meus pais passaram que eu deveria ser uma pessoa de bem, ter bom caráter.

Eu gosto da vida de trabalhador na indústria, mas na roça você não tinha que cumprir horário. Não é cobrado, tem mais liberdade. Na indústria, a todo o momento tem um monte de chefes e de pessoas te cobrando. Eu não gosto de ser vigiado, das pessoas estarem observando o que estou fazendo. Qualquer movimento que você faz tem câmara filmando. Você não tem privacidade, tem sempre alguém observando. Mas é melhor que na roça.

Graças a Deus, não tenho nenhuma vontade de voltar. Aquilo não é vida, aquela 'musquitaiada' pegando na orelha. Ave Maria!

Para ele, a liberdade que o mundo rural lhe oferecia, expressa na ausência de cobrança e vigilância, não vale o sofrimento e pobreza que o trabalho realizado no sistema de meia lhe impunha. Viver na cidade e não ter que voltar para a roça se apresenta como melhoria em sua vida pessoal e familiar. Daí não ter saudade, diferentemente de Waldivino.

Cecília Meireles (1996) disse que a liberdade é uma palavra “que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda”. Apesar de ser um anseio da maioria das pessoas e de difícil definição, como ressalta a poeta, podendo ter significados distintos para distintas pessoas, e sendo idealmente construída, a liberdade à qual se referem Waldivino e Estevão tem uma referência específica: o mundo e as rotinas do trabalho. E esse mundo e rotinas são historicamente datados.

Na antiguidade, especificamente em Aristóteles, o sentido da liberdade se vinculava à possibilidade de não servir como instrumento da vontade do outro, ou seja, não ser escravo. A constituição da sociedade capitalista deu outro sentido à liberdade. A instituição dos trabalhadores como “indivíduos livres” sem nenhum vínculo de escravidão ou servidão, possuidores de sua própria mercadoria, a força de trabalho, deu nova conotação ao termo. Ser livre significa agora, paradoxalmente, servir livremente. E o termo passou a se associar à noção de individualidade, propriedade e igualdade. Assim se refere Marx (1988b:252) ao processo de constituição desse indivíduo livre no processo de formação do capitalismo:

Duas espécies bem diferentes de possuidores têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de seus valores comprando a força de trabalho alheia, e de outro, os trabalhadores livres vendedores da sua força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos estes dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista.

O rompimento das estruturas econômicas e políticas feudais e a criação da liberdade jurídica, que deram origem às classes sociais existentes sob o capital, não resultaram na criação da liberdade dos trabalhadores como seres humanos. Waldivino e Estevão são homens livres, estando garantida juridicamente a sua liberdade de se deslocarem, para trocarem o trabalho rural pelo trabalho fabril, e mudar de ocupação quando necessário. Mas percebem que nessas transições tornam-se prisioneiros, vigiados, controlados e sem privacidade. Enfim, sem liberdade.

Mészáros (2006:141), estudando os processos de alienação vinculados ao desenvolvimento da propriedade privada, com base nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, afirma que o desenvolvimento da propriedade capitalista resultou na negação da liberdade, isso porque em Marx o problema da liberdade é compreendido numa tríplice relação: primeiramente, diz respeito ao grau de liberdade com relação às necessidades naturais; em seguida, de como essa primeira liberdade é distribuída entre os vários grupos reunidos sob as relações de propriedade existentes; e, finalmente, com relação às duas formas precedentes: até que ponto o homem é livre para exercer seus “poderes essenciais”, entendidos como sua capacidade de trabalho e a de se objetivar por meio dele.

Poderíamos afirmar que, com relação às necessidades naturais o capitalismo realizou um avanço em comparação com outros modos de produção. Porém, Mészáros (2006:143) diz que:

Embora as forças produtivas pudessem, realmente, satisfazer as necessidades humanas reais, devido ao caráter irracional do processo de produção como um todo, as necessidades parciais da propriedade privada – baseadas na expansão da produção e do lucro - prevalecem sobre as necessidades humanas reais.

Assim, a força libertadora das novas capacidades produtivas é anulada. A garantia político-jurídica da “liberdade” dos indivíduos sob o capital é secundarizada pela posse privada dos bens. A liberdade torna-se, portanto, uma abstração.

No que diz respeito aos “poderes essenciais do homem”, esses se encontram plenamente alienados sob o capital. Primeiramente porque o trabalho, como atividade que se manifesta de forma livre e criativa, contrastando com a atividade dos animais que pertencem à esfera da necessidade, encontra-se obstruída pelo capital. E, em segundo lugar, porque o poder do homem se objetivar por meio do trabalho, que também é especificamente humano,



aliena-se no processo produtivo extremamente fragmentado. Para Mészáros (2006:146), “o trabalho, que deveria ser uma propriedade interna ativa do homem, se torna exterior ao trabalhador devido à alienação capitalista”.

Nesse último aspecto, ou seja, da construção do homem livre por meio do trabalho e da negação dessa possibilidade sob o capital, situa-se o dilema de Waldivino e Estevão. No trabalho na roça, mal remunerado, que ainda não é caracterizado pelo assalariamento, mas por outras formas de extração do sobretrabalho – como o regime de arrendamento da terra baseado na “meia” –, esses trabalhadores não se encontravam, ainda, totalmente submetidos às normas, disciplinas e fragmentação do trabalho impostas pelo capital no processo produtivo. Daí o sentimento de liberdade, idealmente referido. Mas essa liberdade não era suficiente para lhes garantir a existência. Deslocam-se, empregam-se, mas percebem que perderam algo. O capital, que lhes permitiu a mudança, associando-a à idéia de liberdade do indivíduo para fazê-la, nega-a crescentemente à medida que subordina o trabalhador às rígidas normas da produção.

### **3.3 Trajetórias e diversificação das ocupações**

Independentemente da sua origem rural, observamos dentre os trabalhadores pesquisados que a maioria vivenciou diversas ocupações antes de ingressar no trabalho na indústria farmacêutica.

Figura 5

**Quadro: trajetórias anteriores ao trabalho na indústria farmacêutica**

Nome	Origem	Início da vida laboral	Ocupações
José	Município de Americano do Brasil - GO	13 anos	Trabalhador rural Auxiliar em cartório Auxiliar em escritório de contabilidade Operador de cinema Professor rural
Ester	Município de Jaraguá - GO	12 anos	Doméstica Dona de casa Copeira Comerciária
Joana	Goiânia - GO	16 anos	Almoxarife Dona de casa
Geraldo	Goiânia - GO	15 anos	Auxiliar em escritório Entregador
Manoel	Município de Corumbaíba-GO	14 anos	Trabalhador rural Adestrador Servente de pedreiro Furador de cisterna Balconista Motorista
Waldivino	Município de Mossoró - RN	8 anos	Trabalhador rural Peão Comerciário Garçom Pedreiro Feirante Juiz de futebol
Robson	Nova Veneza - GO	14 anos	Comerciário
Ailton	Goiânia - GO	14 anos	Ajudante em vidraçaria Auxiliar em indústria
Edimilson	Goiânia - GO	14 anos	Comerciário
Antônio	Goiânia - GO	14 anos	Auxiliar de contabilidade
Luiz	Goiânia	14 anos	Auxiliar de secretaria
Paulo	Barro Alto - GO	12 anos	Carregador Jardineiro Auxiliar de indústria
Tereza	Município de Natinópolis - GO	8 anos	Trabalhadora rural Doméstica Balconista
Estevão	Município de Corumbaíba - GO	8 anos	Trabalhador rural Empacotador Operador em indústria metalúrgica

Marcos	Rio Verde - GO	11 anos	Vendedor de rua <i>Office-boy</i> Balconista Auxiliar de escritório
Roberto	Município de Petrolina - MA	9 anos	Trabalhador rural Auxiliar em indústria de móveis Ajudante de pedreiro Auxiliar em indústria têxtil Carregador
Natal	Município de Silvânia - GO	9 anos	Trabalhador rural Empacotador Auxiliar de indústria
Tomé	Anápolis - GO	15 anos	Operador de máquina em cerealista <i>Office-boy</i> Operador de máquina em cervejaria Auxiliar de escritório <i>Barman</i> Auxiliar administrativo
Jean	Anápolis - GO	13 anos	Lavador de automóveis Operador em indústria de bebidas
Jaime	Anápolis - GO	13 anos	Pedreiro

**Fonte:** Entrevistas concedidas à autora entre maio e agosto de 2005

Assim situamos aqueles que migraram ainda na infância e cresceram fazendo pequenos “bicos” na cidade. Marcos<sup>54</sup>, por exemplo, trabalhou desde criança, e narra dessa forma o início de sua vida no mundo do trabalho:

Com onze anos eu comecei a trabalhar no escritório de contabilidade. Antes disso eu trabalhava na rua vendendo de tudo um pouco. Vendi geladinho, picolé e salgado. Trabalhei nesse escritório durante mais ou menos cinco anos. Nos primeiros dois anos eu trabalhava três vezes na semana, meio período. Fazia limpeza. Depois, eu passei a trabalhar cinco dias na semana, já com outras atribuições. Eu fazia a parte de trabalhos externos, *office-boy*. Banco, cobrança, leva documento, traz documento e auxiliava em alguns processos internos.

<sup>54</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 17 de junho de 2005.

Depois saí e fui trabalhar na papelaria, fazendo limpeza e entrega. Mais tarde fui balconista. Trabalhei mais cinco anos e meio.

A diversidade de atividades também é característica entre os entrevistados que nasceram nos centros urbanos. Paulo começou a trabalhar aos 10 anos e foi carregador, jardineiro e auxiliar de produção em uma fábrica de manilhas. Tomé foi ajudante em uma cerealista, auxiliar de produção em indústria de cerveja, auxiliar de escritório, *barman*, auxiliar administrativo e peão de obra. São poucos aqueles que exerceram apenas uma ocupação antes do ingresso na indústria farmacêutica. Antônio<sup>55</sup> é um deles. Antes do trabalho na indústria só teve uma ocupação, a de auxiliar de contabilidade no escritório de seu pai.

A partir dos quatorze anos comecei a trabalhar com meu pai no escritório. De 1993 até 2002 eu trabalhei com ele. Durante esse período lidei com contabilidade. Tinha muita coisa profissional que eu fazia. Mas quem assinava era ele. Isso me deu uma experiência muito grande. Acho que foi muito válido ter iniciado o trabalho um pouco mais cedo. Tem gente que começa a trabalhar com dez anos quebrando pedra. Graças a Deus eu pude ter uma experiência muito boa. Eu saí de lá para ter mais independência e ao entrar na indústria, culminou com o falecimento dele.

As trajetórias profissionais singulares vivenciadas antes do início de suas atividades na indústria revelam aspectos bastante comuns à situação da classe trabalhadora no Brasil: o início do trabalho ainda na infância ou na adolescência; a permanência provisória e temporária em cada uma das ocupações exercidas, daí a sua diversidade e o fato de serem quase sempre mal remuneradas, exigindo muitas vezes a sobreposição de várias

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

ocupações; o exercício de atividades que não exigem o alongamento da escolarização e tampouco qualificação: quase sempre trabalhos braçais ou atividades ligadas ao comércio.

Esses trabalhadores entraram, como diz Estevão, “nessa vida sem pensar”. O próprio mercado impôs uma mobilidade e uma “flexibilidade” inexoráveis a esses trabalhadores, que se tornam uma espécie de “faz de tudo” ou “pau para toda obra” sem identificação concreta com nenhuma ocupação exercida e se submetendo às mais precárias condições contratuais e de trabalho.

A capacidade de adaptação às mais diferentes funções e regimes de trabalho, ou flexibilidade, têm sido celebrada como uma virtude a ser incorporada pelos trabalhadores<sup>56</sup>. Ironicamente, a própria precarização do trabalho tem obrigado os trabalhadores a se tornarem flexíveis no sentido de se esforçarem para desempenhar as mais diversas ocupações em um contexto de desqualificação profissional. Desenvolvem, no seu percurso ocupacional, uma capacidade de aderência às mais diferentes formas de trabalho. Flexibilidade e aderência impostas pela necessidade da reprodução de sua força de trabalho e não por uma disposição consciente e em sintonia com as novas exigências de qualidades subjetivas exigidas aos trabalhadores.

Salerno (1993) nos indica que, no Brasil, um quadro com grande número de trabalhadores sem carteira de trabalho; uma grande flexibilidade na formação de salários e na contratação de trabalhadores, em que os limites para a demissão são muito tênues e apresenta-se grande rotatividade de trabalhadores nas empresas; uma rotina de trabalho cujos os horários são também flexibilizados pelo grande número de horas extras, pela não regulamentação de aspectos do trabalho como tempos, ritmos e relação entre o volume de trabalho e o volume de produção, e uma grande disponibilidade de força de trabalho para o

---

<sup>56</sup> Sennet (2001) considera que as mudanças na organização da produção têm levado à construção de uma cultura da flexibilidade em oposição à rigidez do fordismo.

turno noturno; são aspectos que indicam uma prática que já comporta um exagerado grau de flexibilidade e que pode ser traduzida como precarização.

A questão da precarização do trabalho tem sido ressaltada, por vários autores, como uma característica fundamental das novas formas de extração de mais-valia engendrada pelo capital nas últimas décadas. O trabalho parcial, sub-remunerado, instável e terceirizado convive com uma força de trabalho estável cada vez mais diminuta e protegida pelas legislações trabalhistas tradicionais, compondo dois grupos distintos de trabalhadores, sendo que o primeiro grupo encontra-se em expansão e o segundo em retração.<sup>57</sup>

Ainda que tais constatações sejam empiricamente demonstradas em vários trabalhos, havemos de considerar que essa diversidade de inserção no mercado de trabalho e extração de mais-valia não se constituem como uma novidade histórica. No Brasil, em particular, o chamado trabalho “informal” sempre conviveu com o “formal”. Basta que recordemos que, no meio urbano, o convívio com formas de trabalho precarizadas fez parte constitutiva dos processos de criação de valor, ontem e hoje. O agravamento e legitimação dessa situação é que tem se constituído em uma nova realidade.

As trajetórias dos trabalhadores que acompanhamos demonstram essa situação. Vindos do meio rural, os trabalhadores aqui pesquisados incorporam-se ao meio urbano em atividades precarizadas. Mesmo os que nasceram na cidade, com raras exceções, iniciam sua

---

<sup>57</sup> Segundo Harvey (2002:143), o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Há uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Além disso, a nova estrutura do trabalho no modelo flexibilizado tem implicado a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores dentro da sociedade: os que se encontram no centro, ainda em uma situação de emprego em tempo integral, e os que se encontram na periferia, em situação de alta rotatividade devido ao fato de que suas habilidades são facilmente encontradas no mercado ou, ainda, aqueles empregados em tempo parcial. O aumento da subcontratação tem também acentuado a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, principalmente de mulheres e negros dentro do mercado. Para Antunes (2000), o presente processo significa ao mesmo tempo uma desproletarização do trabalho industrial fabril e uma expressiva expansão do trabalho assalariado, pela ampliação do setor de serviços. Ocorre uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado fabril e, de outro aumenta o subproletariado e o trabalho precário. Incorpora o trabalho feminino e exclui os jovens e os mais velhos do mercado.

vida laboral por meio do trabalho parcial e precário, só depois conseguindo alçar-se ao trabalho fabril. Essa mudança passa a compor para eles uma nova realidade ou um “novo” mundo, como veremos.

### **3.4 Para onde se dirigem os trabalhadores?**

Antes de avançarmos nossa análise para os espaços específicos da produção de medicamentos nos quais esses trabalhadores se inserem, é relevante situarmos algumas características do pólo farmacêutico e das indústrias pesquisadas.

Santos (2001) nos diz que, após 1968, a incorporação de novas áreas à produção capitalista começa a se esgotar. O progresso da ciência e da técnica, permitindo uma circulação acelerada de informações, criou condições para aumentar a especialização do trabalho. A ocupação das áreas periféricas, que antes se dava por meio da produção agrícola, sofre remodelações e essas parcelas do território também são chamadas a participar da produção industrial. Assim, depois de 1970 se presencia um movimento de desconcentração da produção, sendo importantes nesse processo as políticas de planejamento econômico e regional, com a instalação de pólos de fabricação mediante incentivos governamentais. A produção industrial estende-se para novas áreas do Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte (Manaus). Essas regiões passam a incorporar parcela do capital industrial, levando a uma reconfiguração do território. As fronteiras agropecuárias modernas do Centro-Oeste tornam-se fronteiras externas à região concentradora (Sudeste), passando a abrigar um pequeno número de poderosas empresas.

Na luta para atrair mais empresas e investimentos para o seu território, os estados entram em guerra, procurando oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas, subordinando-se aos interesses de corporações globais. Grandes investimentos são realizados em nome da modernização e da criação de empregos, o que nem sempre se verifica, resultando em gastos que são pagos pela sociedade como um todo. Segundo Santos (2001:116): “O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob a ameaça de um deslocamento.”

No Centro-Oeste, no início da década de 1970, há uma movimentação em torno da implantação de agroindústrias ligadas, principalmente, ao avanço da soja e da mecanização da agricultura. Nessa década foi criado, em Anápolis, o Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA. Ainda nesse período empresas de mineração também se instalam em Goiás. Nos anos de 1990, através da chamada “Guerra fiscal”, o estado de Goiás, além de outras isenções, reduz o valor do IPI, passando a atrair empresas ligadas ao setor automobilístico e farmacêutico.

O surgimento do pólo farmacêutico em Goiás se deu nesse contexto de descentralização e interiorização da produção industrial, de expansão da indústria farmacêutica no Brasil e de estímulo à produção de genéricos com a criação da Lei de Genéricos.<sup>58</sup> No caso específico das indústrias farmacêuticas, os principais laboratórios com controle acionário estrangeiro se encontram localizados entre o Rio de Janeiro e São Paulo. A recente constituição do pólo farmacêutico em Goiás contou com a criação de um ambiente atrativo para empresas que quisessem se instalar na região. Dentre essas medidas podemos

---

<sup>58</sup> Em 2006 existiam no pólo farmacêutico 23 empresas em funcionamento e outras 15 em processo de implantação, gerando 6.000 empregos diretos e outros 12.000 indiretos e se constitui, segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, no terceiro pólo farmacêutico do país, tanto em quantidade de laboratórios quanto em volume de produção, principalmente de similares e genéricos. Em 2004 o segmento farmacêutico goiano faturou aproximadamente R\$ 2 bilhões, o que representou crescimento de 17% sobre 2003. Dos laboratórios que integram o arranjo, quatro estão em Goiânia, sendo pioneiro o Laboratório Estatal fundado em 1962, os demais se localizam dentro do DAIA.



indicar a revitalização do Distrito Agro-industrial de Anápolis e os incentivos fiscais.<sup>59</sup> Dentre esses está a redução de até 73% do ICMS<sup>60</sup> gerado, pelo prazo de 7 a 15 anos para as empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR, instituído em 2000. Para os setores considerados de alta prioridade pela Lei do PRODUZIR, como é o caso do segmento farmacêutico, representa na prática uma isenção de 65,7% do ICMS com limite para pagamento até 2020. Em 2001, 13 laboratórios do arranjo eram beneficiários do PRODUZIR ou do FOMENTAR, programa anterior e que foi substituído pelo PRODUZIR.<sup>61</sup>

Outro programa instituído é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, destinado ao desenvolvimento da região Centro-Oeste e instituído em 1989, com recursos provenientes do IPI e IR<sup>62</sup> (0,6% do total arrecadado pela União). No FCO empresarial, linha em que se enquadra o financiamento da indústria farmacêutica, os encargos financeiros são de 12% ao ano para as médias empresas e de 14% ao ano para as grandes, com redução de 15% nessa taxa em função da adimplência. De acordo com o Conselho de Desenvolvimento do Estado, responsável pelo Fundo, em 1998 e 1999, seis laboratórios do arranjo tomaram recursos do FCO.

Além disso, investimentos materiais, como a constituição de um porto seco<sup>63</sup> dentro do DAIA, a criação da Plataforma Logística Multimodal<sup>64</sup>, além da criação do IGTF

---

<sup>59</sup> Situado dentro da área de influência dos principais mercados consumidores da região central, representada por Brasília, Goiânia e as cidades do triângulo mineiro, o DAIA conta com um terminal ferroviário integrado à ferrovia centro-atlântica, que dá acesso a importantes portos exportadores da região Sudeste, como Rio de Janeiro e Vitória.

<sup>60</sup> Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

<sup>61</sup> Dados obtidos através do caderno: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás. Investir em Goiás, guia prático. Goiânia: Produzir, 2001.

<sup>62</sup> Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Renda e Produtos de qualquer natureza.

<sup>63</sup> Em funcionamento desde setembro de 1999, a Estação Aduaneira Interior é um terminal alfandegário de uso público, possuindo a mesma estrutura burocrática necessária ao comércio exterior normalmente concentrada nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, como fiscais da Receita Federal, da Vigilância Sanitária e agentes da Polícia Federal. Gerido por um consórcio de empresários goianos, com permissão obtida através de concorrência pública, o Porto Seco presta serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro.

– Instituto de Gestão Tecnológica do setor Farmacêutico, que tem por intuito coordenar as atividades do pólo –, encerram as iniciativas do Estado para atrair empresas, e que podem ser situadas dentro da “guerra fiscal” entre os Estados.

O estabelecimento do pólo insere-se ainda na tentativa de constituição de um “*cluster*” ou “arranjo produtivo local”.<sup>65</sup> Assim, além de reunir empresas do mesmo ramo no mesmo espaço produtivo, tende-se, também, a atrair empresas que dêem sustentação à referida produção. No caso específico da indústria farmacêutica, o esforço tem sido o de trazer empresas ligadas ao setor de embalagem, laboratórios que realizem testes de bioequivalência, empresas que prestem assistência técnica, entre outras.

No entanto, pode-se constatar, por meio de pesquisa realizada por Castro (2001) que a constituição do “*cluster*” tem se efetivado de maneira precária. No que se refere à questão das embalagens quase todo o material é fornecido por empresas de outros estados. No que tange ao maquinário, são importados 82% de máquinas da linha de produção e 93% dos instrumentos de controle de qualidade. Quanto à matéria-prima, importam-se 70% do total dos fármacos.

A área de pesquisa e desenvolvimento reflete a situação vivenciada pelas empresas no restante do país. A própria opção pela produção de genéricos resulta em que a atividade de pesquisa não será realizada pelas empresas. Quanto à área de desenvolvimento, realizam-se algumas atividades relacionadas à engenharia, visando não apenas à

---

<sup>64</sup> Trata-se de uma base física para a atuação de empresas especializadas em operação logística – com infraestrutura capaz de receber, organizar e distribuir mercadorias diversas –, articulada a um sistema de transporte multimodal, possibilitando-se atingir rapidamente os principais mercados no Brasil e exterior.

<sup>65</sup> “O conceito de ‘arranjos produtivos locais’ ou Clusters refere-se a uma concentração e interação, em um mesmo espaço geográfico, de empresas de um determinado setor ou cadeia produtiva, juntamente com instituições de coordenação e suporte, como sindicatos e associações empresariais, órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, gerando uma série de externalidades produtivas e tecnológicas, ou ‘economias de aglomeração’, que criam um ambiente favorável à inovação e contribuem para o desenvolvimento da competitividade das firmas” (CASTRO, 2001:2).

manutenção, mas também à adaptação de máquinas e equipamentos, bem como inovação com relação ao produto ou esforço para adequação do produto copiado ao original.

A pesquisa de Castro evidenciou, ainda, a preocupação dos empresários com a inovação tecnológica e de gestão, principalmente no que tange ao processo de controle de qualidade. Para isso têm sido firmados convênios com instituições de apoio, como as Universidades Federal e Estadual de Goiás, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Por outro lado, a maior parte do maquinário, especialmente nas grandes empresas alocadas no pólo, foi atualizada nos anos de 1990. O uso de processos mecânicos tem sido gradativamente abandonado e substituído por processos automatizados.

A constituição do pólo farmacêutico em Goiás tem refletido as grandes tendências do processo de industrialização no Brasil, reproduzindo formas de dependência e de subordinação dentro da divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, realiza um esforço de adequação produtiva e de gestão, imposta pelo capital. Assim, a renovação técnica, as tentativas de reordenamento no âmbito da qualificação da força de trabalho e de gestão, além dos processos de terceirização, visam em última instância à manutenção da competitividade internacional, apresentando limites próprios de um posicionamento periférico dentro do processo de acumulação capitalista.

Estevão, Waldivino e Antônio são trabalhadores de duas indústrias que fazem parte do pólo. A primeira empresa, aqui denominada laboratório A, é um laboratório de economia mista fundado em 1962 dentro do Plano de Desenvolvimento do Governo Mauro Borges. O estado de Goiás é o principal acionista, detendo 99,9% das ações. O laboratório, com sede, em Goiânia, fornece medicamentos para as secretarias estaduais e municipais do Brasil inteiro, para o Programa Farmácia Cidadão do governo de Goiás e para o Programa da Saúde da Família nos estados do Centro-Oeste e parte de Minas Gerais. A empresa faz

parte, também, do Programa Hiperdia (Hipertensão e Diabetes) e AIDS do Ministério da Saúde.

Durante o período de existência da CEME, o Laboratório A era mantido pelo órgão que enviava os pedidos de produção de medicamentos e financiava a produção antes da entrega. Financiava, também, a compra de equipamentos e insumos. Isso significava a garantia de funcionamento do laboratório, que era subsidiado pelo Ministério da Saúde, mas com a extinção da CEME a relação se inverteu. Os laboratórios oficiais passaram a receber a partir da entrega dos medicamentos para os órgãos e programas de saúde públicos. O laboratório passou a ter que contar com o capital obtido a partir das vendas para garantir o seu funcionamento e produção. Essa mudança insere-se no processo de modernização dos laboratórios oficiais e marca momentos distintos na história do laboratório que incidem sobre os processos e gestão da força de trabalho.<sup>66</sup>

Os convênios são assinados com determinada antecedência, obedecendo a um processo de licitação. Em relação ao convênio com o programa de Assistência Farmacêutica, os recursos são oriundos das três esferas do governo; cada uma contribui com uma parcela financeira para a produção de medicamentos essenciais.<sup>67</sup> Não há produção direcionada para a venda em farmácias. Além disso, o laboratório executa, por meio de terceirização, a produção de outros laboratórios do pólo farmacêutico em Anápolis.

Toda matéria prima, na maior parte importada, é comprada por meio de licitação, o que impede uma padronização dos produtos adquiridos do fornecedor e

---

<sup>66</sup> Segundo o Relatório Anual de Atividades de 2004 do laboratório A: “O elenco da demanda é definido através de estudos epidemiológicos por parte de setores específicos das Secretarias de Saúde que os encaminham para os Programas do Ministério da Saúde, definindo a RENAME – Relação Nacional de Medicamentos. O Ministério da Saúde, com base na RENAME, firma convênios com a rede de Laboratórios oficiais, produtores de medicamentos essenciais à saúde pública.”

<sup>67</sup> Um real é pago por habitante/ano pelo governo federal, cinquenta centavos pelo estado e os outros cinquenta pelo município. Brasil. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

conseqüentemente dificulta o desenvolvimento de produtos genéricos pela empresa, que produz similares.

Com investimentos próprios, recursos do governo do estado e programas federais, o Laboratório A vivenciou, nos últimos cinco anos, um processo de modernização em sua estrutura física e de maquinário, resultando no aumento de sua capacidade produtiva. No setor de sólidos, houve um crescimento de 70% na produção, 20% no setor de anti-retrovirais e 15% na produção de medicamentos líquidos.<sup>68</sup> Comparativamente a 2001, ano em que se iniciou a implantação dos primeiros equipamentos de modernos, em 2004 houve um crescimento de 203% na produção.

Quanto à força de trabalho, o Laboratório A empregava, em 2005, 410 trabalhadores, sendo que 319 estão ligados à produção. Desse universo, 53,96% são mulheres e 46,04% homens.<sup>69</sup> Com relação à força de trabalho empregada diretamente na produção, o laboratório vem enfrentando diferentes situações: até 2002 não havia concurso para provimento de cargos, os trabalhadores contratados conseguiam a vaga por indicação política ou pessoal. Frequentemente o número de trabalhadores não era suficiente para atender a produção e se faziam contratos temporários. Na década de 1980 foi comum a utilização do trabalho de menores, que eram contratados por meio de programas sociais do governo. Segundo informação da Diretoria de Recursos Humanos, chegaram a trabalhar na indústria 210 menores em um único ano. Entre 1986 e 1990 trabalharam 600 menores na empresa. O Ministério Público, entendendo que o trabalho era insalubre, proibiu-o. No entanto, o laboratório continuou utilizando trabalho temporário. Notificado pelo Ministério Público, realizou concurso para provimento de cargos em 2002. Porém, grande parte do pessoal chamado pelo concurso não assumiu ou desistiu rapidamente do cargo, o que

---

<sup>68</sup> Dados de Material promocional da empresa. (2005).

<sup>69</sup> Dados fornecidos pela Gerência de Recursos Humanos.

terminou por não resolver o problema quanto ao número de trabalhadores necessários para a produção. Diante dessa situação os dirigentes do Laboratório A continuaram lançando mão do recurso da contratação temporária. Em 2005 estava sendo realizado novo concurso para suprimento das vagas.

O segundo laboratório é denominado aqui de Laboratório B e está voltado para a produção de genéricos. Nele, o início do processo de automação se deu nos últimos seis anos e nota-se que o caráter da modernização tem sido gradual e seletivo. Apenas o setor de embalagem de medicamentos destinados a hospitais não se encontra automatizado. Como havia destacado Silva (1993:225), mundialmente os processos tradicionais e modernos tendem a combinar-se. E, nesse aspecto, o modelo brasileiro, no qual se inclui o pólo em Goiás, segue uma tendência geral.

O crescimento do Laboratório B na última década resultou no aumento da sua força de trabalho. De 1998 até 2005 o número de trabalhadores na empresa duplicou.<sup>70</sup> A correlação entre homens e mulheres também tem se alterado, sendo que o número de homens tem aumentado significativamente nos últimos anos. A maioria dos trabalhadores da produção são migrantes que vieram das cidades próximas a Anápolis. Apesar de o pólo farmacêutico ser significativo no que diz respeito à oferta de empregos, são raros os trabalhadores que foram atraídos de outros estados. A exceção provém daqueles que ocupam cargos de direção ou ainda dos que possuem formação específica na área da produção de medicamentos. Esses são procedentes de diferentes estados do país, especialmente Minas Gerais e São Paulo.

---

<sup>70</sup> Dados obtidos através do Jornal do Laboratório entre os anos de 1998 e 2005.

### 3.5 “Foi um mundo novo...” – O início do trabalho na indústria farmacêutica

O encontro com o trabalho na produção de medicamentos foi marcado, para os trabalhadores entrevistados, pela surpresa: novo, diferente, estranho, susto e deslumbramento são palavras comuns utilizadas para descrever o primeiro contato com a fábrica. A essas, outras se agregam à medida que passa a primeira impressão: decepção, ordem, controle, dificuldade, obrigação, assepsia, rotina, aprendizado, silêncio das pessoas e barulho das máquinas.

Alguns trabalhadores já tinham tido contato com o trabalho em indústria, porém em dois outros ramos de produção: o metalúrgico e o têxtil. Esses também narram a sua primeira impressão, contrapondo o trabalho em cada uma, sendo sujeira versus limpeza a comparação mais comum.

Tomé<sup>71</sup> foi peão-de-obra durante a construção da fábrica do Laboratório B. Trabalhar dentro da indústria tornou-se sua meta. Assim narra o surgimento desse desejo:

Em 1998, quando comecei na obra, eu já tinha o segundo grau completo. Havia trabalhado com informática e tinha muito conhecimento da parte administrativa [...] Comecei a trabalhar como servente. Eu comentava com o pessoal que a gente parecia furador de cisterna. Na época estávamos cavando umas valas muito fundas. Era para ser a base da empresa. Nós trabalhávamos o dia inteiro, com uma picareta tirando cascalhos. A gente era sujo demais! Às vezes chovia. Aquela lama! Eu olhava para dentro da fábrica e via aquele povo todo de roupa branca, parecendo médico. Eu falava para os colegas:

— Nossa senhora, um dia eu ainda vou trabalhar lá dentro. Igual aqueles caras.

Eles me diziam:

— Ê, rapaz, você está sonhando. Isso não é para nós. Nosso serviço é carregar tijolo, carregar massa de cimento. É essa que é nossa vida.

Eu dizia:

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 26 de julho de 2005.

—Não.

Na época, tinha um amigo que trabalhava na indústria e eu pedi para ele me dar uma força.

Conversando, Tomé, insatisfeito com o trabalho considerado sujo, dentro de um buraco, terminou por ser aceito pelo laboratório depois de um teste. Trabalhar como peão-de-obra depois de ter exercido várias outras ocupações lhe parecia um rebaixamento, e ascender ao trabalho dentro do laboratório, um trabalho limpo, significava recuperar a dignidade profissional. Entrando na indústria:

Eu estava deslumbrado. A qualidade, o pessoal, o cuidado que eles tinham com o produto. O pessoal verificando, o todo tempo, se o remédio estava com a mesma qualidade, se os comprimidos estavam padronizados, se estava no peso certo, na espessura, se estava correto o teor do princípio ativo que era acrescentado ao produto. Eu não fazia nem idéia que tinha todo esse cuidado. Eu fui adquirindo o conhecimento.

Ao desejo manifesto corresponde o entusiasmo sentido pelos métodos de trabalho dentro do laboratório B. Grandeza, cuidado, busca da qualidade e possibilidade de aprendizado levam-no, segundo ele próprio, ao deslumbramento. No entanto, a vontade de ingressar na indústria manifestada por Tomé se constitui em quase uma exceção. Na maioria dos casos estudados, o trabalhador se apresentou ao Laboratório B como a uma empresa qualquer, à procura de emprego. Marcos<sup>72</sup> procurava alternativas:

Eu sempre vivi em crise. A minha vida sempre foi uma crise constante, a crise é normal. Nessa época até que ela deu uma diminuída. Aí eu pude falar:

— Agora eu vou embora...

Eu estava morando em Nova Fátima, próximo a Goiânia. Voltei para Anápolis desempregado. Então, em 1997, comecei a procurar emprego. Distribuí

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 17 de junho de 2005.



*curriculum* em algumas empresas. Fiz entrevistas dentre elas o Laboratório B. Depois fiz uns testes e a psicóloga me ligou para fazer um teste prático.

### Iniciando o trabalho na indústria:

Me colocaram na esteira. Olhei para a frente e tinham umas dez mulheres mais um rapaz. Não achei bom. Estava todo mundo com a cara ruim (sic!). A gente estava embalando um medicamento cuja caixa era pequenininha. Difícil de pegar, na esteira, que é uma coisa danada. E eu, na ânsia de fazer a coisa rápida, porque era teste. A pressão para quem começava no primeiro dia era grande. Não podia errar porque tinha uma estrutura, na época era essa: você tinha uma líder na linha, responsável por assegurar a produtividade. Tinha o encarregado do setor e tinha o farmacêutico responsável pela área. Além de tudo isso, acima da minha cabeça, tinha uma câmera ligada, que estava o tempo todo ligada, isso em todas as áreas. Com vista direto para a sala da diretoria. De lá, eles monitoravam tudo que nós estávamos fazendo na esteira. Era aquele medo.

Então, no primeiro dia já me senti coagido, porque quando eu entrei as informações que eu recebi foram as seguintes: “olha, seu serviço é esse...”. Então eu comecei a observar algumas coisas: por que que ninguém conversava?. Normalmente, quando estão dez pessoas juntas, tem um frevo. Mas estava todo mundo caladinho. Eu trabalhei uns quinze dias sem saber quem estava do meu lado. O uniforme muda muito a fisionomia da pessoa e como você não conversava, não olhava muito para os outros, estavam concentrados no trabalho. Então eu passei esses dias vivendo isolado, sem muito contato com as pessoas. Depois disso, eu fui aproveitando o horário de almoço para conseguir me enturmar. Mas foi interessante, foi um mundo novo. A gente vai descobrindo o mundo.

No mundo novo de Marcos a vigilância dos chefes, o controle das câmeras, a necessidade de fazer correto, o distanciamento dos outros trabalhadores pelo uso de uniformes e o silêncio imposto resumem a coação no trabalho. Trabalhar nesse mundo novo resulta em assimilar não só o processo de trabalho, mas a pressão e a sensação de estranheza que é parte desse mundo. O rompimento do isolamento, o “enturmar-se”, se faz nos intervalos.

Representações semelhantes às de Tomé e Marcos se apresentam entre os trabalhadores do Laboratório A. De um lado deslumbramento e de outro sentimento de coação. Nesse laboratório as diferentes formas de ingresso marcam as trajetórias dos trabalhadores. Robson<sup>73</sup>, por exemplo, começou a trabalhar no Laboratório A ainda adolescente, com quatorze anos de idade, por meio de um programa social do governo do estado. Depois, na maioridade, continuou trabalhando no laboratório com contratos temporários. Em 2005 havia acabado de passar no concurso para provimento de cargos. Antes disso vivia uma grande ansiedade para garantir o seu trabalho dentro da empresa à qual estava vinculado há muitos anos. Assim se recorda do primeiro contato com a indústria:

É tudo muito novo. No primeiro impacto parece uma coisa grande. Embaixo tinha uma indústria. Mas eu trabalhava na parte de cima. Na indústria nova. Era grande. Não estava acostumado. Era um “trem” muito bem arrumadinho, limpinho. Eu tive uma alegria. Na verdade eu tive uma satisfação e começar a trabalhar nessa indústria foi uma coisa muito boa e positiva na minha vida.

Joana<sup>74</sup>, comerciária e dona-de-casa durante muitos anos, entrou no laboratório através do concurso de 2002. Sobre o início de seu trabalho na indústria diz:

Uma amiga trabalhava no Laboratório e me disse para fazer o concurso. Eu nem perguntei o que era a indústria. Fiz o concurso e passei. Quando eu entrei foi um susto. Aquela correria, muitas obrigações, assepsia, aquela coisa toda que a gente não está acostumada. Hoje, eu não tenho tanto problema, mas no começo eu ficava muito tensa. Até por causa da pressão. Havia uma pressão muito grande no sentido de não poder errar. E, quando entramos, éramos muitos que não sabiam o trabalho e que tinham que aprender. Então eles ficavam com a pressão em cima.

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 23 de junho de 2005.

<sup>74</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 07 de junho de 2005.

Talvez porque eles achassem que se pegassem leve a gente não aprenderia direito. Só que quando você trabalha sob pressão, você sente mais do que quando trabalha tranquilamente. É diferente. Daí tinha a pressão, tinha o trabalho repetitivo e o fato de eu ter ficado um bom tempo sem trabalhar. Isso me deixava muito cansada. Teve uma época que eu fiquei estressada mesmo! Até meio deprimida, depois foi passando, fui me acostumando. Mas quando eu entrei, falei:

— Eu não fico nem um ano.

Para Joana, à semelhança de Marcos, o que salta aos olhos na produção de medicamentos é a coação e pressão exercidas sobre o trabalhador, diferentemente das impressões de Tomé e Robson.

As diferentes interpretações dadas ao espaço fabril são fruto das diferentes experiências e das trajetórias anteriores dos sujeitos pesquisados, bem como de sua forma de ingresso no trabalho industrial. Segundo Lopes (2000:218): “Ao passarem do campo para a cidade, do regime de trabalho rural para o sistema de trabalho fabril, os trabalhadores arrastam códigos, conhecimentos agregados durante essas jornadas que lhes possibilitam reelaborar suas experiências e atualizar suas identidades.” O mesmo poderíamos dizer a respeito dos diversos trajetos ocupacionais desses trabalhadores. As experiências anteriores adentram a fábrica e permitem uma interpretação do espaço fabril, construída a partir do que foi vivido e do futuro que se projeta.

Assim, à percepção da novidade representada pelo trabalho na indústria seguem duas vertentes: a primeira impressão que o trabalho na indústria adquire é de positividade quando o emprego representou um anseio de longa data, uma melhoria salarial ou uma forma de ascensão profissional, como nos casos de Robson e Tomé, significando a saída de um trabalho “sujo” para um “limpo” ou de um trabalho temporário para um estável. Para quem o trabalho na indústria não representava uma grande mudança profissional e salarial

ou um acréscimo expressivo de conhecimento, caso de Marcos e Joana, “o novo” da indústria toma outra dimensão, o da coação. Apresenta-se desmistificado.

#### **4. AS CIRCUNSTÂNCIAS FAZEM OS HOMENS: PROCESSOS DE TRABALHO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS**

O mercado logrou paradoxalmente lo que los viejos alquimistas querían: producir oro a partir de sustancias quitadas de la naturaleza. (GARCÍA, 2004).

No Brasil, no início dos anos de 1980, presenciamos a introdução de elementos do toyotismo como o JIT e os CCQs nos setores de ponta da economia – metal-mecânico, eletrônico, telecomunicações, informática, automobilístico –, aliados ao discurso sobre participação dos trabalhadores no processo de produção. Como destaca Lobo (1993), essas mudanças se deram no contexto de expansão do movimento sindical e foram introduzidos como forma de superar as conquistas do movimento operário em termos de mobilização e de organização nos locais de trabalho. Essa prática cresceu nos anos de 1990 e coincidiu com a implementação das políticas liberalizantes nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

O que percebemos desde então é uma adaptação do toyotismo às práticas de gestão brasileiras. Mesmo porque seria importante questionar a transferibilidade de “modelos”, seja fordista ou toyotista, uma vez que possuem evidentemente nexos com a vida social e econômica dos países onde são gestados e implicam formas de comportamento, consumo e gestão do estado e da economia<sup>75</sup>. Via de regra, o que se tem percebido é a

---

<sup>75</sup> A discussão sobre a possibilidade ou não de transferência do toyotismo para outros países tem despertado atenção de pesquisadores. Zarifian (1993:24) destaca que existem pelo menos três abordagens possíveis no que diz respeito a essas questões: “uma abordagem cultural e societal, na qual o modelo de organização industrial não é dissociável das características globais da sociedade japonesa e dos comportamentos gerais de organização dessa sociedade.” Nessa abordagem de caráter antropológico é excludente a possibilidade de transferência de um modelo de organização industrial para fora do contexto onde foi criada. Uma segunda

implantação de características que levariam a uma maior produtividade. Procura-se o engajamento dos trabalhadores, mas não se apresentam contrapartidas adequadas em termos de qualificação, salários e condições de trabalho.

A análise das empresas pesquisadas reafirma essas tendências. A persistência de processos de produção tayloristas-fordistas e a introdução gradativa e seletiva de alguns princípios e métodos relacionados ao toyotismo, principalmente no que se refere ao avanço do conceito de qualidade e ao envolvimento da subjetividade de sua força de trabalho no processo de produção, podem ser percebidos. Neste capítulo evidenciaremos essas características por meio do estudo dos processos de trabalho e, nesse contexto, destacaremos as trajetórias dos trabalhadores pesquisados.

#### **4.1 A produção de medicamentos**

Para Marx (1996:64), “o processo de trabalho não é mais do que o próprio trabalho considerado no momento de sua atividade criadora”. Inerente às mais diferentes formas de organização social, o processo de trabalho se constituiu de elementos objetivos – os meios de produção – e de elementos subjetivos – a capacidade de trabalho dos seres humanos.

Sob o capital, o processo de trabalho é simultaneamente processo de produção de valor. Nele, o processo de produção é a unidade entre os processos de trabalho e o processo de valorização que se faz pela incorporação de mais valia, ou seja, pela

---

abordagem estaria centrada nas técnicas japonesas. O modelo ficaria reduzido a um conjunto de receitas técnicas, o que não representaria problema nenhum para sua transferência. Por fim, uma abordagem intermediária, que vê o modelo como um método global de administração de empresas.

objetivação de trabalho não pago. O capitalista consome no decurso do processo de produção a capacidade de trabalho operário, apropria-se do trabalho vivo.

Nas indústrias pesquisadas, a organização dos processos de trabalho é semelhante, mas apresentam distintos aparatos tecnológicos<sup>76</sup>. Ambas funcionam com linhas que têm no controle sanitário do estoque o início e o fim do processo de produção do medicamento<sup>77</sup>. O que as diferencia é o número de trabalhadores utilizados em cada linha, a relação dos trabalhadores com seus meios de trabalho e a intensidade da utilização do trabalho vivo.

No laboratório A, o processo de produção começa pela estocagem da matéria-prima no almoxarifado. Esta passa por um período de quarentena durante o qual são feitos testes de qualidade pelo setor de Controle de Qualidade. É nesse espaço que o material é pesado e separado para a produção. A pesagem é realizada em duas salas anexas ao depósito. Em cada uma trabalha um operário. São salas assépticas, mas o trabalho é manual e árduo. Depois a matéria-prima é pesada e encaminhada para a produção no setor de medicamentos sólidos ou líquidos.

No setor de sólidos o material é manipulado de acordo com a composição de cada medicamento e levado para a granulação. Nessa etapa o trabalhador deve ter uma percepção apurada, adquirida na prática, para saber se o grânulo está na consistência certa, pois esta pode variar de acordo com a matéria-prima, que nem sempre é do mesmo fornecedor, e pode apresentar reações diferentes. É importante percebermos que em

---

<sup>76</sup> Entendemos que o termo “tecnologia” compreende “...as máquinas e equipamentos, bem como a infraestrutura à qual estão integrados, e também as tecnologias sociais, tais como administração da produção, dos recursos materiais e humanos e o marketing dos produtos e serviços” (RATTNER, *Apud* CATTANI, 1997:255). A tecnologia pode ser, portanto, incorporada à mercadoria (tecnologia de produto) e ou fazer parte de um processo (tecnologia de processo). Nesse trabalho estamos enfocando apenas um aspecto da tecnologia de processo, ou seja, o das tecnologias físicas referentes a ferramentas e máquinas mecânicas e essencialmente à introdução de máquinas automatizadas no processo de produção.

<sup>77</sup> Na indústria farmacêutica, produção é definida como: “Todas as operações envolvidas no preparo de determinado produto farmacêutico, desde o recebimento dos materiais, passando pelo processamento e embalagem, até a obtenção do produto determinado” (RDC nº 210, de 04 de agosto de 2003).

processos automatizados essa capacidade de avaliação não é necessária, uma vez que é condição deste último processo a aquisição de matéria-prima de uma única procedência.

Em seguida o material é levado para a secagem em grandes estufas, após o que é calibrado, o que significa dizer que os grânulos são uniformizados, e em seguida são enviados para a manipulação final e compressão. Em cada uma dessas fases – secagem, calibração, manipulação final e compressão - trabalham duas pessoas.

No final, o produto é embalado, sendo esse o setor onde se concentra a maior parte dos trabalhadores. Ao todo são cinco máquinas de embalagem com um operador em cada uma. Em seguida, vem a esteira, onde se faz o encaixotamento, a revisão, codificação e rotulagem da embalagem. As cinco esteiras envolvem em torno de 40 trabalhadores.

No setor de sólidos foi introduzido o sistema de Bins, que são tanques herméticos montados sobre rodízios e que se movimentam por colunas elevatórias. O processo é todo automatizado. A manipulação do medicamento se dá em um andar superior. O material manipulado desce no Bin por elevador, que vai abastecendo as outras máquinas até o final da cadeia produtiva. O sistema inteiro necessita de apenas seis trabalhadores, com exceção dos que trabalham na embalagem. Para esta tarefa há uma máquina com um operador e de quatro a cinco pessoas fazendo revisão do produto. A introdução do sistema de Bins se dá de forma limitada. Atinge apenas uma linha, a de medicamentos de uso contínuo, que ocupa a maior parte da capacidade de produção do setor de sólidos – 57%. No entanto, o seu uso no setor representou um aumento na capacidade de produção, que em 2004 chegou a 214% com relação a 2001 (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2004).

No setor de líquidos o processo é semi-automático. A manipulação do líquido ocorre no andar de cima e desce por meio de mangueiras, abastecendo a máquina de



envasar. Nessa linha de produção existem três máquinas: envase, cravação e rotulagem, cada uma com um operador.

Em seguida é feita uma revisão visual dos frascos. Dois trabalhadores observam os frascos que passam diante de uma luz para verificar se não há erro no conteúdo e volume. Finalmente vem a embalagem, com três pessoas fazendo o encaixotamento manual e outra fechando as caixas.<sup>78</sup>

Após a embalagem todos os produtos passam, novamente, por um período de quarentena, até serem liberados. O controle de qualidade permeia todo o processo produtivo, atuando nos diferentes momentos da produção, desde a pesagem do material até a expedição final do produto.

Dentro da lógica de controle de qualidade, além do controle laboratorial, existe o controle do processo de trabalho propriamente dito, que inclui o Procedimento Operacional Padrão – POP<sup>79</sup>, disponibilizado para o trabalhador por escrito. O procedimento emana da legislação sanitária e é elaborado pela empresa por meio da gerência de garantia da qualidade; diz respeito aos equipamentos de proteção que o trabalhador deve usar obrigatoriamente (EPIs), aos procedimentos sanitários para realizar o seu trabalho, ao uso correto das máquinas ou quaisquer instrumentos de trabalho, bem como aos procedimentos corretos para o cumprimento de sua função. Acompanhando o POP existem formulários que o trabalhador deve preencher e que visam o controle da tarefa. Esses formulários são assinados pela pessoa que executou o trabalho. Tais procedimentos são obrigatórios e acompanhados por uma inspetoria que fiscaliza o seu cumprimento.

---

<sup>78</sup> A indústria conta ainda com um setor de anti-retrovirais e um setor de antibióticos, que em 2005 não estavam em funcionamento.

<sup>79</sup> O POP é definido pela legislação como “Procedimentos escritos e autorizados que dão instruções detalhadas para a realização de operações específicas na produção de produto farmacêutico e outras atividades de natureza geral” (RDC nº 210, de 04 de agosto de 2003).

Amélia, diretora do laboratório, enfatiza que na empresa há uma distinção entre a produção propriamente dita e a embalagem, com relação à questão da possibilidade de contaminação do medicamento e aos riscos para os trabalhadores em termos de insalubridade. Para ela <sup>80</sup>:

Nós consideramos como processo desde o recebimento da matéria-prima até a última instância de granel que vai para a embalagem. Então são duas mãos-de-obra diferenciadas. Quando eu trabalho com o pessoal de processo, que tem um contato maior com o produto, a pessoa que põe a mão na massa mesmo, os riscos são maiores. Numa linha de processo, o maquinista tem papel fundamental, porque ele comanda a saída do produto. E tem a embalagem, onde não tem tanto o risco de contaminação cruzada<sup>81</sup>. Você pode ter o risco de troca de embalagem, mas o risco do produto em si não existe. Na parte de processo nós temos em torno de cinquenta trabalhadores. Na embalagem uma média de sessenta. Isso ocorre porque a nossa embalagem é muito antiquada, não tem nenhum processo de automação. Aqui é a mão-de-obra mesmo, a pessoa.

Dessa diferenciação feita dentro da produção surge uma distinção fundamental entre os trabalhadores mais qualificados, ligados diretamente ao que a empresa chama de “processo” e que, em alguma medida, determinam o ritmo de produção, e aqueles que fazem o trabalho de esteira, que são a maioria. Estes são os mais facilmente substituíveis, uma vez que sua atividade não requer conhecimento prévio e nem oferece risco para a qualidade da produção.

O Laboratório B está dividido em sete setores: o setor de sólidos, que compreende a produção de comprimidos, drágeas e cápsulas; o de semi-sólidos, responsável pela fabricação de pomadas e cremes diversos; o de líquidos orais; o de injetáveis; o de antibióticos; o de controle de qualidade e o setor de desenvolvimento farmacotécnico.

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 10 de junho de 2005.

<sup>81</sup> Contaminação de determinada matéria-prima, produto intermediário, produto a granel ou produto terminado com outra matéria-prima, produto intermediário, produto a granel ou produto terminado durante o processo de produção. (RDC n° 210, de 04 de agosto de 2003).

Tal como no Laboratório A, as matérias-primas chegam ao laboratório e vão para o armazém de estoque, onde ficam em quarentena. Depois que é feito o controle de qualidade, por meio de sua análise laboratorial, a matéria-prima é liberada para o fracionamento e pesagem. Em seguida, é encaminhada para cada unidade de fabricação, neste caso as três plantas existentes: líquidos, sólidos e antibióticos. Ao chegar nessas plantas é feita sua manipulação a partir do POP que é emanado do departamento técnico.

Na planta de produção de líquidos a produção é fechada. Todo processo é feito sem contato humano. Os trabalhadores apenas monitoram o painel das máquinas, verificando se não há nenhum erro no processo, ou as abastecem com matéria-prima. Existem cinco linhas de produção e o número de trabalhadores em cada linha é enxuto. Na linha de produção de colírios, por exemplo, existem apenas cinco trabalhadores. Em todo setor de líquidos, que trabalha em dois turnos, são necessários apenas 30 trabalhadores diretamente na produção, sem considerarmos os cargos de supervisão.

Na área dos sólidos o processo também está automatizado. Antes do processo de modernização, em cada linha trabalhavam em torno de 30 trabalhadores. Depois da introdução da nova maquinaria são necessários apenas cinco.

É importante lembrar que esse enxugamento de pessoal se deu, principalmente, na produção de medicamentos com apresentação para farmácias. Na linha hospitalar, a fase de embalagem final não passou por processo de automação, então o número de trabalhadores é bem maior. O setor de injetáveis é exemplar nesse sentido. O setor é automatizado até a etapa de revisão. Em cada linha trabalham apenas cinco pessoas. No entanto, na fase de embalagem são necessários em torno de 60 trabalhadores.

Mário<sup>82</sup>, diretor do laboratório, descreve a mudança dos processos de trabalho entre uma linha mecânica e uma linha automatizada:

Antigamente nós fazíamos o envase de pó da seguinte maneira: em cada frasco eu tinha que ter, por exemplo, 50 g do medicamento. Então a mistura era feita manualmente. O trabalhador tinha uma balança, com um funil, onde colocava esse pó. Ele pesava, pegava esse pó e colocava dentro do frasco. Mais recentemente, eu tinha uma máquina de envase. Ela fazia o sistema de colocação do produto de forma automática. Então, eu abastecia um tanque, colocava o produto do lado. Ela fazia o bombeamento e jogava o produto dentro de um frasco. Mas eu tinha que pegar o frasco e pôr em baixo da máquina. O operador pegava o frasco, virava de cabeça para baixo, para ver se tinha algum tipo de impureza, colocava debaixo de um bico, apertava o botão. A máquina descia o pistão, fazia o enchimento. Então eu coloco, ele enche, eu tiro. Coloco outro e assim vai. Ele tirava, passava para um outro colega. O colega pegava esse frasco, colocava numa máquina, apertava o botão, a máquina descia com a tampa e rosqueava. Ele tirava e passava para a frente. Era uma mesclagem do automático com o manual. Hoje eu tenho uma linha completa. Eu tenho um operador que coloca os frascos numa mesa acumuladora, que chamamos de pulmão, a máquina faz o restante. Então os operadores estão abastecendo as máquinas com os produtos que seriam os materiais de embalagem. Ele coloca o frasco, a máquina pega esse frasco, vira-o de cabeça para baixo, depois volta para a posição normal. Ele entra na esteira, onde há uma estação, os pistões que entram no frasco e colocam o produto. Segue na esteira, em uma outra estação há uma máquina que coloca a tampa, rosqueando, e assim por diante. Até a caixa sair embalada.

Depreendemos do depoimento, bem como da descrição dos processos de trabalho dentro dos dois laboratórios, que a introdução de novas tecnologias não significou o rompimento do padrão taylorista-fordista de organização do trabalho. Mesmo no Laboratório B, onde a mudança tecnológica foi maciça, o que presenciamos foi uma ordenação da produção em moldes tradicionais, organizada segundo linhas de produção, mudando, apenas, a quantidade de utilização do trabalho vivo, cada vez menor.

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 03 de maio de 2005.

Podemos apontar para um processo crescente de acumulação em que o investimento nos meios de produção, com uso de alta tecnologia, resulta na diminuição da massa da força de trabalho no processo de produção, concomitante ao aumento da produtividade do trabalho. Marx (1988b:185) já destacava esse processo como um dos aspectos da lei geral da acumulação capitalista, em que:

O volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo dessa última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.

Os objetivos de aumento da produtividade em detrimento do aumento da força de trabalho foram atingidos e podem ser constatados pelo enxugamento do número de trabalhadores em todas as linhas automatizadas, bem como pelo crescimento da produtividade nas empresas<sup>83</sup>. Isso ocorreu inclusive no Laboratório A, que só possui uma linha funcionando segundo esse padrão tecnológico, mas teve a sua produção sistematicamente aumentada com a introdução do sistema de Bins. No Laboratório B, o fato de ter o número total de trabalhadores aumentado, se deu em função do crescimento econômico da empresa, pois nas linhas de produção o número de trabalhadores diminuiu proporcionalmente à modernização.

---

<sup>83</sup> O crescimento da produção nos dois laboratórios tem sido constante nos últimos anos. No Laboratório A, entre 2001 e 2004, a produção cresceu 203%. No Laboratório B a expansão da empresa pode ser percebida tanto pela ampliação do seu espaço físico, quanto da área de abrangência de atendimento do laboratório, que cresceu nacional e internacionalmente.

## Produção de medicamentos no setor de sólidos

### Fotografia 5

#### Pesagem de matéria prima



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 6

#### Manipulação



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 7

#### Secagem de granulado



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 8

#### Compressão



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 9

**Esteira completa: revisão, contagem, embalagem**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A

### Fotografia 10

**Sistema de Bin: elevador**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A



### Fotografia 11

#### Sistema de Bin: misturador



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 12

#### Controle de misturador do sistema Bin



Fonte: Arquivo do laboratório A

## Produção de medicamentos no setor de líquidos

### Fotografia 13

#### Tanque de manipulação



Fonte: Arquivo do laboratório A

### Fotografia 14

#### Abastecimento da máquina de envase



Fonte: Arquivo do laboratório A

**Fotografia 15**

**Operadora da máquina de envase**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A

**Fotografia 16**

**Máquina cravadora-mesa acumuladora**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A



**Fotografia 17**

**Esteira: revisão e embalagem**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A

## **4.2 A questão sanitária e a produção de valor na indústria farmacêutica**

A indústria farmacêutica em seu conjunto passou por importantes transformações tecnológicas e organizacionais desde a década de 1990. As empresas pesquisadas, em níveis diferenciados, também exibem essas transformações. No entanto, tão importante quanto essas mudanças foram as exigências de controle sanitário impostas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – nesse mesmo período. Tendo o sistema produtivo como principal alvo e estando voltada para atender as demandas desse segmento, a normatização da produção de medicamentos por meio de legislação pertinente incidiu diretamente sobre as rotinas da produção e do trabalho. A questão da qualidade assume relevância. A fábrica e seus produtos, nessa perspectiva, devem ser “limpos” e “assépticos”.

Tradicionalmente o Estado brasileiro procurou intervir nos aspectos sanitários da produção e consumo de medicamentos. Essa regulamentação e fiscalização cresceram nos anos de 1990. Até então, a regulamentação falha aliada à incapacidade de fiscalização por parte dos órgãos competentes, havia agravado o quadro da produção de medicamentos, denunciados constantemente pela falsificação e precariedade sanitária de várias indústrias. Exacerbando a situação, a falta de controle econômico do setor se refletia no aumento generalizado e abusivo dos preços de medicamentos, expresso na diminuição do número de medicamentos produzidos contraposta ao aumento do lucro das grandes empresas.

Visando corrigir o quadro, foram tomadas várias iniciativas, dentre elas a criação da ANVISA, investida de nova estrutura organizacional, de financiamento e de poder de fiscalização. Em 2001 a ANVISA publicou a RDC nº 210, de agosto de 2003, que

regulamenta as Boas Práticas de Fabricação – BPFs<sup>84</sup>. A resolução enfoca e regulamenta os procedimentos a serem seguidos para a produção de medicamentos, tendo como eixo a busca da qualidade na produção. O cumprimento obrigatório das normas sanitárias preconizadas nessa resolução enfatiza a necessidade de autonomia entre os interesses da produtividade e os da qualidade dentro do processo produtivo, estabelecendo nesse sentido que:

A independência do controle de qualidade em relação à produção é fundamental. O controle de qualidade deve ser independente dos demais departamentos e deve estar sob direção de pessoa qualificada e com alta experiência na área, que tenha a sua disposição um ou vários laboratórios de controle. (RDC nº 210, item 3.2) [...] Os responsáveis pela produção e controle da qualidade devem ser independentes um do outro. (RDC nº 210, item 10.2.1)

Nesse contexto de produção dessa mercadoria singular é importante compreendermos as determinações da legislação sobre os processos de trabalho dentro da indústria. Apesar de toda a resolução dizer respeito às BPFs<sup>85</sup>, levantaremos aqui alguns aspectos que consideramos significativos por repercutirem diretamente no trabalho e no depoimento dos trabalhadores.

#### 4.2.1 Legislação sanitária, processos de trabalho e garantia da qualidade

---

<sup>84</sup> Originalmente as normas de boas práticas de fabricação estavam expressas na Resolução RDC nº134, que foi revogada pela RDC nº 210.

<sup>85</sup> A Resolução estabelece:

Art.1º Determinar a todos os estabelecimentos fabricantes de medicamentos, o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Regulamento Técnico das Boas Práticas para Fabricação de Medicamentos, conforme ao anexo I da presente resolução.

Art.2º Instituir e aprovar a Classificação e Critérios de Avaliação dos itens constantes do Roteiro de Inspeção para Empresas Fabricantes de Medicamentos, com base no risco potencial de qualidade e segurança, inerentes aos processos produtivos de medicamentos, conforme Anexo II desta resolução.

Art.3º Instituir como norma de inspeção para fins de verificação do cumprimento das Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, para os órgãos de vigilância sanitária do Sistema Único de Saúde, o Roteiro de inspeção para Empresas Fabricantes de Medicamentos, conforme Anexo III dessa resolução.

Art.4º As empresas fabricantes de medicamentos devem proceder auto-inspeções, conforme o Regulamento Técnico das Boas Práticas para Fabricação de Medicamentos e o Roteiro de Inspeção em Indústria Farmacêutica, previstos nessa resolução, como parte das medidas necessárias à implementação das mesmas.

A Resolução nº 210 estabelece uma inter-relação entre Garantia da Qualidade, Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade. A totalidade das ações desenvolvidas para alcançar a qualidade na produção de medicamentos é chamada de Garantia da Qualidade<sup>86</sup> e serve como ferramenta de gerenciamento da organização, para assegurar confiança no fornecedor em situações contratuais. No que diz respeito à fabricação e fornecimento dos medicamentos, engloba elementos como a estrutura organizacional, os processos e procedimentos para produção.

As BPFs<sup>87</sup> e o Controle da Qualidade fazem parte da política estabelecida pela Garantia da Qualidade. As BPFs determinam o controle de todos os processos de fabricação em diversos níveis,<sup>88</sup> enquanto que o controle da qualidade é a parte das BPFs responsável pelo controle laboratorial do produtos, devendo ainda estar envolvido em todas as decisões relacionadas à qualidade do produto.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> Assim a Resolução define a Garantia da Qualidade: “É a totalidade das providências tomadas com o objetivo de garantir que os medicamentos estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos, para que possam ser utilizados para os fins propostos. Portanto, a Garantia da Qualidade incorpora as BPF e outros fatores, incluindo o projeto e o desenvolvimento de um produto, que não estão contemplados na finalidade deste regulamento” (RDC nº 210, Parte I, Item 1).

<sup>87</sup> As BPFs são, segundo a Resolução, “a parte da Garantia da Qualidade que assegura que os produtos são consistentemente produzidos e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro” (RDC nº 210, item 2.1).

<sup>88</sup> “Os processos de produção devem ser constantemente definidos e sistematicamente revisados; todas as etapas do processo devem ser validadas; as áreas de produção devem ser providas de toda infra-estrutura necessária; as instruções e os procedimentos devem ser escritos em linguagem clara e inequívoca; os operadores devem ser treinados para desempenharem corretamente os procedimentos; devem ser feitos registros durante a produção para demonstrar que todas as etapas e procedimentos e instruções foram seguidas e que a quantidade e a qualidade do produto obtido estão em conformidade com o esperado, sendo que quaisquer desvios significativos devem ser registrados e investigados; devem ser feitos registros que permitam rastrear os produtos; esses devem ser armazenados adequadamente; seja implementado um sistema capaz de recolher qualquer lote; garanta que as reclamações sobre os produtos sejam investigadas” (RDC nº 210, item 2.2).

<sup>89</sup> É a parte das BPFs, referente à amostragem, especificações, ensaios, procedimentos de organização, documentação e procedimentos de liberação que asseguram que os ensaios necessários e relevantes sejam executados e que os materiais não sejam liberados para uso, nem os produtos liberados para venda ou fornecimento, até que a qualidade dos mesmos seja julgada satisfatória. O controle de qualidade não deve se limitar às operações laboratoriais, deve estar envolvido em todas as decisões relacionadas à qualidade do produto (RDC nº 210, item 3.1.).

Todos os procedimentos estabelecidos devem ser realizados por meio do Procedimento Operacional Padrão (POP). A Resolução destaca, ainda, a importância dos processos de sanitização e de higiene a serem observados. Essas atividades abrangem não só as instalações, equipamentos, materiais de produção, mas também os trabalhadores.

Quanto ao capítulo dedicado ao “pessoal”, a Resolução determina que todas as responsabilidades individuais devem estar estabelecidas em procedimentos escritos e claramente compreendidos por todos os envolvidos. Estabelece ainda que todo o pessoal deve conhecer os princípios das BPFs, o conceito de “Garantia da Qualidade” e receber treinamento, incluindo instruções de higiene e de suas atribuições pessoais, devendo ser constantemente treinados e avaliados. O pessoal que trabalha nas “áreas limpas”, onde há risco de contaminação e onde são manipulados produtos ativos, tóxicos, infecciosos ou sensibilizantes, devem receber treinamento específico. Além do que, todos devem estar motivados a apoiar a empresa na manutenção dos padrões de qualidade.

A regulamentação traz um item destinado a discutir a saúde, higiene, vestuário e conduta do “pessoal”, conforme vemos a seguir:

#### 10.4. Saúde, higiene, vestuário e conduta.

10.4.1 Todo pessoal deve ser submetido a exames de saúde para admissão e posteriormente a exames periódicos, necessários às atividades desempenhadas, de acordo com procedimentos estabelecidos.

10.4.2. Todo o pessoal deve ser treinado nas práticas de higiene pessoal. Todas as pessoas envolvidas nos processos de fabricação devem cumprir com as normas de higiene; particularmente, devem ser instruídas a lavarem suas mãos antes de entrarem nas áreas de produção. Para que isto seja obedecido, devem ser

---



10.4.3. As pessoas com suspeita ou confirmação de enfermidade ou lesão exposta que possa afetar de forma adversa a qualidade dos produtos, não podem manusear matérias-primas, materiais de embalagem, produtos intermediários e a granel ou produtos terminados até que sua condição de saúde não represente risco ao produto.

10.4.4. Todos os funcionários devem ser instruídos e incentivados a relatar a seu supervisor imediato quaisquer condições, relativas à produção, ao equipamento ou ao pessoal, que considerem que possam interferir adversamente nos produtos.

10.4.5. Deve ser evitado o contato direto entre as mãos do operador e as matérias-primas, os materiais de embalagem primários, os produtos intermediários e a granel.

10.4.6. Para que seja assegurada a proteção do produto contra contaminação, os funcionários devem vestir roupas limpas e apropriadas a cada área de produção. Os uniformes, se forem reutilizáveis, devem ser guardados em ambientes fechados, até que sejam lavados e, quando for o caso, desinfetados ou esterilizados.

10.4.7. Os uniformes devem ser fornecidos pelo fabricante conforme procedimentos escritos. A lavagem dos uniformes é de responsabilidade da empresa.

10.4.8. Para que seja assegurada a proteção dos funcionários, o fabricante deve disponibilizar Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamento de Proteção Individual (EPI) de acordo com as atividades desenvolvidas.

10.4.9. É proibido fumar, comer, beber, mascar ou manter plantas, alimentos, bebidas, fumo e medicamentos pessoais nas áreas de produção, dos laboratórios e controle de qualidade e de armazenamento ou em quaisquer outras áreas em que tais ações possam influir adversamente na qualidade do produto.

10.4.10. Os procedimentos de higiene pessoal, inclusive o uso de roupas apropriadas, devem ser utilizados por todas as pessoas que entrarem nas áreas de produção.

10.4.11. Visitantes e pessoas não treinadas, devem ser proibidas de entrarem nas áreas de produção. Se isso for inevitável, essas pessoas devem ser antecipadamente orientadas sobre a higiene pessoal e o uso de vestimentas apropriadas e devem ser acompanhadas por profissional designado (RDC nº 210, item 10.4).

Quanto às áreas limpas, a resolução é ainda mais restritiva, determinando o uso de roupas apropriadas para o local, que em determinados casos cobrem completamente o corpo do trabalhador.

No cumprimento dessas normas temos a definição de uma série de elementos relativos aos processos de trabalho e ao cotidiano dos trabalhadores dentro da indústria farmacêutica. Assim, tanto o operador de uma máquina quanto os demais ligados à produção, devem seguir todos os procedimentos estabelecidos e são responsabilizados pelos mesmos. As suas tarefas não se resumem a fazer funcionar a máquina, mas liga-se, diretamente, ao controle de qualidade do medicamento. Assim se refere Tomé, operário do laboratório B<sup>90</sup>, quanto às suas funções:

Nós somos responsáveis pela retirada da amostra. Por exemplo, cada lote tem uma quantidade a ser retirada. Então o funcionário já é treinado a estar retirando uma quantidade X de cada carga. Ele é treinado para estar cuidando da assepsia da área. Tem que estar sempre limpa, chão, esteira, mesa, material que ele utiliza para trabalhar, o uso dos EPIs. Então, tem que cuidar da assepsia de todo esse material e fazer o controle de processo que é periódico. Dependendo do produto, geralmente de trinta em trinta minutos deve-se estar avaliando, para não deixar passar desvio de qualidade. E estar cumprindo as metas, se houver; se não, no mínimo as medidas que tem que ser feitas de cada medicamento, de cada produto.

No cotidiano desses trabalhadores o controle da qualidade passa a fazer parte direta do processo de produção da mercadoria, representando um aumento da eficiência no trabalho. Na indústria farmacêutica, a busca da qualidade passa pelo controle do ambiente de trabalho, dos produtos trabalhados e do próprio corpo do trabalhador.

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, em 26 de Julho de 2005.

A importância assumida pela qualidade e sua relação com os processos de trabalho é expressa por Pedro, gerente do Laboratório A<sup>91</sup>, da seguinte forma:

Mesmo que um operador seja excelente, se ele não assume a questão da qualidade não serve para o trabalho na indústria. O trabalhador tem que contribuir com a qualidade de uma maneira diferente do padrão anterior. A norma, antes, não exigia determinados parâmetros existentes hoje. Ele tem que evitar que o problema aconteça. Ele não pode ter a filosofia de que ele vai fazer e o que der errado vai ser pego pela garantia da qualidade. Ele tem por obrigação fazer bem feito da primeira vez. Essa foi a principal evolução do sistema da qualidade.

A imposição do controle de qualidade apresenta-se como uma necessidade sanitária, de atendimento às rígidas especificações quanto à pureza e à eficácia de uma mercadoria que, em última instância, deve servir à garantia da saúde. Porém, se a questão sanitária é fundamental, incidindo sobre os processos de produção e comercialização dos medicamentos, sua regulamentação irá, também, compor o rol de medidas adotadas pelas empresas para garantir a qualidade de sua mercadoria em sentido mais amplo.

A garantia da qualidade é apropriada, assim primeiramente como discurso para distinção dos produtos na disputa por mercados, diferenciando-os dos produtos de seu concorrente. Essa característica é constantemente enfatizada pelos empresários por meio do departamento de *marketing*, principalmente nas indústrias que produzem medicamentos de referência e que reforçam a marca do produto em detrimento do conhecimento do princípio ativo neles presente e de sua ação sobre o organismo.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 07 de julho de 2005.

<sup>92</sup> A indústria farmacêutica de medicamentos de referência apresentou grande resistência à implantação dos medicamentos genéricos no Brasil. A introdução desses medicamentos no mercado significava tanto a redução de preços dos medicamentos quanto a perda de fatias do mercado, uma vez que o *marketing* da empresa fica

Em segundo lugar, os princípios adotados para a garantia da qualidade na produção de medicamentos, que asseguram sua qualidade como valor de uso, termina por garantir a produção de valor.

Para Marx (1982b:156), o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho dependerá:

1.Das condições naturais do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais, etc.; 2-Do aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do trabalho por efeito da produção em grande escala, da concentração de capital, da combinação do trabalho, da divisão do trabalho, maquinaria, melhoria dos métodos, aplicação dos meios químicos e de outras forças naturais, redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e transporte e todos os demais pelos quais a ciência obriga as forças produtivas a servir ao trabalho e pelos quais desenvolve o caráter social ou cooperativo do trabalho.

Entendemos que o controle de qualidade insere-se dentro do processo de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, representando um aperfeiçoamento dos métodos de trabalho que resulta em aumento da sua produtividade. Na produção de medicamentos, apesar da dissociação existente entre produção e garantia de qualidade indicada pela lei, que visa garantir que os últimos não estarão subordinados aos primeiros, é imperativo percebermos que as normas estabelecidas, em grande medida, favorecem o controle e a eficiência do ponto de vista estrito dos processos de produção, atingindo o objetivo primeiro das empresas produtoras de medicamentos: gerar mais capital.

---

prejudicado quando não é o nome da marca que é promovido, mas o nome do princípio ativo, significando a possibilidade de os consumidores migrarem para outros produtos. No cerne da crítica e da campanha dessas empresas contra a produção de genéricos está uma suposta perda de qualidade na produção dos medicamentos genéricos.

Nesse sentido, em torno dessas práticas existe uma rotina em que produção e controle são inseparáveis. A vigilância sobre os operários quanto ao cumprimento das normas é rígida e se faz tanto pela análise do produto nas diferentes etapas quanto pela fiscalização e treinamento dos trabalhadores. Além do mais, todo o trabalho realizado pode ter o seu responsável identificado, uma vez que a assinatura nos protocolos de produção assegura visibilidade ímpar da atividade desenvolvida pelos trabalhadores. O controle sanitário constitui-se, assim, em forte elemento de disciplinarização da força de trabalho.

Um dos princípios atribuídos ao toyotismo, o da autonomia, passa também a ser cumprido. Segundo Wood (1993:53), a autonomia refere-se ao controle autônomo dos defeitos. É a operacionalização do conceito de qualidade total, abandonando a centralização convencional do controle de qualidade limitada a uma inspeção especializada. Coriat (1993:82) lembra ainda que, em sua efetivação, a autonomia inclui protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação, o que é regra dentro da indústria farmacêutica.

Assim, em que pese o amplo grau de fiscalização existente dentro da indústria, exercida por funcionários especializados nessa função, a qualidade do produto é atribuída ao operário e garantida pelos protocolos. Produzir bem significa produzir seguindo as regras de garantia da qualidade expressas pelas BPFs. E mais, produzir sem erros da primeira vez, sem que haja necessidade de reprocessar ou refugar um medicamento<sup>93</sup>. A responsabilidade pela produção e pela qualidade é em primeiro lugar dos trabalhadores e são constantes as exigências em torno dessa questão.

---

<sup>93</sup> Segundo Humprey (1993:240), no JIT, “para alcançar a qualidade é preciso produzir de imediato segundo um padrão correto, responsabilizando o operador por isso. O objetivo é expor os defeitos de qualidade e corrigi-los, em vez de esperar pela má qualidade.”

Além disso, o trabalhador deve desenvolver a capacidade de adaptação às novas rotinas, aprendendo a incorporá-las no seu cotidiano sempre que necessário. Segundo depoimento do mesmo gerente:

A segunda grande alteração para os trabalhadores é que ele sofre constantes mudanças nos procedimentos por conta das transformações tecnológicas e na legislação. Sempre que a gente tem que mudar o padrão que ele conhecia, ele sofre um choque. A resposta imediata dele é:

— Eu fiz assim dez anos...eu fiz assim cinco anos...porque você está mudando agora? Dava certo antes.

O nosso poder tem de ser alto para convencê-lo de que antes o nosso sistema de diagnóstico era fraco e hoje evoluiu, portanto, o padrão de qualidade mudou. O que atendia antigamente não atende mais.

O trabalhador, nessa perspectiva, deve estar sempre aberto às mudanças impostas pelo controle de qualidade à produção. A idéia de uma rigidez perene nos processos de trabalho dá lugar ao princípio da mudança constante nos regulamentos sanitários e exige do trabalhador a constante adaptação aos novos princípios.

A segregação dos espaços é outro resultado da busca da qualidade no que diz respeito ao seu aspecto sanitário. O operário é expressamente proibido de circular em áreas que não sejam a de seu trabalho para evitar que haja contaminação. Se for fazê-lo deve ter autorização formal. Essa segregação é especialmente visível no laboratório B, onde normalmente os trabalhadores desconhecem outras unidades de produção que não a sua. A proibição da circulação livre acaba reforçando e dando visibilidade a várias distinções entre os trabalhadores dentro das empresas, que refletem, também, sua situação ocupacional, profissional e hierárquica. As mais características talvez sejam as que se dão entre os trabalhadores da administração e os da fábrica, que normalmente não se conhecem ou não

se relacionam; entre os trabalhadores dos laboratórios de análise e de desenvolvimento de produtos e os da produção; entre os que trabalham em diferentes unidades produtivas; entre trabalhadores da manutenção e limpeza e os da produção. A segregação de espaços dentro das empresas reflete, outrossim, a própria segmentação existente entre trabalho manual e intelectual, direção e execução, agora respaldados pelo discurso sanitário. A dificuldade para transitar dentro da indústria acaba por confinar o trabalhador ao seu espaço de trabalho, onde pode ser mais controlado.

Finalmente, o controle de qualidade incide sobre o próprio processo de formação dos trabalhadores, fazendo parte dos conhecimentos que eles têm que adquirir, dos hábitos de higiene e comportamentos que têm que desenvolver no trabalho. Tudo levando a um envolvimento direto de sua subjetividade com o processo de produção de medicamento.

**Detalhe da produção de medicamentos na década de 1970 e em 2005.**

**(observe tanto a diferença do aparato tecnológico quanto de exigência sanitária)**

**Fotografia 18**

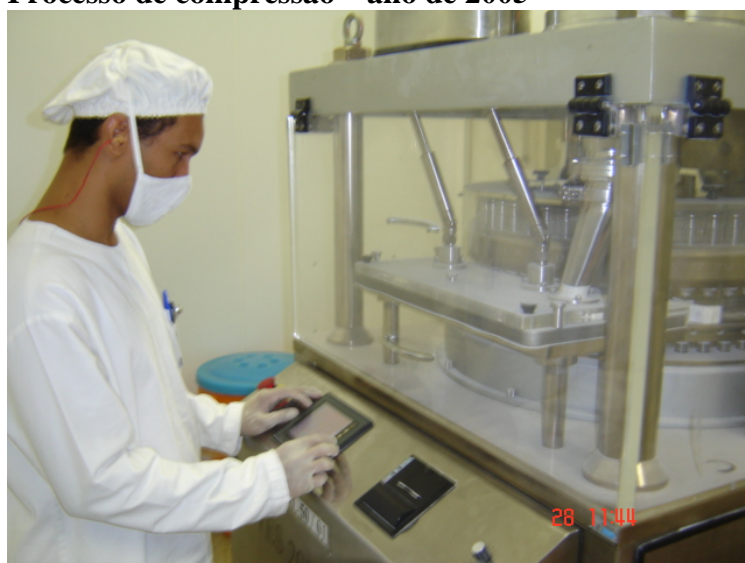
**Processo de compressão – final dos anos de 1970**



**Fonte:** Material promocional do laboratório A

**Fotografia 19**

**Processo de compressão – ano de 2005**



**Fonte:** Arquivo do laboratório A



### **4.3 Formas de gestão e organização da força de trabalho**

No Brasil, os modelos de gestão da força de trabalho estiveram historicamente ligados ao disciplinamento dos trabalhadores, às relações autoritárias no âmbito fabril e à concessão de benefícios apresentados como dádivas do Estado ou de um patrão paternal. Aspectos como qualificação, desenvolvimento e participação dos trabalhadores tiveram importância secundária (FLEURY, 1993). Os laboratórios pesquisados não fogem a essa realidade. Possuem formas de gestão centralizadas e hierarquizadas, com cargos e funções claramente definidos e pequeno investimento em qualificação, característicos do modelo fordista.

O Laboratório A conta, no alto de sua pirâmide organizacional, com um conselho fiscal e um conselho de administração. À presidência estão subordinadas onze assessorias e quatro diretorias: de compras, administrativa e financeira, que têm caráter burocrático, e a de produção, que cuida da fábrica.

Na produção, os cargos e funções são bem demarcados do ponto de vista burocrático-administrativo. O operador e manipulador são denominados de assistentes de indústria e os trabalhadores da esteira e outros serviços ocupam o cargo de auxiliar de indústria. Como a ocupação dos cargos atualmente se dá por concurso público, o seu remanejamento ou troca leva a uma situação de ilegalidade, caracterizando desvio de função. No entanto, na prática, segundo depoimentos, é comum que um trabalhador desempenhe funções que não as suas. Quando uma máquina está parada o operador pode ser solicitado a trabalhar na esteira. A rigidez na demarcação das funções curva-se à

necessidade da produção. Assim se refere Antonio<sup>94</sup>, trabalhador do Laboratório A, a essa prática:

Se eu fosse levado para outro setor trabalharia em esteira. A esteira não exige aprendizado. Apesar de ser muito desgastante, você só tem que conferir como está saindo aquele produto.

Apesar da proibição expressa de um auxiliar operar máquinas, pelo menos até recentemente, essa prática ocorria, como podemos depreender o depoimento de Joana<sup>95</sup>: “Agora auxiliar está proibido de operar máquina, mas até outro dia podia, quando uma colega nossa perdeu uma falange”.

Nesse laboratório a busca de qualidade refere-se à aplicação das normas de BPFs. Não há nenhum projeto em curso, visando à remodelação administrativa ou burocrática, à busca de aumento de produtividade ou à economia de recursos.

No que diz respeito à participação operária visando à melhoria dos processos produtivos, esta se dá de maneira informal. Assim se refere Amélia, diretora do laboratório<sup>96</sup>, ao que ocorre quanto ao aproveitamento das sugestões dos trabalhadores:

Tudo depende de gente. Depende muito do chefe com quem você está trabalhando. Alguns chefes fazem isso. Tem troca de experiência, conversas, pergunta, opinião. Outros não. São autoritários. Os autoritários são muito interessantes porque eles não conseguem nada com os trabalhadores. E tem pessoas que você só consegue as coisas por pressão, por medo. Outros você consegue a coisa por conversa, por paternalismo, por identificação.

---

<sup>94</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 23 de junho de 2005.

<sup>95</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 07 de junho de 2005.

<sup>96</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 10 de junho de 2005.

A empresa não desenvolve, assim, nenhum projeto visando obter maior aproveitamento do saber operário. As sugestões, se existem, encontram-se na esfera da relação entre o operário e o chefe, que decide se as encaminha ou não.

Como estratégia de valorização do trabalhador criou-se um acréscimo salarial por produtividade. Tenta-se assim evitar o grande número de abandono do emprego e absenteísmo presentes, principalmente, entre os trabalhadores recém-contratados.

O Laboratório B também possui uma estrutura organizacional bem demarcada. As funções na produção são bem estabelecidas, porém nos dois últimos anos tem havido um movimento de acréscimo de funções para os encarregados de produção e operadores, exigindo-se deles a capacidade para desempenhar tarefas que antes eram de outros. Essa tendência tem marcado uma intensificação do trabalho. Natal<sup>97</sup>, encarregado de setor, explicita o que vem ocorrendo:

Antigamente, há um ano atrás, na minha área eram três encarregados. Um na manipulação, um na pesagem, um para o setor de líquidos e almoxarifado dos líquidos. Com o tempo, um deles trocou de setor e o outro foi desligado. Eu hoje ocupo esses três cargos, eu tive que assimilar os três, mas não só eu. Houve mudanças na gestão, na diretoria, todo mundo teve que assimilar mais coisas.

Quanto ao trabalho dos operadores esse mesmo encarregado assim se expressa:

Operador, é igual eu falo para eles direto: você é operador. Um operador de máquina, não um operador de encartuxadeira, entendeu? Você não vai ter uma máquina específica. Você vai trabalhar ali, na linha toda.

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 07 de junho de 2005.

A atitude que se espera dos trabalhadores é bem clara, como nos mostra o depoimento de Marcos, também encarregado de setor<sup>98</sup>:

A indústria não quer feijão-com-arroz, por exemplo, ela não quer uma pessoa para trabalhar que começa, hoje, desempenhando uma função e após cinco anos ainda esteja desempenhando a mesma. Essa pessoa não oferece nada além do feijão-com-arroz. Na empresa, e eu tenho consciência de que reforço o discurso da empresa, há uma série de possibilidades de crescimento. Se alguém é bom, é grande a possibilidade de a pessoa crescer e se desenvolver. Se ao longo de cinco anos ele não demonstrou potencial, a palavra mágica para isso é “profissional multifuncional”, então ele não serve.

Se no Laboratório A a prática do uso multifuncional dos trabalhadores não faz parte de uma política estabelecida pela direção, estando claramente vinculada à deficiência quanto ao número de trabalhadores no espaço de produção, no Laboratório B a adesão a esse princípio faz parte de uma política declarada da empresa. Porém, algo em comum os une: nos dois laboratórios a multifuncionalidade está relacionada ao cumprimento de multitarefas e não a um projeto de qualificação e requalificação<sup>99</sup>. Assim, a exigência de que trabalhadores cumpram mais funções não é acompanhada de cursos específicos para isso, nem da noção do trabalho em equipe. Lançando mão de conceitos “modernos”, como trabalhadores multifuncionais, escamoteia-se a imposição de uma jornada mais longa de trabalho com o cumprimento de mais horas extras e intensificação do trabalho pelo acúmulo de funções. Ou seja, num formato fordizado, a utilização flexível da força de trabalho alcança ares de “quebra-galho” e o processo se torna mais rígido que o anterior, uma vez que as obrigações dos trabalhadores se ampliam.

---

<sup>98</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-GO, 17 de junho de 2005.

<sup>99</sup> Salerno (1993:150) aponta que o trabalho em algumas empresas, em que pese a implantação do conceito de polivalência, continua tendo uma prescrição individual e está mais ligado a uma multitarefa do que ao desenvolvimento de múltiplas habilidades de uma força de trabalho altamente qualificada.

Além de buscar a multifuncionalidade como princípio de organização do trabalho dentro da indústria, no Laboratório B há um esforço sistemático de criação de uma nova cultura organizacional e de novos hábitos entre os trabalhadores, que vão ao encontro dos ideais de flexibilidade e de qualidade total.

No final dos anos de 1990 e início do século atual surgiram iniciativas para conquistar a adesão dos trabalhadores ao processo de produção, como a de implantação do programa de qualidade e Programa 5S. Buscava-se, também, criar uma estrutura formal para participação e adesão dos trabalhadores aos projetos da empresa.<sup>100</sup>

Nas metas estabelecidas, os objetivos da qualidade não se restringem ao aspecto sanitário definido pelas BPFs, antes supera-o na busca de eficiência da empresa diante do processo produtivo – através da qualificação e comprometimento dos trabalhadores, evitando desperdícios, associando-se a instituições de pesquisa – e frente ao mercado – qualificando fornecedores, atendendo satisfatoriamente aos clientes e buscando o desenvolvimento dos negócios.

Nesse sentido houve a implantação do projeto 5 S<sup>101</sup>. No projeto fica clara a necessidade de mudança de hábitos e comportamentos dos trabalhadores, ou seja, mudança em sua maneira de se relacionar com o trabalho, com os colegas e com o próprio corpo. A necessidade de engajamento é levantada constantemente. Ganhar o terreno da subjetividade do trabalhador, nessa perspectiva, torna-se fundamental.

---

<sup>100</sup> No Laboratório B foi criado um setor voltado especialmente para selecionar sugestões dos trabalhadores, através de suas respectivas gerências, quanto à melhoria dos processos produtivos. O comitê encarregado de verificar a importância dos projetos, coletar dados e encaminhá-los é composto por diretores, gerentes e supervisores. Não há representantes dos trabalhadores, o que reforça o caráter hierárquico existente dentro da empresa.

<sup>101</sup> Para Ruas, Antunes e Roese (1993:105) “No estrito âmbito fabril, o JIT pode ser compreendido como um processo que visa à eliminação total dos desperdícios (programa perda zero). Essas perdas podem ter várias origens: dos defeitos de fabricação (problema esse que é geralmente atacado por programas de garantia de qualidade) às atividades ou práticas que geram custo e não adicionam valor ao produto (tais como movimentação de matérias-primas ou produtos em elaboração, tempo de preparação de equipamentos, controles indiretos de qualidade e manutenção, preservação de grandes volumes de estoques de produtos acabados ou de matérias-primas em processo)”.

Durante o período de implantação do programa de qualidade total, que foi acompanhado pela criação do programa 5S, desenvolveu-se uma intensa campanha junto aos trabalhadores para garantir a sua adesão: o desenvolvimento de logomarcas, realização de torneios esportivos, distribuição de material e palestras sobre o projeto.<sup>102</sup>

Mas nem só com convencimento se constrói um projeto de qualidade. Tornaram-se usuais estratégias de controle sobre os trabalhadores para verificar sua adesão ao projeto, como vistorias em armários, realização de perguntas-surpresa dos chefes para os funcionários, visando checar seus conhecimentos, e realização de auditorias.

Apesar de toda a política de envolvimento que foi desenvolvida pelo Laboratório B, principalmente quando da implantação do programa de qualidade total, essa não resultou na diminuição do poder gerencial e no envolvimento dos trabalhadores na concepção de projetos para melhoria da produção.<sup>103</sup>

#### **4.4 Cultura de empresa e estratégias para adesão dos trabalhadores**

Vários autores<sup>104</sup> têm apontado, como motivo de sucesso na implementação de mudanças organizacionais, uma série de contrapartidas oferecidas aos trabalhadores que garantiriam sua adesão aos processos produtivos: aumentos salariais, emprego vitalício para uma parcela do operariado e a criação de um sistema interno de promoção. Nos laboratórios pesquisados, iniciativas nesse aspecto são limitadas, restringindo-se a ganhos por

---

<sup>102</sup> Dados obtidos no Jornal do Laboratório.

<sup>103</sup> Ruas, Antunes e Roese (1993:120) apontam que no Brasil a implantação do modelo japonês encontra resistência na grande rigidez da estrutura hierárquica existente dentro das empresas e atribui essa rigidez a própria história recente do país marcada por uma ditadura que inibia as reivindicações e lutas e operárias e a uma cultura empresarial e gerencial autoritárias.

<sup>104</sup> Coriat (1994), Silver (2005), Lobo (1993), Hirata (2002), dentre outros.

produtividade no Laboratório A<sup>105</sup> e salários um pouco mais altos do que a média da região, no caso do laboratório B<sup>106</sup>. A estabilidade no emprego é inexistente e os processos de ascensão funcional são bastante limitados. Porém, são desenvolvidas estratégias para a criação de uma cultura fabril que garanta a adesão dos trabalhadores ao processo produtivo.

107

O Laboratório A é marcado por uma cultura ligada ao compromisso com a saúde pública. A destinação social da produção de medicamentos mobiliza tanto trabalhadores da direção quanto da produção, permeia a maioria dos depoimentos e é motivo de orgulho para os empregados. No depoimento de Amélia, diretora do Laboratório<sup>108</sup>:

Nós somos uma empresa social. Nossa preocupação é o paciente. Você quer ver a gente ficar doido é saber que tem uma enchente não sei aonde, que não tem medicamento e que o governo pede pelo amor de Deus. Então você dobra. Você trabalha vinte e quatro horas e não é por questão de lucratividade. A gente quer atender aquela população. Não é o caso de outras indústrias que estão voltadas para o lucro. Eu acho que esse é o diferencial do laboratório público. Pena que eles sejam tão mal administrados e que tenha ingerência política.

Edimilson<sup>109</sup>, jovem trabalhador da empresa, assim se refere ao seu compromisso com a produção de medicamentos no laboratório público:

---

<sup>105</sup> Dados do Relatório Anual do Laboratório A, 2004.

<sup>106</sup> Dado obtido no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico-Farmacêuticas no Município de Anápolis.

<sup>107</sup> Ruas, Antunes e Roese (1993:105) definem cultura fabril como o “consenso em torno daqueles valores que refletem os interesses da empresa”. Já para Garay (*in*, CATTANI, 1997:47): “A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de compreensões, interpretações ou perspectivas compartilhadas pelos indivíduos na esfera de uma empresa específica, representando uma complexa rede de princípios, valores, crenças e pressupostos, ritos e cerimônias, histórias e mitos, tabus, símbolos. Essa rede define o modo pelo qual um determinado grupo de indivíduos aprende a lidar com problemas, modo esse passado para os novos membros. Pode ser considerada, também, um mecanismo de controle que busca restaurar as perdas psicológicas nos indivíduos que trabalham nas empresas, repondo um quadro de valores, crenças e pressupostos orientadores de um comportamento coletivo conveniente aos objetivos organizacionais. Assim, certos ritos, mitos e histórias são criados nas organizações, assim como uma série de elementos para legitimá-los, sejam eles implícitos ou explícitos, objetivando-se orientar os comportamentos desejados.”

<sup>108</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 10 de junho de 2005.

<sup>109</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 29 de junho de 2005.

Se as pessoas pensam que funcionário público é aquele cara que tem a mamata, eu falo assim “vem ver o que é mamata...”. Mas eu me sinto feliz pelo lado social. E pelo dinheiro, porque eu não estou aqui para fazer graça. Eu estou para trabalhar, apesar do salário ser ruim. Às vezes a gente está grilado com a vida, às vezes traz algum problema de casa, mas por causa do lado social eu tenho mais dedicação. Meu pai toma remédio da empresa. Além do mais, tem outras pessoas que precisam, também, dos medicamentos, muita gente carente, não é?

O depoimento desses trabalhadores revela não só o orgulho de estar engajados na produção de medicamentos direcionados para o atendimento à população carente, mas também como esse orgulho e engajamento servem para superar as condições de trabalho insatisfatórias: o descaso com a coisa pública e seu mau gerenciamento, no caso da diretora, os baixos salários, no caso de Edimilson.

A adesão ao trabalho, sua intensificação em determinados momentos é garantida pelo compromisso com a saúde pública. Obviamente essa situação não é consensual e isenta de conflitos. Importa perceber aqui que essa é a cultura que marca a empresa. Esse compromisso com a saúde pública é alimentado pelos cursos voltados para os processos de qualidade na produção de medicamentos e destinados aos trabalhadores, bem como pelos documentos institucionais do Laboratório. Estes apontam como missão do laboratório: “Promover a saúde, com medicamentos e serviços de qualidade e baixo preço, atuando como provedor de produtos de interesse da saúde pública e regulador de preços no mercado farmacêutico.” (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2004).

No Laboratório B é dado ênfase a dois aspectos: o primeiro é a idéia de que o crescimento da empresa significa o crescimento do trabalhador. A história institucional construída pelo laboratório é caracterizada como sendo de crescimento constante, o que é associado à iniciativa e competência pessoal dos seus proprietários. O trabalhador é



apontado como partícipe desse crescimento e dele se espera um comportamento marcado pelo arrojo e capacidade de decisão, além de engajamento no trabalho. Aqueles vistos como talentosos, esforçados e dedicados são recompensados, segundo essa versão, com a ascensão funcional dentro da empresa.<sup>110</sup>

O segundo enfoque é dado à saúde. A empresa é uma produtora de saúde –“bem maior de todo ser humano”. O trabalhador não é apenas um operário, mas antes a pessoa responsável pela garantia da manutenção da saúde da população.

Paralelamente, os artigos publicados pelo Jornal do Laboratório B enfatizam “dicas” sobre saúde para os trabalhadores ou alertam sobre os programas de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Nesse mesmo veículo de comunicação são divulgadas ações como: campanha contra o câncer uterino, fisioterapia, curso de yoga, semana de orientação de saúde, programa de ginástica laboral implantado pela empresa, campanha contra acidentes de trabalho, curso de primeiros socorros e tratamento dentário. A higiene pessoal, gripe, doenças contagiosas são igualmente objeto de notas.

Nesses artigos, a questão da saúde do trabalhador é enfatizada como importante não só para o indivíduo como para a empresa. Essa preocupação está relacionada à atividade da indústria. Manter a higiene pessoal é importante para evitar a contaminação dos produtos. Não adoecer é garantia de manutenção da produtividade. Nesse contexto, o trabalhador é responsabilizado pela manutenção de sua própria saúde e conseqüentemente de sua produtividade.

Existe, por parte das duas empresas, um esforço evidente para a conquista da subjetividade dos trabalhadores, visando à obtenção de consenso em torno da produção e da qualidade dos produtos. No discurso empresarial, comum aos dois laboratórios, eles se apresentam como portadores de um bem social – produzem saúde. A produção de valor é

---

<sup>110</sup> Vários números do jornal interno do Laboratório B, bem como seu *site*, reforçam essa versão institucional.

secundarizada. A adesão do trabalhador, principalmente no que diz respeito à qualidade do produto, é garantida pela sua sensibilização com relação a essa questão.

#### **4.5 Os trabalhadores adequados ao capital**

No que se refere aos aspectos relativos à qualificação, escolarização e treinamento, os laboratórios pesquisados apresentam semelhanças. Grande ênfase é atribuída ao aspecto comportamental e aos atributos psicológicos e morais esperados dos trabalhadores.

Apesar das recentes contratações estarem orientadas para trabalhadores que, no mínimo, tenham cursado o ensino médio, nos dois laboratórios existem operários com menor escolarização. No Laboratório A, entre os trabalhadores que estão há mais tempo na empresa existem analfabetos. Eles desempenham funções como a de fazer a limpeza da vidraria do laboratório de controle de qualidade. No Laboratório B, os trabalhadores ligados à limpeza, ajudantes e auxiliares de produção são admitidos tendo o ensino fundamental concluído.

A adoção do controle sanitário e o desenvolvimento de produtos exigem um número cada vez maior de trabalhadores com nível técnico e superior: farmacêuticos, biólogos, químicos, engenheiros e técnicos nessas áreas. O número desses trabalhadores cresceu significativamente nos últimos anos dentro dessas empresas.<sup>111</sup>

Quanto à operação das máquinas o trabalho deixa, gradativamente, de ser manual e braçal. Passa a exigir muito mais a atenção e a concentração. Do trabalhador na linha manual é exigido destreza, atenção e disciplina, enquanto que do trabalhador da linha

---

<sup>111</sup> No Laboratório B, por exemplo, em cinco anos o número de trabalhadores ligados ao controle de qualidade saltou de 63 para 120. Dado obtido no jornal interno do laboratório.

automatizada espera-se que saiba interpretar dados e conheça os princípios de manutenção básica e preventiva do equipamento.

Empreendendo pesquisa junto a duas empresas do setor metalúrgico em São Paulo, Leite (1994) observou que, à medida que a automação modifica o conteúdo do trabalho, que o trabalho vai deixando de ser manual e se tornando mais intelectual, ele passa a depender menos da habilidade do trabalhador em manejar aquele tipo de máquina e mais de um conhecimento padronizado da tecnologia, cuja variação não é muito grande entre vários tipos de máquina. A destreza manual perde gradativamente sua importância e são exigidas novas habilidades, como o raciocínio abstrato e a capacidade de atenção.

Para seguir corretamente os procedimentos que estão indicados nos POPs é necessário o preenchimento correto dos formulários de controle da produção, o que também exige uma cognição maior dos trabalhadores para o cumprimento dessas tarefas.

Via de regra, a força de trabalho é formada dentro dos próprios laboratórios. Os treinamentos são habituais para cumprimento das normas de Boas Práticas de Fabricação. Equipamentos que oferecem risco à segurança do trabalhador, como máquinas de envase sob pressão, exigem treinamento específico. Esses cursos são oferecidos pela empresa e ministrados pelos trabalhadores ligados ao departamento de garantia e controle de qualidade. Ao entrar na indústria, o trabalhador passa por um programa de integração, em que são oferecidas as informações sobre produção de medicamentos, processos e hábitos a serem seguidos, em cursos que duram 20 horas aproximadamente. Essas informações são depois repetidas e reforçadas em treinamentos subsequentes.

Quanto ao manuseio das máquinas e outros processos de trabalho, o treinamento ocorre na própria linha de produção. Um “tutor” faz o treinamento dos iniciantes. Nas duas empresas o tempo considerado mínimo para a formação de um bom operador é de seis

meses, o que não impede que vários comecem a operar antes desse tempo, ou mesmo sem treinamento adequado.

A par desses aspectos da qualificação, cujo sentido configura-se como treinamento no local de trabalho, os laboratórios têm se empenhado em adequá-los sob o ponto de vista comportamental. Gramsci (1984) havia destacado que, no fordismo, a conquista dos trabalhadores no terreno da subjetividade, por meio do seu controle moral, teve uma importância fundamental para a construção da hegemonia em torno do mesmo. No toyotismo, o engajamento do trabalhador e sua adesão aos processos de trabalho também são parte intrínseca de sua implementação.

A expectativa em torno das novas qualidades esperadas dos trabalhadores gera resultados não só sobre a sua formação, mas também sobre os critérios de contratação. Gomes (2002) considera o atual momento como de transição entre dois modelos de formação profissional oriundos do discurso da flexibilização e que se acoplam às atuais práticas de reestruturação produtiva e gerencial. O modelo em crise, chamado de “polarização das qualificações”, é característico do taylorismo-fordismo, e o modelo emergente, batizado de “modelo das competências”, está ligado ao pós-fordismo.

No modelo “das qualificações”, a ênfase é dada aos postos de trabalho, valorizando os componentes formais, como educação escolar, profissional e técnica. No modelo “das competências”, a ênfase é dada ao trabalho em equipe e a sua adequação às novas tecnologias. Trata-se da passagem do “saber fazer” para o “saber ser”.

Nos dois laboratórios, os componentes formais da educação ainda são valorizados, inclusive como critério de contratação. No entanto, é perceptível a valorização de elementos comportamentais, inclusive como quesito para ascensão funcional dentro das

empresas. No Laboratório A a tentativa de adequação comportamental se manifesta principalmente nos cursos oferecidos. Para Amélia, Diretora<sup>112</sup> do Laboratório A:

Os meus melhores operadores são os que têm paixão pelo trabalho. Não adianta eu ter um bom funcionário, mas que não gosta do que faz. Porque o interesse é muito reduzido. Eu faço a minha obrigação e não passo daquilo. Isso é da personalidade. É da pessoa. Você tem sempre que avaliar. Eu sempre tenho esse hábito de conversar muito com os funcionários para verificar qual é a perspectiva dele. É de temperamento.

Em resumo, o trabalhador que manifesta adesão ao trabalho é o que apresenta melhor desempenho, independentemente de sua habilidade específica com o equipamento.

No Laboratório B a adequação do trabalhador envolve não só o processo de treinamento, mas também a divulgação de um “ideal” comportamental, via material impresso, campanhas e premiações. Para Natal, encarregado de setor<sup>113</sup>:

O bom trabalhador é o que tem responsabilidade, está disponível para a empresa, aceita mudança de turno, tem comunicação, qualificação, é assíduo e está disponível para mudanças.

Além dos processos de integração e de identificação que fazem parte da cultura criada pelo Laboratório B e ressaltam aspectos tais como esforço, dedicação e comprometimento, outros se juntam a esse arsenal. São enfatizadas como características positivas a capacidade de romper com o que se estava habituado a fazer e adquirir novos

---

<sup>112</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, em 10 de junho de 2005.

<sup>113</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 07 de junho de 2005.

conhecimentos e habilidades, ou seja, “estar disponível a mudanças”, bem como a de ser cooperativo e trabalhar em equipe<sup>114</sup>.

#### **4.6 Instabilidade da força de trabalho**

Em que pese a construção de uma cultura de empresa e da tentativa de forjar comportamentos considerados adequados entre os trabalhadores e que visam garantir a sua adesão aos processos de produção, o Laboratório A tem apresentado um grande número de demissões, desistências do trabalho e absenteísmo entre os trabalhadores recém-contratados, e o Laboratório B um alto *turnover*, caracterizando uma situação de grande instabilidade.

No Laboratório A a instabilidade na composição da força de trabalho é atribuída à não adaptação e não identificação dos trabalhadores concursados às rotinas do trabalho fabril. Em documento enviado à Procuradoria Regional do Trabalho em 2004<sup>115</sup>, a empresa apresentou os motivos da não compatibilidade dos trabalhadores concursados para o provimento dos cargos:

- a) seleção de pessoas sem a aptidão adequada ao desempenho de suas funções, especialmente as relacionadas com as atividades de “chão de fábrica”.
- b) seleção de pessoas com nível de escolaridade muito acima da necessária à maioria das funções, acarretando frustração e insatisfação.
- c) seleção de pessoas interessadas, apenas, em usar o concurso como forma de ingresso no serviço público e como “atalho” para outros cargos.

---

<sup>114</sup> Inúmeros artigos do jornal interno do laboratório enfatizam a positividade dessa característica comportamental.

<sup>115</sup> Ofício do Laboratório de nº 150/2004, enviado à Procuradoria Regional do Trabalho.

Segundo o documento, a inadequação desses trabalhadores acarretou ainda: aumento dos acidentes de trabalho, superior entre os concursados do que entre os antigos trabalhadores; aumento da rotatividade nos postos de trabalho, do absenteísmo e inadaptação ao trabalho, acarretando inclusive manifestações de insatisfação e paralisações na empresa.

No entanto, a rotatividade dentro desse laboratório é anterior à entrada desses trabalhadores. Como a empresa, historicamente, lançou mão do recurso de utilização de força de trabalho temporária, principalmente em períodos de grande produção, esta sempre foi instável.

Cristina<sup>116</sup>, gerente do laboratório, retrata a situação vivida:

As demissões ocorreram depois do concurso. Antes, que eu me lembre, desde 1986, tivemos só umas quatro demissões. Não foi por falta de necessidade. Algumas pessoas não tinham compromisso e poderiam ter sido demitidas. Mas deixavam até chegar a aposentadoria. Como a empresa tinha a maternidade e a paternidade da CEME, havia essa benevolência. Não tínhamos que batalhar em pé de igualdade com o mercado. A pessoa fazia um pouco de corpo mole, mas como a produção era ainda muito pequena, dava para levar mesmo que o trabalhador não tivesse um desempenho muito bom. Naquela época, existiam as indicações políticas para entrar e para permanecer na empresa. Depois, com o concurso, quando as pessoas não se adaptaram, tivemos o cuidado de caracterizar essa inadaptação através de registro. Não mandamos trabalhadores embora arbitrariamente. Fazemos todo o possível para adaptar a pessoa. Tudo segue direitinho todos os passos: primeiro sentamos, conversamos, treinamos e capacitamos. Depois, a gente vê. Se não dá, chamamos e conversamos. Advertimos uma vez, advertimos outra vez. Suspendemos, em alguns casos, ou então demitimos sem justa ou por justa causa. Já no treinamento introdutório falamos que a permanência do trabalhador vai depender do desempenho.

---

<sup>116</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 02 de junho de 2005.

O depoimento é esclarecedor não só quanto ao aumento de demissões dentro do laboratório, mas destas como fato recente. Esclarece também os motivos que levam às demissões. A alegada não-adaptação ao trabalho deve ser relativizada. No passado existiam trabalhadores sem compromisso com o trabalho na indústria e estes não eram demitidos. O que mudou foi o relacionamento do laboratório com sua força de trabalho. No momento em que o trabalhador teve que se adequar às exigências de uma alta produtividade, deixou de ser tolerado o comportamento caracterizado pelo descompromisso, pela falta de habilidades necessárias, pelo absenteísmo. A própria situação funcional desses trabalhadores passou a permitir a sua demissão. Antes, os trabalhadores iam para a empresa por indicação política e tinham garantida a sua permanência por proteção de quem os indicou. A vigência do paternalismo e do apadrinhamento assegurava a sua estabilidade. Entretanto, com a realização do concurso e as mudanças institucionais ocorridas desde os anos de 1990, que seguiram o processo de modernização implementado pelo Estado, a empresa passou a agir segundo critérios de aumento sistemático de produtividade. O engajamento do trabalhador passou a ser a referência para permanência no cargo.

No Laboratório B, a média de permanência dos trabalhadores é de cinco anos<sup>117</sup>. Segundo depoimento de Mário, um de seus diretores,<sup>118</sup> a alta rotatividade deve-se à não identificação com o trabalho e à grande oferta de emprego dentro do pólo. Assim se expressa a respeito do que ocorre:

Esse alto *turnover* na nossa região se deve, muitas vezes, a um pequeno profissionalismo por parte do funcionário. Na maioria são muito jovens e não sabem exatamente o que procuram. Como não possuem formação específica para a indústria farmacêutica, às vezes os mesmos não se importam em buscar novas aventuras. Outra questão é que a oferta de mão-de-obra é relativamente pequena,

---

<sup>117</sup> Dado levantado a partir de pesquisa no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químico-farmacêuticas no Município de Anápolis.

<sup>118</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, em 03 de maio de 2005.



se comparada com grandes centros, onde temos um maior percentual de desempregados. Isso facilita para o trabalhador, para que ele não tenha o mesmo compromisso com o trabalho. A própria desqualificação dos profissionais, muitas vezes, propicia que o mesmo não tenha grande vínculo com a empresa. De certa forma, para ele se torna indiferente estar trocando de trabalho [...] Quanto à evolução da qualidade dos produtos, sem dúvida houve uma maior demanda por profissionais qualificados, bem como depois da introdução de novas tecnologias produtivas [...] O que se percebe, a cada dia, é uma seleção natural, em que funcionários com maior qualificação são facilmente remanejados.

Segundo o depoimento, a empresa não demitiria a princípio, mas é o trabalhador que, não tendo vínculo profissional nem uma identidade com sua tarefa que escolheria ir para outro trabalho ou outra empresa. No entanto, o mesmo diretor admite que a introdução de nova maquinaria e mudanças nos processos produtivos fazem com que outro trabalhador seja necessário à produção, havendo assim uma “seleção natural” daqueles mais hábeis. Os que não se adaptam são remanejados. Porém, em que pese essas declarações, o que se depreende, pelo tempo médio de cada trabalhador dentro da empresa e pelas demissões sistemáticas realizadas pelo Laboratório B, é que a demissão é um caminho bastante comum como meio para recompor a força de trabalho, processo não tão “natural” como poderia parecer.

Assim, nem só de remanejamentos vive a empresa e os trabalhadores. Jean<sup>119</sup>, trabalhador recém-demitido, declara que:

Na indústria farmacêutica todo ano é feita demissão de pessoal. Nos cinco anos e nove meses em que eu trabalhei, sempre passava apuro. Já ficava na expectativa. Todo ano mandavam gente velha embora e contratavam gente nova. Eu não sei o que a firma ganha com isso, mas era feito. O operador experiente era substituído. Chegava gente nova e você tinha que treinar. Todo dia se demitia muito trabalhador.

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 16 de maio de 2005.

Diante da incompreensão por parte de Jean com a sua descartabilidade, a explicação, talvez, possa ser encontrada na demanda por novas características de comportamento e novas habilidades que se esperam dos trabalhadores e que muitos não conseguem atender. E as demissões ocorrem em todos os níveis. No jornal do laboratório existe uma coluna reservada aos “novos colaboradores”. Nele, os novos contratados, principalmente os da direção, são apresentados. O objetivo é dar-lhes boas vindas. Através do acompanhamento do jornal podemos constatar as mudanças constantes nos cargos de direção. Ali a apresentação de novos gestores confunde-se com o *réquiem* dos antigos.

### 6.7 Mudanças ocupacionais nas trajetórias dos trabalhadores dentro das fábricas

Nesse contexto de produção e organização do trabalho dentro dos laboratórios pesquisados, algumas trajetórias ocupacionais podem ser visualizadas.

**Figura 6**

**Quadro: Trajetórias de trabalhadores dentro do Laboratório A**

Nome	Forma de acesso à empresa	Escolaridade	Funções exercidas
José	Indicação	Ensino fundamental incompleto	Esteira Operador de máquina Auxiliar de manutenção Técnico em manutenção
Ester	Indicação	Ensino médio incompleto	Esteira Inspetora de qualidade Chefe de almoxarifado
Joana	Concurso	Ensino médio	Esteira: embalagem e rotulagem.
Geraldo	Concurso	Cursando ensino superior: eletro-mecânica.	Manipulação Granulação Operador: cravadora e compressão
			Esteira

Manoel	Indicação	Ensino médio incompleto	Operador: compressão Manipulação Motorista
Waldivino	Indicação	Ensino Médio	Esteira Operador: cravadora Auxiliar técnico no biotério Motorista
Robson	Menor aprendiz	Cursando ensino superior: administração	Esteira Manipulação Granulação, estufa. Operador: calibragem, compressão, revestimento.
Ailton	Indicação	Segundo grau incompleto	Esteira Manipulação: granulação Operador: compressão
Edmilson	Concurso	Cursando ensino superior: propaganda e <i>marketing</i>	Manipulação Responsável pelo setor de embalagens Inspetor de qualidade
Antônio	Concurso	Curso superior: Direito	Operador
Luiz	Concurso	Cursando ensino superior: Análise de sistema e matemática	Operador: blister Operador do sistema bins.

**Fonte:** Entrevistas concedidas à autora entre maio e agosto/2005

O laboratório A se caracteriza por uma forte heterogeneidade quanto à composição de sua força de trabalho: uma parcela significativa é composta pelos trabalhadores que estão há muitos anos na empresa, tem origem rural, foram trabalhadores do campo e possuem baixa escolarização. Um segundo grupo é composto por pessoas jovens com um grau de escolarização mais alongada, alguns estão cursando a universidade. Eles são filhos da primeira ou segunda geração nascida em Goiânia.

A forma de ingresso, nesse laboratório, segmenta a força de trabalho, estabelecendo diferenças entre os trabalhadores denominados de antigos – que ingressaram por indicação – e os novos – que entraram na empresa por meio de concurso. Essa segmentação aponta para posturas bastante diferentes por parte dos trabalhadores no que diz

respeito aos processos produtivos e com relação à empresa. Afetam também a sua trajetória de trabalho, influenciando na permanência na indústria, bem como no acesso a cargo de chefia.

Os trabalhadores que tiveram acesso ao emprego por meio de indicação iniciaram o seu trabalho como auxiliar de produção e depois migraram para as mais diferentes ocupações relacionadas à produção de medicamentos. Trajetórias como a de José, Ester, Waldivino e Robson são exemplares nesse sentido. Esses trabalhadores percorreram todo o processo de produção, ocuparam os mais diversos postos de trabalho e gabam-se de conhecer a fábrica no “todo”, ou seja, conhecem todo o processo de produção de medicamentos – exceção feita à nova linha automatizada operada por trabalhadores que ingressaram recentemente na indústria: a essa linha os trabalhadores antigos não têm acesso.

Entre os trabalhadores que entraram na empresa por meio de concurso público, a trajetória de trabalho se inicia pelo cargo para o qual foram concursados: auxiliares de produção que trabalham na esteira, ou auxiliares de indústria que trabalham na manipulação ou operação de máquinas. Entre esses trabalhadores as mudanças de postos de trabalho ainda são pequenas, devido ao pouco tempo de permanência no Laboratório e à rigidez imposta pelo cargo. Mas algumas trajetórias são indicativas da mobilidade existente, sendo esse o caso de Geraldo e Edmilson, que em três anos de trabalho no laboratório mudaram de função três vezes.

No Laboratório B a composição da força de trabalho é homogênea. A grande maioria dos trabalhadores entrevistados veio do campo para a cidade e teve o início de sua vida profissional ligado ao trabalho rural. Os outros constituem a primeira geração nascida em Anápolis. Todos ingressaram no trabalho por meio de seleção realizada pelo setor de Recursos Humanos. O grau de escolarização também é homogêneo, apenas um dos

entrevistados cursou o ensino superior. Dois só possuíam o ensino fundamental, e fazem parte do universo de trabalhadores demitidos recentemente.

**Figura 7**

**Quadro: trajetórias de trabalhadores dentro do Laboratório B**

<b>Nome</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Funções exercidas</b>
Paulo	Ensino médio	Esteira Operador
Tereza	Ensino fundamental	Esteira Operadora Almoxarife (Desempregada)
Estevão	Ensino médio incompleto	Esteira Codificação Operador Pesagem de matéria prima
Marcos	Curso superior: Geografia	Esteira Pesagem de matéria prima Encarregado pela pesagem da matéria prima Chefe de setor
Neuza	Cursando ensino superior: enfermagem	Analista do controle de qualidade
Roberto	Ensino Fundamental	Esteira Operador (desempregado)
Natal	Ensino Médio	Limpeza Esteira Manipulação Encarregado de turno Chefe de setor
Tomé	Ensino Médio	Esteira Operador Manipulador (desempregado)
Jean	Ensino Médio	Esteira Operador Encarregado do setor de sólidos (desempregado)
Jaime	Ensino Médio	Esteira Fracionamento de matéria-prima Encarregado do almoxarifado (desempregado)

**Fonte:** Entrevistas concedidas à autora entre maio e agosto de 2005

Suas trajetórias se iniciam na função de auxiliar de produção, na ponta da esteira, com exceção daqueles que foram contratados para o departamento de controle da qualidade. A partir desse momento é possível percebermos três trajetórias distintas. Um grupo chega ao final do processo com a demissão, caso de Tereza, Roberto, Tomé, Jean e Jaime. Essa é a trajetória mais comum. O tempo médio de permanência dentro da empresa é de cinco anos – tempo que o trabalhador leva para cumprir o percurso entre o trabalho da esteira e a função de operador ou manipulador.

Uma segunda trajetória é a daqueles trabalhadores que operavam máquinas e são transferidos de setor. É o caso de Estevão. A mudança de função, saindo da operação de máquinas para o trabalho de pesagem de matéria-prima coincide com o período de modernização da indústria. Durante longo tempo ele foi operador no setor de líquidos, mas nunca chegou a operar máquinas automatizadas. Ele é dos poucos trabalhadores remanescentes da época da fundação do laboratório.

Por último, há um grupo de trabalhadores que ascenderam dentro da empresa, sendo exemplares as trajetórias de Natal e de Marcos, que chegaram ao topo da carreira ocupando cargos de chefia.

Nesse laboratório é possível percebermos uma ruptura nas trajetórias. Os trabalhadores são demitidos ou transferidos de função quando da introdução de novas tecnologias. Tereza e Roberto ilustram essa ruptura. Antes do processo de automação ela trabalhava numa máquina de rotulagem. Com o desaparecimento desse posto de trabalho tornou-se operadora de empilhadeira, posteriormente foi demitida. Roberto era operador de uma máquina de envase no setor de líquidos; com a automação foi demitido – segundo seu depoimento nunca chegou a operar uma máquina automatizada. Nessas linhas gesta-se um novo perfil de trabalhador: jovem, com escolaridade alongada e com ingresso recente no trabalho industrial.

Embora se trate de empresas distintas, com diferentes formas de inserção na produção de medicamentos e diferentes níveis tecnológicos e organizacionais, é possível percebermos elementos em comum nas trajetórias dos trabalhadores vinculados a esses laboratórios. As trajetórias se iniciam com o trabalho na esteira e avançam para duas outras funções: a de operador ou de manipulador. Em alguns casos o trabalhador chega à função de encarregado de setor ou, no máximo, supervisor. Desse posto em diante, trabalhadores sem formação específica na área de farmácia não podem ocupar nenhum cargo. Esse é o limite de ascensão funcional dentro dos laboratórios.

A prática da troca de funções atendendo à necessidade da produção é um fato recorrente dentro das indústrias. A idéia de um posto de trabalho fixo e uma rigidez na história de trabalho desses operários não tem fundamento empírico nos casos pesquisados. A mobilidade faz parte de suas trajetórias.

O ingresso, preferencialmente como auxiliar de produção, evidencia outro aspecto comum às duas empresas: o treinamento no próprio local de trabalho. Na ponta da esteira o treinamento é rápido, exigindo poucas habilidades dos trabalhadores. Já o trabalho como operador ou manipulador exige um treinamento mais longo. O auxiliar da indústria vai incorporando, aos poucos, os conhecimentos e habilidades que lhe permitem ocupar os cargos de operador e manipulador. Quando um trabalhador ascende à condição de operador, geralmente o seu aprendizado se deu em concomitância com outra função que vinha desenvolvendo.

#### **4.8 O medo do desemprego: profissão e perspectiva para o futuro**

Nos dois laboratórios o desemprego se encontra em um horizonte próximo. Com exceção dos trabalhadores antigos do Laboratório A, todos sentem-se ameaçados pela perda do emprego e pelo distanciamento com o trabalho na indústria. No Laboratório B, onde é grande o número de demitidos, o medo e a ansiedade são constantes.<sup>120</sup> O mesmo ocorre entre os chamados trabalhadores novos do Laboratório A, para os quais a expectativa de demissão é rotineira. Questionados sobre a sua perspectiva para o futuro, poucos indicam o trabalho na indústria, e especificamente o trabalho na indústria farmacêutica, como uma opção profissional. A origem de tal posicionamento encontra-se nos baixos salários, na impossibilidade de ascensão funcional, cujo teto está demarcado pela exigência de formação superior para ocupar determinados cargos, na instabilidade no emprego. Querem ser professores, biólogos, farmacêuticos, mas principalmente ter seu próprio negócio. O desejo de mudança manifesta a negação do trabalho.<sup>121</sup>

Dos entrevistados, apenas um se nomeou como operário. No Laboratório A, normalmente se identificam com servidores públicos, e no B nomeiam-se pelo cargo exercido: auxiliar de indústria, encarregado de produção. Waldivino,<sup>122</sup> que já exerceu as mais diversas atividades desde que deixou de ser lavrador e peão, simplesmente afirma que não tem profissão:

---

<sup>120</sup> “A ansiedade diz respeito ao que poderia acontecer; o medo, àquilo que sabemos que vai acontecer. A ansiedade manifesta-se em condições ambíguas. E o medo, quando a dor ou o azar está claramente definido” (SENNET, 2006: 54).

<sup>121</sup> Iasi (2004) destaca que a primeira forma de consciência da classe trabalhadora se dá na negação do trabalho e no desejo de ascensão. O desejo de ascensão está ligado à necessidade material objetiva. A subjetividade, forjada na mediação com o objetivo, nesse primeiro momento vê na adequação ao capital a única forma de sobrevivência. No entanto, mesmo nessa primeira mediação, as contradições impostas pelo capital e percebidas pelo trabalhador podem levá-lo a uma atitude reflexiva diante do que é imposto.

<sup>122</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 16 de maio de 2005.



Eu reclamo muito. Eu migrei muito nas coisas de trabalho, mas não me profissionalizei. Porque ser motorista não é profissão. Ser vendedor não é profissão. Você faz porque todo mundo faz.

Eu não tenho profissão. É isso que eu estou te falando. Esse é o pecado do trabalhador brasileiro. Milhares de brasileiros que trabalham não têm profissão definida. Eu fiz várias coisas e ao mesmo tempo nada. Se eu chegar numa empresa e perguntarem o que eu faço, eu não posso falar. Esse é o mal de nós, brasileiros. É onde eu estou te falando da questão de profissionalização. É você entrar na escola hoje, aprender uma profissão e uma profissão definida. Porque um dia, se você ficar desempregado ou tiver um dinheiro, pode montar alguma coisa. Mas só uma pessoa que tem profissão definida é que tem condição de montar uma coisinha para ele. O resto não. E milhares! No Laboratório existem muitos desse jeito. Se saírem para arrumar um emprego e perguntarem o que eles sabem fazer, vão dizer que não sabem nada. Nem eu, que trabalhei na indústria, posso chegar numa fábrica de remédio e dizer que eu trabalhei. Eu não sou um operário. Sou um lutador, mas não um operário. Faço de tudo. Mas como você vai procurar um emprego e dizer que sabe fazer de tudo. Vão perguntar o que exatamente! Essa é a vida. Talvez seja o clima tropical do país, então, o trabalho talvez também seja tropical.

Aued (2006) ressalta que os termos “profissão” e “ocupação” devem ser historicamente analisados, pois apresentam distintos significados em diferentes momentos históricos. Na atualidade, o termo “profissão” significa, normalmente, a obtenção de uma certificação universitária. O diploma possui uma centralidade dentro do estatuto profissional e de aprendizagem e diante da inserção no mundo do trabalho que é restringida pela posse do mesmo. As pessoas que possuem ocupação, ao contrário, podem se unir e sindicalizar-se, mas não têm o direito de fechar o acesso ao seu mercado de trabalho<sup>123</sup>. Ainda segundo Aued, essas categorias devem ser analisadas em seu movimento, pois há um processo de estruturação e reestruturação contínuas tanto das profissões quanto das ocupações.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Essa interpretação é dada pela sociologia das profissões em sua vertente americana.

<sup>124</sup> Para a autora (2006:1): “A noção de profissão assim como a de ocupação implica na apreensão de nexos sociais que transcendem a noção de competência. As formas de mensuração do desempenho no trabalho também são sociais, não técnicas, o que torna relevante uma discussão teórico-metodológica acerca dos problemas oriundos da construção de percursos ou trajetórias profissionais e ocupacionais. Muitas profissões

A compreensão de Waldivino sobre a sua trajetória profissional encontra-se marcada por essa diferenciação. Das atividades que exerceu, nenhuma, segundo ele, pode ser chamada de profissão, uma vez que qualquer um pode exercê-la e não demanda formação escolar específica.

Depois de uma longa vida de trabalho iniciada na infância, o homem que fez de tudo um pouco não vê qualificação nenhuma no seu trabalho. Não se sente identificado com a profissão de operário, apesar de se reconhecer como trabalhador. Falta-lhe o sentimento de pertencimento profissional. O que lhe restou foi a saudade idealizada de um tempo de liberdade longe das rotinas impostas pelo trabalho urbano e principalmente industrial. Gracejando, atribuiu ao clima tropical do país a sua desprofissionalização.

A constituição recente do pólo industrial no eixo Goiânia-Anápolis explica, em parte, essa situação. Operário é uma categoria materialmente nova e numericamente pequena na região. Os trabalhadores ainda não se construíram como operários. Expressão maior dessa situação é que não existe um movimento de caráter contestador e organizado. A ação do sindicato encontra-se na órbita do assistencialismo e da prestação de serviços advocatícios.<sup>125</sup>

No que diz respeito ao posto e à função exercida, não há também manifestação de uma relação de identificação com a mesma. Existe entre os trabalhadores o desejo expresso de sair do trabalho na esteira, trabalho visto como extremamente desqualificado, e passar à função de operador de máquina. No entanto, a própria tarefa de operar máquinas é

---

ilícitas na alta Idade Média tornaram-se lícitas na atualidade. A profissão é uma categoria histórica”. Ressalta ainda que na atualidade a entrada no mercado de trabalho profissional é realizada por meio de uma especialização certificada, mas que ocupações e profissões estão imbricadas e mesmo, em certas condições, fazem parte do mesmo processo de trabalho.

<sup>125</sup> Não fizemos uma pesquisa sistemática sobre o movimento sindical na região, porém visitamos os sindicatos tanto em Goiânia quanto em Anápolis e entrevistamos seus presidentes. Até 2005 nenhum movimento reivindicatório ou grevista havia sido levado adiante por nenhum dos sindicatos. Todas as negociações salariais eram realizadas anualmente entre a direção dos sindicatos e dos representantes das empresas sem nenhum envolvimento mais evidente dos trabalhadores.

parcial e assim é percebida pelos trabalhadores, que olham o seu trabalho com grande distanciamento e marcam sempre a sua condição transitória naquela ocupação. E em sua maioria de fato estão ali transitoriamente.

As trajetórias desses trabalhadores são assim marcadas pela descontinuidade. O trabalho com baixo nível de qualificação, uma grande rotatividade de funções, um tempo de vida profissional curto, uma realidade sócio-cultural em que a tradição operária ainda está sendo construída, faz com que percebam o seu trabalho também como descontínuo e transitório. Com raras exceções, não há a construção de um projeto para o futuro que inclua o trabalho na indústria. Esse não é um trabalho para “toda a vida”, como queriam a tradição fordista ou mesmo os trabalhadores estáveis do toyotismo.

## **5. MAS OS HOMENS FAZEM AS CIRCUNSTÂNCIAS: PERCEPÇÕES E NEGAÇÕES FRENTE AOS PROCESSOS DE TRABALHO**

A atividade alienada não produz só a consciência alienada, mas também a consciência de ser alienado. (MÉSZÁROS, 2006:166)

As formas de alienação inerentes ao sistema do capital se revelam, no espaço fabril, na dominação que os capitalistas detêm das condições de trabalho, que se tornaram autônomas frente aos operários (MARX, 1996:55). O processo de construção dessa dominação e alienação traz simultaneamente a possibilidade de aceitação dos processos alienantes, pela prevalência hegemônica do capital, e de sua negação, pelas contradições que se dão nas relações concretas entre capital e trabalho.

São essas contradições engendradas na produção e na sociedade que colocam em questão os próprios limites de reprodução social, que permitem que os trabalhadores teçam uma consciência diferenciada daquela imposta pelo capital.

Nesse capítulo, o cotidiano fabril é acessado por meio dos depoimentos dos trabalhadores e formas de aceitação e negação aos processos de produção são delineadas.

### **5.1 Do controle ao autocontrole: o corpo do trabalhador**

Ao adentrar na indústria farmacêutica o trabalhador depara-se com uma rotina que é marcada, em primeiro lugar, pelos processos de higiene e cuidados com o seu corpo; depois, com a assepsia do seu local de trabalho e das máquinas com as quais irá lidar. Esses cuidados são orientados por uma série de normas a serem seguidas, restrições e proibições. Estas vão desde a higienização correta das mãos, do uso apropriado dos equipamentos de proteção até a restrição ao seu deslocamento dentro do ambiente fabril.

Seguir o procedimento de trabalho correto no que diz respeito ao próprio corpo resulta em despojá-lo e ocultá-lo: proíbe-se o uso de maquiagem, barba, bigode e adornos. As unhas devem ser curtas e limpas (sem o uso de esmaltes), os cabelos devem estar presos e o uso da touca é obrigatório. O corpo é coberto por um uniforme que pode ser mais ou menos extensivo, dependendo da área onde se trabalha.

Esses primeiros procedimentos são percebidos como engraçados, minuciosos e exagerados. Fátima <sup>126</sup>relata:

Eu achei engraçado me ensinarem a lavar a mão. Eu pensava que lavar as mãos fosse lavar as mãos! Mas não, é bem mais minucioso. As unhas têm que ser mantidas bem curtinhas. Sem maquiagem. Em termos de higiene pessoal, você tem que ter mais cuidado com você mesma [...]

Aqui trabalham muitas mulheres. E mulher é vaidosa. Então tem essa preocupação de ter que fazer a unha sexta à tarde e tirar no domingo à noite. Se você chega na segunda com um esmalzinho, tem que passar a acetona para entrar no setor. Ou se alguém entra com maquiagem, tem que sair para tirar. Isso eu

---

<sup>126</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 20 de junho de 2005.

acho que é normal. Mas eu sei que tem gente que não consegue viver sem um esmalte, sem um lápis. Eu não consigo ver como a maquiagem e uma base possam interferir no meu trabalho.

Essas restrições são assimiladas no cotidiano da maioria dos trabalhadores. No entanto, o relato de resistências às mesmas não são incomuns. Homens cuja família tradicionalmente usa barba têm resistência em tirá-la. O mesmo ocorre com o uso da aliança, que muitos querem manter. Mulheres insistem no uso da maquiagem, principalmente o batom. Quanto ao uso do uniforme, o depoimento de Antônio<sup>127</sup> é exemplar:

No início as pessoas conversavam entre si, mas elas não sabiam quem era quem. As pessoas saíam para o almoço e não se reconheciam. Com o uniforme fica todo mundo fechado. Daí então você começa a reconhecer pelo olho. Existem alguns setores, como o setor de anti-retrovirais e de antibióticos, em que a proteção tem que ser maior. Então, além do gorro, do jaleco, de luvas, da calça e da máscara de pano, há uma máscara de carbono e uma espécie de capuz que vem até a nuca e que possui uma corda para amarrar no pescoço. Ela fecha todinha. Nesses setores você só vê o olho. E dependendo do setor tem que usar óculos de proteção, por causa do pó. Pois há uma dispersão muito grande, principalmente nos antibióticos. Além disso, o problema maior desse setor é o mau cheiro que fica no corpo.

O que mais incomoda no uso do uniforme é o anonimato imposto. O uniforme, associado aos equipamentos de proteção industrial, promove o ocultamento e padronização dos corpos, dificultando o reconhecimento. O seu uso, associado à proibição de qualquer adorno ou maquiagem que pudessem vir a distinguir um trabalhador do outro, torna a todos iguais, indistintos dentro do espaço de trabalho. Só o convívio constante é capaz de quebrar o anonimato e o distanciamento, o que é feito pelo olhar. No cumprimento das normas de produção, a uniformização nega o indivíduo.

---

<sup>127</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

Nas sociedades contemporâneas e industrializadas, a incorporação do trabalhador coletivo ao espaço de fabril conviveu com o processo de crescente individualização da sociedade. Porém, como destaca Marx (1971:91), a conformação da individualidade sob o capitalismo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma “indiferença” em seu seio. Esta se caracteriza pelo fato de que as diferenças de casta, estamento e sangue, e todas as formas de dependência pessoal desaparecem e passa a prevalecer as relações antagônicas. Nesse sentido há uma indiferenciação entre os sujeitos que só se distinguem pela posse ou não do capital e funda-se uma outra diferença baseada no mundo das coisas.

Elias (1994), discorrendo sobre o processo de crescente individualização social, aponta-o como uma característica essencial da sociedade contemporânea, na qual uma falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade se tornou cada vez mais acentuada e o ser humano crescentemente se percebe como um ser à parte da sociedade, como uma cápsula individual. A prevalência desse processo de individualização tem levado a um duplo processo subjetivo: de um lado, a necessidade de se destacar como ser único, por meio da realização de atos ou de comportamentos que o distingam de alguma maneira do grupo a que pertence, criando uma biografia pessoal que difira das demais.<sup>128</sup> Por outro lado, por um crescente sentimento de solidão frente aos outros e à necessidade de ser aceito como igual. Essa duplicidade de sentimentos, aparentemente contraditórios, tem caracterizado a formação de uma personalidade contemporânea que resulta na necessidade de realizações pessoais, mas também em forte sofrimento psíquico quando essas não são alcançadas. Frente às escassas e altamente seletivas oportunidades, definidas conforme a classe a que se pertença, as possibilidades de fracasso são grandes para a maioria das pessoas.

---

<sup>128</sup> Drummond (1974:60), dizia em seu poema “Mundo Grande”: “[...] Por isso gosto tanto de me contar. /Por isso me dispo, /por isso me grito/ por isso frequento os jornais, me exponho cruamente nas livrarias: / preciso de todos [...]”. Hoje, sem poesia, as pessoas se expõem em seus *blogs*, *sites* e outros meios.

Nesse contexto, o trabalho coletivo e abstrato, no espaço fabril, pode ser caracterizado como de afirmação e negação da individualidade capitalista. Afirmação porque representa o espaço privilegiado do desenvolvimento da “indiferença” tecida sob o capital. E negação porque não permite o desenvolvimento das capacidades individuais, cada vez mais valorizadas e vistas como qualidade requerida ao ser humano, como valor universal, a-histórico e eterno. As novas formas de gestão do trabalho tornaram-se, em alguma medida, críticas da negação da individualidade e têm buscado, no engajamento pessoal e subjetivo de cada trabalhador novas formas de adesão ao trabalho e de extração de mais-valia. Devemos destacar que nessas formas de gestão a valorização da individualidade não se faz mediante a superação da alienação ou do sujeito indiferente. Busca-se a afirmação do indivíduo capaz e empreendedor de si mesmo. Não a afirmação do ser emancipado.

Na indústria farmacêutica, os processos de produção massificados e serializados, negadores das capacidades individuais e criativas, articulam-se ao processo de ocultação e despojamento do corpo. Não reconhecer e não ser reconhecido pelos colegas significa, nesse espaço, não se afirmar como indivíduo particular, com personalidade e dotado de vontades e capacidades.

A ocultação e despojamento do corpo do trabalhador como parte do processo de produção termina por levar ao desejo de negação desse corpo como elemento necessário para o bom desempenho produtivo. Assim se coloca Pedro<sup>129</sup>, gerente do Laboratório A, a respeito da questão:

Todo mundo já se acostumou a usar o padrão “feio”. Eles acham feio, mas na realidade é comum. No treinamento eu digo que aqui não tem que ter ninguém bonito e nem chamar a atenção de ninguém. Por isso a gente tem como norma tirar todos os badulaques, os brincos e a maquiagem. Porque no laboratório

---

<sup>129</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia–Go, 07 de julho de 2005.



nenhum homem tem que atrair uma mulher, nenhuma mulher tem que atrair um homem. Então tem que se desmuniar dessas armas.

A negação do corpo e o controle da sexualidade do trabalhador presentes nas diferentes formas de gestão da força do trabalho, apontadas por Gramsci (1984) como características do fordismo, atingem seu paroxismo e são justificadas pela necessidade do controle sanitário. Os interesses da produtividade agradecem. Ter o trabalhador como pura força de trabalho, sem a interferência do seu intelecto, do seu corpo e das limitações e desejos inerentes ao mesmo, provocando interrupções indesejáveis no ritmo da produção, talvez seja um dos grandes sonhos do capital.

Ao ocultamento, despojamento e negação do corpo do trabalhador aliam-se a necessidade de disciplinarização dos seus corpos e mentes. Esse problema se faz explícito em duas outras questões relativas ao controle dos trabalhadores: o uso dos Equipamentos de Proteção Industrial e a aceitação da não-mobilidade dentro do espaço fabril.

Dentre as maiores resistências apresentadas pelos trabalhadores para o cumprimento das normas de produção encontra-se o uso dos equipamentos de proteção. O motivo apresentado é o desconforto que provoca. Robson<sup>130</sup> relata assim as dificuldades com o uso de EPIs:

É complicado. Quem nunca usou fica ofegante. A máscara deixa sem respiração. Você vai conversar com a pessoa e ela tira a máscara. É ruim, é horrível isso. Porque se você vai conversar com outro tirando a máscara pensando que ele não te entende por causa dela, na verdade ele não está te entendendo porque está com protetor auricular. Então dá uma certa agonia. Mas é obrigatório e você acostuma. Nesse mundo a gente se acostuma com tudo. Mas tem pessoas que não conseguem se adaptar. Pessoas que dão trabalho para acostumar. Tem gente que

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

coloca só a cordinha do protetor auricular perto da orelha para disfarçar. Você chega perto e vê que é chefe.

O processo de disciplinarização passa não só pela educação dos trabalhadores quanto à importância do uso dos equipamentos de segurança como também pela punição, por meio de advertências, para aqueles que não se adequam. Mesmo assim, relatos como o de Robson são comuns, como também as estratégias para burlar o seu uso. Dentre os fatores apontados pelos gestores para essa resistência está a origem social da maioria. Isso se agrava entre os trabalhadores mais velhos ou que estão no laboratório há muitos anos e vieram de uma prática diferenciada quanto à produção de medicamentos, caso específico do Laboratório A. Nessa perspectiva, as práticas culturais e os hábitos dos trabalhadores migrantes e velhos entrariam em choque com a rotina asséptica existente dentro da indústria.

Para os trabalhadores, o boicote ao uso dos equipamentos de proteção representa a fuga de uma rotina incômoda que agride o corpo e interfere nos seus sentidos. Luiz<sup>131</sup>, trabalhador do Laboratório A, bastante jovem e com pouco tempo de trabalho, assim se refere ao uso dos equipamentos e das práticas de higiene exigidas:

Eu era mais desleixado com barba e unha. Mas agora todo domingo faço a barba e a limpeza nas unhas, tudo tranquilo. Eu assimilei como uma rotina. No começo eu esquecia. Deixava a barba.

Quanto aos EPIs, no início incomodavam bastante. Quando a gente começou a usar as máscaras e o abafador de ouvido foi muito incômodo. Mas até pela nossa própria segurança é melhor assimilar. Foi proposto, tem que usar. Hoje em dia eu já faço questão.

Em que pese a trajetória do trabalhador, de origem rural ou urbana, jovem ou velho, com escolaridade alongada ou não, com pouco ou muito tempo de trabalho, a

---

<sup>131</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 22 de junho de 2005.

resistência ao uso dos EPIs e às normas de higiene parece ser comum a todos. O que se diferencia é o grau de controle que o próprio trabalhador se impõe.

O mesmo se repete no que diz respeito ao confinamento ao posto de trabalho. O fato de os trabalhadores não poderem circular livremente nos diferentes espaços de produção e muito menos fora deles, em prédios destinados, por exemplo, à administração, já foi apontado como motivo de isolamento entre os operários. A fixação no posto de trabalho, seja na esteira, na operação das máquinas ou na manipulação, é considerada como um dos piores aspectos da produção fabril. Luiz<sup>132</sup> diz que “No começo era bastante difícil. Parecia que você estava num ambiente que você não podia sair. Uma prisão mesmo. E na verdade não pode.” Ou, como relata Joana<sup>133</sup>:

Você chega e tem que colocar o uniforme. A partir do momento que você coloca o uniforme não pode sair. Nós não recebemos nenhuma ligação telefônica, não temos acesso. Então eu penso que estou completamente desligada do mundo. Se a minha família precisar falar comigo só consegue no celular no horário de almoço.

Essas restrições terminam por ser assimiladas pelos trabalhadores como autocontrole e conduzem a uma alta disciplinarização que os impede de se movimentar e de abandonar o posto de trabalho – impedimentos estes que se estendem até à satisfação de suas necessidades biológicas.

Elias (1994) aponta que um dos aspectos do processo de individualização social é caracterizado, justamente, pela intensificação das tensões entre os ditames e proibições sociais internalizados como autocontrole e os impulsos sociais reprimidos, que faz com o

---

<sup>132</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 22 de junho de 2005.

<sup>133</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 07 de junho de 2005.

indivíduo veja-se internamente como uma pessoa e externamente como outro ser, moldado ao que se convencionou ser adequado como comportamento.

Esse processo, historicamente desenvolvido e caracterizado como avanço das noções de “civilização”, pode ser observado nas mais diferentes esferas da vida social. À medida que as relações sociais se tornam mais complexas, levando a uma grande diferenciação das atividades humanas, rígidos padrões de comportamento desenvolvidos social e historicamente são impostos e internalizados, não se expressando simplesmente como controle, que poderia se dar pelo medo e pelo uso da repressão, mas como autocontrole. Nesse contexto, o não cumprimento dos padrões impostos é visto como um desvio social, algo a ser reprimido ou suprimido. Mesmo que os desejos individuais e mais íntimos caminhem em direção oposta às normas estabelecidas, o autocontrole faz com que o sujeito se adeqüe ao que é considerado socialmente aceitável.

Entre os trabalhadores da indústria farmacêutica, percebemos que o avanço do controle passa a ser autocontrole. As normas higiênicas e de comportamento impostas ao trabalhador, e que se manifestam como rotinas, são assimiladas a despeito do desconforto físico e psíquico. Quando o trabalhador atinge o nível do autocontrole, a adequação aos processos de trabalho se deu de maneira efetiva. Essa adequação é expressa pelos trabalhadores como algo ruim, mas necessário, ou como na expressão de Robson: “Nesse mundo a gente se acostuma com tudo”. Aqueles que não conseguem o autocontrole devem ser constantemente controlados e vigiados externamente, no processo de produção.

**Fotografia 20**

**Trabalhador equipado no setor de sólidos**



**Fonte:** Revista Economia e Desenvolvimento nº 15, ano XVI.

## 5.2 Rotinas: o processo de trabalho

As rotinas do mundo fabril relativas ao processo de produção de medicamentos são marcadas por um duplo processo de aceitação e negação. O trabalho na esteira, embalando medicamentos, é o que despence maior quantidade de força de trabalho. É o trabalho menos qualificado dentro do processo de produção, que exige menos treinamento e resulta em pior remuneração. Quase todos os trabalhadores iniciaram sua trajetória dentro da indústria por meio dessa função.

Um dos aspectos enfatizado é o seu caráter repetitivo. Antonio<sup>134</sup> assim o descreve:

O trabalho em esteira é pior do que com a máquina. Você fica sentado, oito horas, uma situação incômoda. Curvado sobre uma esteira, vendo um medicamento passar, um sachê, um blister, um envelope, uma coisa assim. Só conferindo, embalando, revisando, parecendo uma peça de máquina. O trabalho parece uma coisa sem sentido. Não tem como você achar que o seu trabalho é importante. O trabalho na esteira é muito pesado fisicamente, a pessoa está fazendo a coisa de forma mecânica e não precisa usar nada do intelecto. Tanto que a exigência que eles fazem, para essa função, é o nível fundamental.

Para Joana<sup>135</sup>, além da repetição o maior incômodo do trabalho na esteira está no fato de o trabalhador se sentir descartável e ser facilmente substituível:

Uma das coisas que me incomodava quando eu estava na esteira é que você é totalmente substituível. Qualquer pessoa faz o que eu fazia. Então eu me sentia

---

<sup>134</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

<sup>135</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 07 de junho de 2005.

desvalorizada. Hoje o que eu faço me faz sentir melhor. Eu não preciso ficar sentada, numa esteira, o dia todo. Eu não gosto de ficar sentada, presa. Gosto de andar, de me movimentar. E se eu sair eu faço falta. O que me incomodava muito era isso: a gente ser completamente descartável. Se você não vier hoje, vem outro, fica no seu lugar e pronto.

Porque é o que eu falo, depois que se entra para o Laboratório você só sabe contar até dez e até cinquenta de dez em dez. É aquela coisa, você conta até dez e faz aqueles montinhos para o outro pegar. E o outro pega, conta de dez em dez e põe cinquenta na caixinha. Eu penso que se a gente não trabalhar a mente, a gente acaba ficando meio bitolado, acaba ficando meio bobo, o raciocínio meio lento. Então, por isso, eu leio muito, para ver se eu não vou atrofiando.

Por meio desses depoimentos podemos dizer que o trabalho rotineiro, repetitivo, mas sem exigir o “uso do intelecto”, como dizem Antônio e Joana, agrava-se pelo fato de que o trabalhador sabe que pode ser descartado e substituído a qualquer momento.

Esse sentimento de ser descartável está referenciado em uma materialidade. É no dia a dia do desempenho da sua função, simples e repetitiva, que ele se enxerga como pertencente a um grupo de trabalhadores que apresenta alta taxa de rotatividade. Não só isso, mas como parte de um coletivo em que o seu trabalho individual não tem grande significação. Na segmentação do trabalho entre aqueles ligados diretamente à produção de medicamentos – chamados de trabalhadores de processo – e os trabalhadores da embalagem ou da limpeza, considerados secundários na produção tanto porque não determinam o seu ritmo quanto porque não oferecem risco maior para a contaminação do produto, consolida-se essa percepção de descartabilidade manifestada pelos trabalhadores.

Sair da esteira e ocupar um posto na manipulação, operação ou manutenção de máquinas é desejo expresso, visto como ascensão por implicar em melhor qualificação, remuneração e quebra na rotina. Entre os trabalhadores que lidam com a manipulação de

medicamentos encontramos os mais orgulhosos com o trabalho desempenhado e que vêm grande importância no que fazem. Tomé<sup>136</sup> assim descreve seu trabalho:

A parte de manipulação é muito complicada, porque a responsabilidade é grande. A atenção quando você entra para fazer a formulação de um produto é imensa. Então você fica tenso o tempo todo, concentrado o tempo todo. A dosagem certa para certa doença, outra dosagem para outro doente que tem uma doença que é pós-operatória, que é uma cicatrização. Se acontecer de você errar uma formulação e colocar uma quantidade maior de princípio ativo e acontecer também do controle de qualidade ter uma falha no equipamento, você solta um produto que vai acabar prejudicando pessoas. Você está trabalhando com cuidado de vida, então é uma responsabilidade que é incalculável para quem não vê como é que se faz. Já imaginou? Um dia lá fora falam assim: o produto manipulado pelo Laboratório matou tantas pessoas.

O outro lado do sentimento de orgulho e responsabilidade é o da tensão constante a que o trabalhador está exposto. Submetidos a um trabalho que é simultaneamente pesado e que exige um nível de atenção muito grande para seguir corretamente o procedimento para a mistura, o trabalhador costuma expressar uma rotina marcada pela necessidade de não errar.

Entre os operadores de máquinas mecânicas ou semi-automatizadas, outros aspectos são destacados: a repetição, o cansaço físico e a sonolência caracterizam a produção. Dentre as tarefas do operador nessas máquinas é atribuída importância não só à capacidade de operá-las, considerada simples, mas também de conhecê-la e conseguir fazer a manutenção mínima da mesma. Inclusive às vezes recorrendo à “gambiarra”, segundo expressão por eles usada. É um procedimento fora das normas, mas que existe em função de garantir as metas de produtividade.

---

<sup>136</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 26 de julho de 2005.



Estevão<sup>137</sup> e Tereza<sup>138</sup> trabalharam no envase de medicamentos quando a maquinaria do Laboratório B ainda era semi-automatizada. Assim Estevão descreve o seu trabalho:

A máquina tem um sistema pneumático. Ela trabalha com a manipulação em cima, no alto. Tem uma mangueira que se encaixa em um tanque onde está o líquido que desce. Esse tanque é mais ou menos de um metro, onde passam as mangueiras. São nove mangueiras com piston, tudo regulável, onde se mede os ml, 60, 80, 100. Depois vão para os vidros que estão colocados numa bacia, que a gente chama de pulmão e que é abastecido por nós. Os bicos descem para os vidros, enchem os vidros de líquido e seguem na esteira. Tampam, depois vão para a embalagem.

O controle é feito pelo operador e pelo setor de garantia de qualidade. Se você está cuidando do material tem que medir o volume em ml do que está envasando de 15 em 15 minutos. Para ver se não vai fugir daquele valor. De 30 em 30 minutos o pessoal da qualidade mede também e faz o controle. Se estiver fora um ml você tem que regular a máquina. Era o dia inteiro naquilo. Aquela tortura. Eu ouço até hoje o barulho daqueles “trem” lá.

E também é muito chato! Você dorme que é uma beleza! Porque a máquina trabalha assim: são dezoito pinos. Ela vem enche nove, solta aqueles nove, a outra já vai soltando. Você vai fixando naquilo. Vai olhando, olhando, olhando... Aí apaga! Muitas vezes derramou aquele monte de remédio. Aquele esguicho. Esguichava na parede para todo lado, por quê? Por descuido. Muitas vezes o vidro vem deitado, você não viu, distraiu. Aí fazia aquela bagunça. Aquele trabalhão todo para limpar.

Com todo operador acontece. No meu caso acontecia porque minha máquina era muito boa, eu trabalhava sentado, deixava longe e ficava só olhando. Para não dormir, eu sempre ficava em pé. Porque se sentasse era fatal. E se eles pegarem a gente dando um cochilo também dá advertência, porque pode causar acidente.

Tereza complementa a caracterização do processo:

---

<sup>137</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

<sup>138</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 10 de maio de 2005.

Eu tinha que abastecer a máquina de líquidos, verificar e fazer o controle. Era fácil fazer o controle do remédio. O ruim era só quando a máquina dava problema. Tinha muita coisinha nela que às vezes fazia funcionar com um pedacinho de papel. Você fazia funcionar belezinha. Isso porque é sensor e quando o sensor estava estragado você ia com um pedacinho de fita, tampava e o sensor funcionava. A gente chamava de “gambiarra”.

Abastecer, programar a quantidade de produto a ser envasado, manter o local de trabalho higienizado e observar a máquina, eis a tarefa do operador, acrescida eventualmente da necessidade de pôr a máquina para funcionar mesmo quando apontar defeito. No final, uma atividade que leva o trabalhador à dispersão e ao sono. A ponto de um trabalhador dizer que “o sono é o eterno companheiro do operador”.<sup>139</sup>

Geralmente o trabalho na indústria é percebido pelos operadores como bastante cansativo. Luiz<sup>140</sup> diz que:

É cansativo, dá um desgaste mental principalmente quando a máquina dá defeito. Você fica nervoso. O barulho também desgasta bastante. Tem dia que você fica em pé muito tempo. Fica cansado.

No processo automatizado, outras questões são destacadas, dentre elas a necessidade de atenção e o aumento da responsabilidade quanto ao controle de qualidade. No posto de trabalho de envase, dentro de uma área limpa destinada aos produtos injetáveis, Paulo<sup>141</sup>, que opera uma máquina automática, destaca que:

O principal é ter a área limpa. Você tem que tomar o maior cuidado porque a área é estéril. Você limpa a sala todo dia cedo e vê se está tudo ok. Confere tudo, se está decontaminado. Confere a máquina toda e vamos trabalhar!

---

<sup>139</sup> Entrevista de Robson concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

<sup>140</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 22 de junho de 2005.

<sup>141</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 12 de julho de 2005.

As ampolas vêm esterilizadas. Vêm dentro dos punhos. Elas entram na máquina, enchem as ampolas. Tem o maçarico que corta com fogo. Lá embaixo eu pego e vou montando as cargas. Qualquer coisa que eu fizer durante o processo tenho que anotar. Eu assino a ficha de liberação de envase, o início do lote, no caso. Eu sou responsável pelo envase. O controle de processo fica com outro pessoal, mas quanto à higiene da sala o responsável sou eu. O serviço é repetitivo, mas não dá tempo de descansar, exige atenção.

A ênfase no trabalho do operador agora recai sobre o controle sanitário. Como o operador não toca no produto nem nos frascos, sua tarefa é controlar o processo e garantir sua qualidade. O trabalho se intensifica e a atenção é continuamente exigida.

Associados a essas rotinas, encontram-se dois processos simultâneos e complementares de controle sobre a produção e os trabalhadores. Um diz respeito à garantia do cumprimento das metas de produtividade e outro à questão da qualidade sanitária do que está sendo produzido. No cotidiano, as duas formas de controle encontram-se presentes e se constituem em fator de pressão por parte dos gestores e em geração de estresse e cansaço entre os trabalhadores.

Manuel<sup>142</sup>, antigo trabalhador do Laboratório A, que percorreu quase todos os postos de trabalho dentro da indústria, sendo operador durante longos anos, é taxativo: “O que mais se exige de um trabalhador é produzir”. Com esse objetivo cria-se uma série de elementos de controle: vigilância pelas chefias, vigilância eletrônica por meio de cartão e de câmaras, metas rigidamente estabelecidas e com prazo para cumprimento. No Laboratório A o estabelecimento das metas está condicionado aos diversos convênios firmados. Os picos de produção são sazonais, o que resulta em diferentes cargas de trabalho para diferentes

---

<sup>142</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 04 de junho de 2005.

períodos. No Laboratório B, as metas são traçadas mensalmente e divididas por dias de produção. Assim o processo é descrito por Natal<sup>143</sup>:

Temos uma meta a cumprir todo mês. Por exemplo: fazer um milhão e trezentos de produção no meu setor. Eu pego esse um milhão e trezentos e divido por vinte, que vai dar uns 70 mil por dia. Vou ter que manter essa meta. Se um dia nós fizermos 50, no dia seguinte vira 90 [...] Tem uma pressão de cima para baixo. Quanto mais alto, menos pressão, se você está embaixo, a pressão é maior.

O controle para alcançar as metas de produção alia-se à pressão pela produção com qualidade sanitária. Em torno dessa necessidade vários elementos de controle são desenvolvidos pela indústria: treinamento, supervisão, fiscalização, ficha de controle de processo. Pedro<sup>144</sup>, gerente do Laboratório A, resume o trabalho do controle de qualidade dentro da indústria:

Se o colaborador não cumpre com o procedimento, isso é grave. É grave a ponto de se demitir. Até porque a responsabilidade final não é dele, é dos gestores. Então, se ele não cumpre um procedimento que o protege, a responsabilidade não é dele, é nossa. Tem que acioná-lo, entendeu? [...] O controle de qualidade se reveste de um caráter policialesco. O meu trabalho é visto assim. Tem esse caráter, pois tenho que duvidar o tempo todo das atividades desenvolvidas e ver se estão sendo realizadas corretamente. Essa vigilância e controle acabam sendo assumidos de forma clara.

Esse caráter policialesco do controle de qualidade gera desconforto entre os trabalhadores. Jean<sup>145</sup> é categórico ao dizer:

---

<sup>143</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 07 de junho de 2005.

<sup>144</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 07 de julho de 2005.

<sup>145</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 16 de maio de 2005.

Ah, é estressante. É muito estressante. Para você preparar um produto você tem que estar com a ficha de processo em mãos. Tem que ler aquela ficha todinha. Às vezes muda o processo. Dentro da indústria farmacêutica tem um setor de farmacotécnica que é onde se estuda o desenvolvimento do produto. Então, vira e mexe, eles estão fazendo a melhoria do produto, ou seja, encontrando o modo mais fácil de manipular. Daí você tem que ler a ficha, tem que preparar a máquina e tem que ser passo a passo. O que você fez tem que assinar. Então é muito cansativo e se sair errado o nome do cara está lá.

A associação entre a pressão para o cumprimento das metas de produção e a pressão para a garantia de qualidade termina sendo fator de estresse entre os trabalhadores. Ao trabalho repetitivo, monótono, sem criatividade se associa um sistema em que o não cumprimento das metas de produção ou das exigências da qualidade pode desencadear tanto a punição quanto a demissão do trabalhador. Nesse sentido, os trabalhadores realizam um esforço constante de adaptação e cumprimento dos processos.

### **5.3 Novas tecnologias segundo os trabalhadores: entre o encanto e a ameaça**

As contínuas transformações ocorrida nos laboratórios pesquisados, tanto no que diz respeito aos procedimentos quanto à introdução de novas tecnologias, têm levado os trabalhadores a um posicionamento marcado por atração e repulsão.

A introdução de novas tecnologias abre possibilidades quanto à qualificação e melhoria salarial, e existe entre os trabalhadores um desejo manifesto de assimilar os novos

processos. No entanto, a inovação traz no seu interior a possibilidade do desemprego.

Estevão<sup>146</sup> expressa assim o significado inicial das novas máquinas para os trabalhadores:

O setor de líquidos comprou máquinas novas que fazem tudo sozinhas. O operador só coloca o vidro dentro do pulmão. A máquina pega os vidrinhos, tudo automático. Ela faz todo o controle de volume, faz tudo sozinha, é super-moderna. As pessoas que embalavam na mão não existem mais. Tem a encartuchadeira. Já sai lá na frente dentro da caixa, só tem alguém para pegar. Hoje a máquina é que indica o defeito. É uma mordomia. Quando a gente começou a trabalhar era pior [...] Na época o setor de líquidos devia ter 150 funcionários. Com a chegada das máquinas, foi diminuindo, diminuindo. Quando chega a máquina o primeiro impacto é “Vichi! Vai todo mundo perder o emprego”. É o medo do desemprego.

O medo é concreto. Trabalhadores como Estevão, que vivenciaram a introdução das novas tecnologias, perceberam claramente o enxugamento das linhas de produção. Setores inteiros desapareceram, como foi o caso da embalagem ou do setor de codificação.

A introdução da automação gera a convicção de que nos novos processos não há lugar para todos. A solução do contínuo aperfeiçoamento também é questionada pelos trabalhadores. Jaime<sup>147</sup> diz que:

Sempre que tem uma novidade dessas chegando os trabalhadores ficam apreensivos. Ao passo que queremos acompanhar o progresso, queremos aprender a operar uma máquina dessas sabemos que não tem campo para todos. Então nós queremos aprender, queremos crescer, só que também ficamos apreensivos porque não sabemos quem serão os escolhidos para estar acompanhado esse processo.

Assim a qualificação é relativizada como forma de manutenção do emprego e como garantia de sua função como operador. Frente à drástica redução do número de

---

<sup>146</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

<sup>147</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 27 de abril de 2005.

trabalhadores nas linhas de produção, mesmo o aprendizado nas novas máquinas não garante a colocação no trabalho. Colaboram com esse descrédito as formas assumidas pelos processos de ascensão funcional dentro das duas empresas, marcados por relações pessoais<sup>148</sup>. Passado o impacto inicial, começam a comparar o trabalho no sistema mecânico e semi-automatizado com o trabalho nas máquinas automatizadas. Uma observação recorrente é a de que, mesmo que a máquina automatizada exija maior qualificação, contraditoriamente é mais fácil de operar. Jean<sup>149</sup> nos diz que:

Para você operar bem mesmo, nas máquinas novas é mais fácil. Nas máquinas mais antigas você tinha que fazer um tanto de quebra-galho para ela rodar bem. Era brincadeira! Dava muito problema. Você tinha sempre que estar inventando alguma coisa. Fazendo uma peça nova para ver se melhorava o desempenho da máquina. Na máquina nova não. Com um mês já dá para operar.

---

<sup>148</sup> No Laboratório A não existe uma política definida de ascensão funcional. As mudanças dentro do mesmo cargo, com uma possível ascensão a uma função de chefia, ocorrem por indicação de gerentes e diretores. O Laboratório B possui um processo formal de seleção para ascensão funcional realizado pela Gerência de Recursos Humanos, porém entre os trabalhadores há a convicção de que, na prática, apenas os protegidos conseguem alguma promoção. Assim se refere Estevão às mudanças em sua trajetória profissional dentro da empresa:

“Eu estava trabalhando há oito meses. A empresa foi crescendo e surgiu a oportunidade de operar uma máquina. Daí devido eu ser... devido ter um monte de filho para tratar, eu era muito esforçado! Eles me olharam por isso.

— Pô, ele quer trabalhar, dá uma chance, dá oportunidade para ele.

Foi onde surgiu uma oportunidade [...] Se você trabalha, tem que dar uma de curioso. Eles dão oportunidade para pessoas curiosas, que nos momentos de folga, geralmente uns três minutinhos, estão sempre perguntando:

— E aí, como é que isso aqui funciona?

Eles olham muito tudo, aquelas pessoas que estão tentando aprender [...] Nesses dias teve seleção para a parte financeira. Só que hoje eles dizem, e naquela época também, que depende do QI. Depende de quem te indicou, não da inteligência. Na época da minha seleção para o cargo de encarregado, todo mundo falava que eu ia ser promovido, porque a diretora industrial era a Isabel. Era uma pessoa com quem eu tinha trabalhado anos atrás. Ela confiava muito em mim. Daí ela foi o meu QI. Ou seja, eu fui praticamente sabendo que a vaga era minha. É uma coisa até ruim. É uma coisa que acho que não pode nem ser publicado, mas funciona dessa forma [...] No meu caso, para o cargo de encarregado, eu tinha ficado para trás em outra seleção. Sete anos ralando, dava de tudo e eles não olhavam. Na primeira vez em que eu não passei a minha vontade era pedir as contas. Tem muitos trabalhadores que desistem. Eu conheço uma colega que fez sete seleções. É uma pessoa persistente, não é? Eu desistiria. Na terceira ou na quarta eu desistiria. Mas foi indo, foi indo, até que ela conseguiu passar. Mas há pessoas que desistem.”

<sup>149</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 16 de maio de 2005.

No processo automático, o trabalhador não pode fazer os ajustes que acha necessário, promovendo pequenos consertos, aprendidos no uso contínuo da máquina. Isso é percebido como vantagem, um problema a menos para o cumprimento da produção. De fato, pode ser interpretado como uma desespecialização do trabalhador, uma vez que uma parte do seu saber não é mais requisitado. Luiz<sup>150</sup> aponta outras tarefas que não precisam ser cumpridas pelos trabalhadores:

Nessa máquina automatizada você pode deixar de lado algumas coisas. Ela tem um sistema de revisão que você não precisa se preocupar tanto se o comprimido está descendo. Ela detecta se ele cai ou não. Agora, a outra não. Se caso um comprimido está falhando e você não viu, vai estragar o envelope. Quando você vê já foi muita coisa. A máquina mecânica é mais simples, mas em compensação você tem mais tarefas. Nessa automatizada, se você tiver conhecimento sobre a máquina, você a regula de manhã e trabalha nela o dia inteiro tranquilo.

Acompanhar possíveis erros no funcionamento da máquina deixou de ser necessários, pela presença de sensores que o fazem. Porém, outros saberes são requisitados aos trabalhadores. Segundo Jean<sup>151</sup>:

O cansaço físico era maior nas máquinas antigas. Eu passei a ter que prestar muito mais atenção do que prestava antes, ficou mais estressante. Aumentou a responsabilidade também, porque até então, quando o controle de processo era feito pelas meninas do controle de qualidade, o operador não se preocupava. Ele tinha que estar mantendo o comprimido. Quem fazia tudo eram as meninas, se tivesse alguma coisa errada elas comunicavam. Bastaria eu acertar a máquina. Mas depois não, o próprio operador passou a ser o responsável pelo que ele estava fazendo. Quer dizer, de todo jeito ele era o responsável, só que aumentou a responsabilidade.

---

<sup>150</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 04 de julho de 2005.

<sup>151</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 16 de maio de 2005.



Os trabalhadores do processo automático têm a sua atenção requerida com mais intensidade. Não dá para dormir, como fazia Estevão enquanto envasava o medicamento. A responsabilidade aumenta, pois diferentes tarefas foram introduzidas. Antes, o controle de qualidade dizia respeito à limpeza pessoal, do ambiente e da máquina em que trabalhava. Agora, parte do controle do produto também é responsabilidade do operador, como por exemplo, o controle de medidas de tamanho, dureza e friabilidade, no caso dos trabalhadores do setor de sólidos. Nesse sentido, novas qualificações são exigidas do operador, que em contrapartida se sente mais cansado. Jean resume assim suas novas atribuições frente ao processo de automação:

Tem o controle de processo. É uma sala com os equipamentos onde se faz os testes de dureza, de friabilidade e vê a espessura do comprimido. Tem uma ferramenta que a gente chama de paquímetro e o desintegrador. É um mini-laboratório montado. O operador, de quinze em quinze minutos, retira uma amostra e faz o teste. Resumindo, eu tenho que programar, fazer a limpeza da máquina e fazer o controle de qualidade dos produtos, seguindo os procedimentos adequados.

Frente ao depoimento, podemos dizer que à medida que a função do operador se estende para o controle do processo de produção, ocorre uma intensificação do trabalho pela sobreposição de funções que antes estavam distribuídas no espaço fabril.

Diante dos processos automatizados, a relação dual entre medo e encanto termina por se estabelecer. Em um cenário marcado pela repetição, as novas máquinas aparecem como um desafio que, no entanto, é incorporado novamente como rotina. Porque, como afirma Jean: “No final, na fábrica tudo é rotina”.

#### 5.4 “Eu estou no limite!”: intensificação do trabalho e negação do saber operário

O trabalho árduo, com o cumprimento constante de horas-extras dificilmente pagas aos trabalhadores, é objeto de crítica permanente, principalmente no Laboratório B. O aumento da carga de trabalho, de funções a serem exercidas alia-se às horas-extras, no rol de medidas destinadas a aumentar a produtividade e a extração de mais valor. Estevão<sup>152</sup> nos diz que:

A gente está fazendo muita hora-extra, não só eu, todo mundo. Amanhã é sábado e todo mundo vai trabalhar normalmente. O chefe reuniu a gente e fez uma convocação. Ele não perguntou:

— Você pode vir?

Ele disse:

— Eu preciso de todos aqui porque a empresa está precisando.

Como se dissesse:

— Você está precisando da empresa, só que hoje ela está precisando mais de você.

Ele vai ao psicológico. Ele fala bastante. Muitas vezes os caras ficam sem querer e sem poder. Igual a mim mesmo, fico contrariado. Você fica com grilo, naquele estresse danado. Por isso eu digo que estou no limite. Eu não estou agüentando mais. Esses anos todos e você tem que ficar até dez horas da noite na empresa. Existem pessoas com 150 horas no banco de horas. A empresa não está pagando hora-extra. Ela coloca no banco.

Hoje mesmo a gente se reuniu e falou que temos necessidade de receber hora-extra. O ser humano está trabalhando porque precisa. Agora vai colocar no banco de horas? E pior, você vai folgar no dia que for bom para eles. É a empresa quem dita as regras. É onde dá um grilo. E é como eu falei, eu estou no limite, não estou agüentando mais. Não só eu, mas muita gente está nessa situação. Só estou ficando porque ficar sem trabalho é ainda pior.

---

<sup>152</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

No seu depoimento, várias questões são evidenciadas: o trabalho de convencimento que a empresa tenta realizar “indo ao psicológico do cara”; a crescente insatisfação pela jornada extensa de trabalho sem a remuneração adequada, ou simplesmente contabilizada no banco de horas; o limite a que o trabalhador é levado, pondo à prova sua resistência física e mental; o autoritarismo das relações no espaço fabril, pois “é a empresa quem dita as regras”; e finalmente a necessidade de sujeição à situação devido ao medo do desemprego. Na situação extrema a que o trabalhador se vê submetido, todas as contradições inerentes ao sistema do capital afloram.

O não reconhecimento do saber prático acumulado pelo trabalhador é também motivo de insatisfações. Um número significativo de trabalhadores se ressentem do fato de que o seu esforço no sentido de obter uma qualificação, o conhecimento e o saber do qual são portadores não são devidamente respeitados e valorizados pelas chefias. Tomé<sup>153</sup> assim se expressa a respeito:

Você não faz idéia do quanto eu conheço de produção de laboratório. Tanto produto que é suspensão quanto produto que é comprimido. Tempo de compressão, se o produto está dando problema, se não está dando escoamento. Muito conhecimento veio comigo. Tem muitos produtos que a ficha de processo está errada, não vai danificar o produto, mas vai dar trabalho na liberação. E a minha experiência fez com que eu fizesse testes: por que que ele está fazendo isso? Qual o produto que eu coloco primeiro? Qual o produto que está mais pesado e não está dando uniformidade? Eu fui buscando a melhoria do produto pelo conhecimento que eu tinha de cada matéria-prima e de cada excipiente. O conhecimento que eu tinha eles não tinham. E eles nunca questionavam:

— Como o Tomé manipula tantos lotes e é aprovado, ou reprovam um ou dois por pequena diferença, e o pessoal faz esses lotes que reprovam tanto? Nunca falaram assim:

---

<sup>153</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 26 de julho de 2005.

— Olha, Tomé, você está de parabéns. O produto que você está fazendo não está dando problema. Será que você pode passar o treinamento para o pessoal?

Nunca me questionaram se eu tenho um conhecimento além daquele processo, pela minha experiência. Sempre que tinha palestras e treinamentos e eles faziam questionário eu respondia tudo. Eu busquei conhecimento, eu anotava as coisas, eu procurava saber. Se eu não sabia, eu pegava livros e estudava. Eu adquiri um conhecimento imenso dentro da indústria farmacêutica a que eles não deram valor.

Tomé trabalhou durante longos anos como manipulador no Laboratório B e foi demitido pela empresa no início do ano de 2005. Seu depoimento mostra duas facetas do trabalho dentro da indústria: os processos de aprendizagem que se dão no cotidiano e o não reconhecimento do saber operário devido às relações autoritárias e hierárquicas entre chefias e trabalhadores, características da produção sob o capital e pilares do fordismo.

O depoimento de Estevão é ilustrativo quanto ao peso da hierarquia existente dentro da empresa<sup>154</sup>:

O RH só existe para cobrar, sabe? O RH não faz treinamento, não faz nada. Eles não nos procuram. Não estão nem aí. Os peões nos procuram quando dá algum problema. A chefia não faz isso não, ignora. Eu fico chateado. Você trabalha tanto tempo na empresa e muitas vezes as pessoas te humilham, por quê? Porque você trabalha na produção. E não sou só eu. Você pode conversar com 90% das pessoas. Todas pensam dessa forma. Todo problema sobra para a gente.

As relações autoritárias expressam-se também na exclusão dos processos de decisão dentro da indústria, o que é descrito como falta de valorização da pessoa. Edimilson<sup>155</sup>, trabalhador do Laboratório A, assim fala a respeito:

Eu tenho muita reclamação. Eu acho que não é só aqui, nas outras indústrias também acontece. A gente não é visto como deveria ser. No sentido da

---

<sup>154</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

<sup>155</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 29 de junho de 2005.

valorização. Nós não somos valorizados. A pessoa pensa que é só dinheiro. Não é assim. Aqui falta um pouco de diálogo, de dar satisfação. Às vezes as coisas são na imposição, na ditadura, isso é errado. Porque aqui tem trezentas, quatrocentas pessoas. Cada uma tem um pensamento diferente da outra e eles querem agir por imposição. E isso é errado. Eu não concordo com isso.

Nos depoimentos, percebe-se a negação do processo de fragmentação do ser frente à produção. O sujeito não quer ser reconhecido apenas como trabalhador coletivo. Ele se percebe como portador de conhecimento, de uma história, capaz de pensar e de se afirmar como ser humano frente ao seu trabalho.

A percepção de que suas capacidades são subestimadas frente ao seu trabalho decorre ainda do fato de que, segundo Iasi (2004), as expectativas criadas em torno da ascensão social, e principalmente da ascensão através do trabalho duro e dedicado, não encontram lastro no mundo concreto e das relações mediadas pelo capital. Há uma contradição entre as expectativas em torno da atividade laboral, como possibilidade de ascensão e realização humana, e sua conformação como espaço de alienação. A percepção, pelo trabalhador, dessa impossibilidade de valorização individual por meio do seu trabalho e do conhecimento acumulado se expressa na indignação manifestada nos depoimentos.

Essas contradições se tornam tanto mais evidentes quando há um distanciamento entre as capacidades individuais e a função desempenhada pelo trabalhador. Nesse sentido, o depoimento de Marcos<sup>156</sup>, que tem curso superior em uma área distinta da que atua, é ilustrativo:

Eu acho que o uso do uniforme dentro do universo da fábrica, no meu caso, foi pouco significativo. Foi só uma das ferramentas utilizadas em todo o processo para me neutralizar. Eu poderia estar com a roupa comum do dia-a-dia, mesmo assim o processo teria me corrompido. Se eu quisesse ganhar o salário de 151

---

<sup>156</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 17 de junho de 2005.

reais no fim do mês, eu tinha que chegar de manhã, com a barba feita, sem relógio e sem aliança, desempenhar aquela função que era colocar aquelas caixinhas dentro da outra caixa, correr para cá e para lá o dia inteiro, almoçar no horário difícil, obedecer aos procedimentos estabelecidos da área. Porque para a empresa isso é acordo firmado.

— Está disposto? Então eu te pago no final do mês. Se não, boa viagem, amanhã eu ponho outro em seu lugar. Em uma semana ele está igualzinho a você, ou melhor.

Isso é traumático, trabalhar pela necessidade do salário no final do mês. Me sujeitar a algumas coisas que por opção eu não me sujeitaria. E é isso que na maioria das vezes eu tenho feito. E aí, é o que eu mencionava, isso é uma forma de prostituição.

A ênfase da fala de Marcos recai sobre a alienação de sua vontade. Sua trajetória dentro do laboratório o levou a um cargo de chefia, mas a situação segue incômoda do ponto de vista profissional e psíquico e ele se sente “neutralizado”, “corrompido” e “prostituído” como pessoa. Outros trabalhadores, com formação educacional superior à exigida para o cargo que ocupam, caso comum no Laboratório A, expressam o mesmo sentimento, marcando o que Sennet (2006) denomina como fantasma da inutilidade.

O autor aponta o aparecimento do fantasma da inutilidade como uma das características das relações de trabalho na contemporaneidade. Pessoas jovens, bem formadas, não encontram emprego e sentem-se desalojadas, apesar de todas as qualificações adquiridas no decorrer de sua vida profissional. Para o autor, a oferta global de mão de obra, a automação e a ampliação do tempo de vida da população são fatores que contribuem para o crescimento do “fantasma”.

Sennet (2006) está tratando de uma realidade específica, a da sociedade estadunidense, com um grande número de desempregados muito qualificados ou com uma qualificação que não atende aos avanços da tecnologia ou do conhecimento na sua área de atuação. Obrigam-se assim a trabalhar em área distinta de sua formação original. No

entanto, podemos perceber o “fantasma da inutilidade” rondando trabalhadores de países de economia periférica, como o Brasil. Não apenas homens e mulheres relativamente jovens e bem qualificados, mas toda uma camada de pessoas com tempo curto de escolarização e qualificação, que nunca conseguiram ingressar no mercado de trabalho regulamentado. Aqueles que vivem em constante mudança de emprego e os que desempenham funções abaixo de sua formação, por força de um mercado de trabalho em crise. Todos se encontram assombrados pelo fantasma da inutilidade. A situação emocional vivenciada por esses trabalhadores é marcada pelo medo, insegurança e ansiedade com relação ao seu presente e futuros profissionais. Além, é claro, de uma grande frustração naquela fração de trabalhadores que exercem atividades desvinculadas da sua formação profissional acadêmica.

Todas essas insatisfações expressas em nível do discurso encontram sua repercussão prática: no Laboratório A, o absenteísmo extremo, excesso de licenças médicas, o não cumprimento de algumas regras sanitárias que implicam em restrições aos hábitos dos trabalhadores; no Laboratório B, relatos de “enrolação” e “corpo mole” dentro da linha de produção e alto *turnover*.

As formas de negação do trabalho apresentam-se como pequenas manifestações cotidianas de insatisfação e críticas aos processos de extração de mais valia. Nesse primeiro nível de inconformidade com as regras estabelecidas encontra-se também a primeira afirmação dos trabalhadores como seres sociais, em contraposição ao capital.

Porém, todos os níveis de insatisfação desenhados encontram um contraponto dentro do processo de produção de medicamentos: o ideal construído de que os trabalhadores não são meramente produtores da mercadoria medicamento, mas antes produtores de saúde.

### **5.5 Produtores de medicamentos ou produtores de saúde?**

No decorrer desta pesquisa chamou-nos a atenção o fato de que, na quase totalidade dos depoimentos, os trabalhadores ressaltavam a responsabilidade e o seu compromisso e da empresa com a melhoria ou manutenção da saúde da população, o que em grande medida reflete o discurso da produção de medicamentos para a saúde que está plasmado à cultura das duas empresas pesquisadas

A contraposição entre o trabalho árduo e a sua finalidade social é amplamente enfatizada e compreendida como motivo de orgulho, bem como de responsabilidade pessoal pela qualidade dos medicamentos produzidos. Robson <sup>157</sup>, trabalhador do Laboratório A, assim se expressa a respeito:

Eu senti e sinto orgulho de estar trabalhando com medicamento, de contribuir para a saúde das pessoas. Eu sou uma pessoa que abraça as causas muito facilmente. Eu percebi nos cursos que a gente fez que estava produzindo medicamento para uma pessoa carente e que poderia ser meu familiar e eu mesmo, não é? Por que não? Eu poderia tomar remédio daqui. Eu fui abraçando essa causa com uma força muita grande.

Mario <sup>158</sup>, diretor no Laboratório B, também destaca:

Quem está tomando o medicamento já está debilitado fisicamente, está com algum tipo de patologia ou de necessidade especial. Então hoje sem dúvida a principal preocupação das indústrias farmacêuticas é a qualidade. Você está tratando com vidas.

---

<sup>157</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

<sup>158</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 03 de maio de 2005.



O esforço da empresa em fazer com que os trabalhadores assumam a questão da qualidade, enfatizando a responsabilidade para com a vida das pessoas, é destacada por Estevão:<sup>159</sup>

Sempre que dava alguma coisa errada eles reuniam o pessoal. O encarregado, dizia:

— Fulano de tal procedeu dessa forma e aconteceu isso. Você tem que ter mais cuidado. Você está mexendo com vidas! Amanhã pode ser seu filho que está tomando esse remédio.

Eles vão ao psicológico da gente para que você não cometa nenhum erro. O *slogan* que sempre falam é esse:

— O que você está fazendo é para o seu filho tomar. Se você fizer alguma coisa errada, você vai ser penalizado.

Tem a farmácia da empresa onde compramos os remédios. Eu não teria coragem de trazer e dar para os meus filhos um remédio com péssima qualidade.

Nesse contexto, outra dimensão subjetiva ganha peso: a do sentido que se atribui ao trabalho. Viemos demonstrando que a percepção dos trabalhadores sobre o seu cotidiano fabril é expressa como repetitiva, cansativa, estressante, monótona e que um grande número se percebe como plenamente substituível no interior da fábrica. A concepção de que os trabalhadores da indústria farmacêutica são produtores de saúde atribui um sentido de utilidade ao seu fazer. Os sentimentos de inutilidade e de descartabilidade perante os processos de trabalho é contraposto à utilidade, compreendida como destinação social de seu trabalho. Frente a um panorama marcado pelos baixos salários, alta carga horária a ser cumprida e ameaça constante de desemprego, o trabalho passa a ser resignificado. Ganha uma dimensão humanitária. O “outro”, “a saúde do outro” passa a dar respeitabilidade ao

---

<sup>159</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 20 de abril de 2005.

trabalho realizado. O trabalho que, sob o capitalismo, nega o ser porque alienado, passa aqui a ser resignificado por meio de uma destinação maior.

No entanto, manifestações de descontentamento, como vistas anteriormente, continuam a permear o cotidiano das duas indústrias. Fortes contradições permitem entrever outro mundo. Questões como a saúde dos trabalhadores, as condições de trabalho a que são submetidos e finalmente os altos lucros auferidos pela indústria de medicamentos passam a compor o universo de contraposição ao discurso da destinação social da produção.

Não é necessário aprofundarmos a questão dos lucros incessantes auferidos pela indústria farmacêutica. Basta lembrarmos o volume de recursos despendidos em propaganda pelo setor, e o crescente estímulo ao consumo irresponsável de medicamentos diretamente nas farmácias, que banaliza o seu uso, para compreendermos que a indústria não trata o medicamento a não ser como ele se apresenta na sua essência na sociedade capitalista: como mercadoria. Nesse aspecto, o invólucro de produto que serve à saúde presta-se apenas como mais um elemento de propaganda do setor.

Frente ao consumo desenfreado e irresponsável de medicamentos, criado por uma cultura de hiper medicalização e, complementarmente, dada a exclusão de cerca de 40% da população brasileira do acesso aos medicamentos, é mais do que significativo o quanto a questão da saúde da população é e sempre foi secundarizada pela indústria farmacêutica no setor privado, e quanto as políticas públicas relacionadas a esse setor têm se apresentado insuficientes para resolver o problema de acesso aos medicamentos pelas populações pobres.

Porém, as contradições da indústria com relação à questão da saúde apresentam-se com mais clareza aos trabalhadores no dia-a-dia. Antônio<sup>160</sup>, trabalhador do Laboratório

---

<sup>160</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

A, destaca a incongruência entre as exigências e restrições impostas pelo controle sanitário e o que ocorre na empresa:

Aqui entra a questão da exigência de como deve ser o procedimento de uso dos equipamentos. Porque tem algumas coisas que eles cobram muito, mas é hipócrita. Querem que se faça uma coisa certa de um lado, mas, de outro, fazem totalmente bagunçado. Então, nunca aquele processo vai seguir do modo certo como tem que ser. Às vezes, cai no uniforme um hipoclorito e já começa a causar furo na roupa, ou seja, já teve uma falha. Luva não é adequada. Não tem em quantidade suficiente. A vigilância sanitária proibiu algumas luvas, as cirúrgicas, mas a utilização maior era daquelas de borracha, mais grossas, elas eram autoclavadas. Isso não pode.

O distanciamento entre o que é cobrado dos trabalhadores e as condições de trabalho que lhes são oferecidas inviabiliza o próprio cumprimento das normas, coloca o trabalhador em risco e gera um ceticismo quanto à seriedade com que a empresa as cumpre.

O problema da insalubridade é outra questão que os trabalhadores destacam. Nenhuma das duas empresas paga taxa de insalubridade. Apoiadas na legislação que dá ao empregador a opção de pagar a taxa ou oferecer os Equipamentos de Proteção aos trabalhadores, optam pela segunda alternativa. No entanto, os trabalhadores contestam a eficácia da legislação, afirmando que mesmo com o uso dos EPIs a insalubridade existe e afeta sua saúde. Antônio, afirma ainda que:

Nós recebíamos por insalubridade até o ano passado. Nós recebíamos porque o ambiente de trabalho aqui é insalubre. Só que a empresa contratou um profissional que fez um laudo informando que não há insalubridade. Isso, sem praticamente visitar a empresa. Inclusive tem uma ação ajuizada contra a empresa nesse sentido, para que volte o pagamento da insalubridade.

Trabalhadores, principalmente os ligados à manipulação nas duas empresas, alertam que os EPIs não são suficientes para barrar o contato com os produtos que estão sendo manipulados. Tomé, manipulador no Laboratório B,<sup>161</sup> relata que:

Na verdade o equipamento nos protege em parte. A gente não deixa de absorver o produto. O tecido do macacão deixa, às vezes, passar produto para a pele. A máscara também, conforme o movimento que você faz com o maxilar, você movimentava a máscara. Às vezes ela abre, cria uma fresta e entra um monte de pó. Acontece de você aspirar. Com o decorrer do tempo, eu tive problemas como falta de ar, de cansaço, por aspirar os produtos. Acontecia de eu manipular um produto muito tempo. Eu manipulava no caso o produto X, que é um produto muito forte. E o certo era que a empresa, eu creio que tem um documento que foi passado para eles, fizesse um revezamento de pessoas que estão num setor para outro. Até para evitar a resistência ao produto. Era para ser feito de seis em seis meses. No caso, eu trabalharia seis meses na manipulação de antibióticos e seis meses na manipulação de outro produto, em outro setor. Eu fiz essa troca só uma vez em quase oito anos. Eu troquei e fiquei só três meses fora. Nunca mais fizeram esse revezamento de seis meses. Eles falavam que era feito, no papel era feito, mas na verdade não se fazia e isso era muito prejudicial. Eu cobrei várias vezes, mas eu não sei o porquê, eles não fizeram.

Quem trabalha no setor de antibióticos teria que receber insalubridade, porque o contato direto com o princípio ativo é muito intenso. Para você ter uma idéia, quando eu manipulava uma seqüência muito grande de produtos, eu vinha para casa e dormia com uma coberta e minha esposa tinha que dormir com outra. Porque eu suava à noite e o produto saía. Eu tomava banho de quarenta minutos e o cheiro ainda ficava no cobertor. Todos os dias minha esposa trocava o lençol. No futebol, quando eu suava, eu sentia o cheiro do produto no uniforme. Então, a informação que eles me deram foi a seguinte: quando a empresa fornece os equipamentos de segurança adequados ela não tem obrigação de pagar a insalubridade. Segundo eles, a proteção do equipamento seria cem por cento. O que na verdade não é. Os que trabalham sentem. Mas acho que deve ter uma brecha na lei que protege a empresa. E, como a gente não tem tanto conhecimento das leis, fica desse jeito.

---

<sup>161</sup> Entrevista concedida à autora, Anápolis-Go, 26 de julho de 2005.

A fala de Tomé aponta para questões relevantes: a responsabilização do trabalhador pela sua própria proteção através do uso dos EPIs; o não reconhecimento pelas empresas de uma realidade relatada por vários trabalhadores – de que há contato com o princípio ativo dos produtos, principalmente no ato da manipulação – isentando-se da responsabilidade por doenças advindas desse contato; os sintomas relativos ao contato com esses medicamentos; o descumprimento de normas de segurança por parte da empresa, que não realiza o rodízio obrigatório entre os trabalhadores do setor.

Lopes (2000) aponta que, para grande parte dos engenheiros e técnicos de segurança, o problema da eliminação dos riscos existentes no trabalho fabril se resolve com a instalação de equipamentos de segurança. No entanto, pouco se faz no sentido de afastar de fato os riscos do ambiente e de informar o uso correto dos equipamentos aos trabalhadores. No caso da indústria farmacêutica o caso se agrava, pois os depoimentos indicam a insuficiência do uso de tais equipamentos para a proteção correta os trabalhadores.

Estudos sobre a saúde dos trabalhadores na indústria farmacêutica têm apontado questões recorrentes. Arizaleta (1995:85) afirma que:

[...] la producción de medicamentos incorpora los riesgos por la exposición a múltiples agentes químico y/o farmacológicos utilizados em el proceso, los cuales se absorben através de piel y mucosas por la manipulación, así como por la inhalación de partículas de polvo y gás.

A autora apresenta os problemas alérgicos, de respiração e fadiga como os mais comuns entre esses trabalhadores. No entanto, a relação entre trabalho na indústria farmacêutica e a saúde dos trabalhadores nem sempre se mostra clara. Pulido-Navarro e Noriega-Elío (2003:272) alertam que:

Es importante aclarar que los riesgos físicos y químicos, además de seguir teniendo importância em esta industria, pueden no mostrar una asociación evidente com las enfermedades como es el caso de las exigências, debido a que la aparición de estos padecimientos ocurre después de largo tiempo de exposición y de latencia, lo que dificilmente se puede ver en esta población que tiene alta movilidad.

Esses autores destacam ainda que, a par das doenças físicas relativas ao contato com produtos químicos e às questões ergonômicas, um número crescente de doenças relativas a transtornos psíquicos tem se apresentado. A tendência à mecanização e automação, que leva a uma extrema simplificação de tarefas, a repetição e a atividade carentes de conteúdo e interesse manifestam-se em transtornos mentais associados ao estresse e ao cansaço. Relatos dos trabalhadores desta pesquisa corroboram essa informação: as queixas de cansaço, estresse e mesmo depressão são constantes.

Aliado a essas doenças, o risco de acidentes de trabalho é grande. José,<sup>162</sup> que foi operador e hoje trabalha na manutenção de máquinas no Laboratório A, destaca a desqualificação do trabalhador para operar a máquina como motivo de acidentes recorrentes na empresa:

Outro problema que eu acho é que eles pegam a pessoa, e porque ela passou no concurso como assistente de indústria, tem que trabalhar lá. Mas antes eles têm que dar um conhecimento. A máquina não é um ser humano. Ela não pensa para machucar uma pessoa. Ela é uma força.

Eu vejo a necessidade de treinamento de pessoal. Mas, infelizmente, a necessidade da empresa faz colocar uma pessoa na produção e faz com que aconteçam acidentes como os que têm acontecido. Vai uma pontinha de um dedo, puxa um avental, puxa uma coisa. As máquinas são muito potentes e não dão tempo. Não ser uma pessoa qualificada para o trabalho é ruim. Tem que ter treinamento. Tem muitos que já saíram por causa disso. Não aceitam ficar porque

---

<sup>162</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 05 de julho de 2005.

não sabem. Então, como o salário também é pequeno, a pessoa se desinteressa e sai.

Lopes (2000:396) destaca que: “A maquinaria constitui a expressão mais concreta dos perigos existentes na fábrica. Da intimidade do trabalhador com seu equipamento depende, em grande parte, os sistemas de segurança instalados na produção”. Havíamos apontado que, nas duas empresas, a troca de funções, que poderia caracterizar uma multifuncionalidade, na realidade esconde apenas uma deficiência no número de trabalhadores no processo de produção e a intensificação do trabalho. A rotina de acidentes acaba por corroborar essa hipótese. Os trabalhadores acidentados geralmente são aqueles que são deslocados de sua função para substituir outros, às pressas, e sem uma qualificação adequada para o uso do maquinário. Não é estranho, nesse contexto que no Laboratório A, o maior número de acidentes de trabalho no último ano tenha se dado entre os trabalhadores contratados através de concurso.<sup>163</sup> Aqueles que José diz que são colocados para trabalhar “sem conhecimento”, os que não têm experiência no trabalho. Nessa perspectiva, a relação entre a precarização das relações de trabalho, com alto *turnover*, a implementação de um sistema de rotatividade nos postos de trabalho e a falta de preparação dos trabalhadores no sentido da construção de um conhecimento relativo ao seu trabalho, podem ser apontados como fatores que intensificam os riscos dentro da indústria.

Agrava a situação, no laboratório A, o fato de não haver uma estrutura adequada de socorro aos trabalhadores. Antônio<sup>164</sup> diz que:

No setor de antibióticos teve caso de falange arrancada e mão imprensada. Graças a Deus, nesse caso, não ocorreu o esmagamento. A máquina prendeu a mão, machucou a carne e não chegou a quebrar. É um acontecimento que quebra

---

<sup>163</sup> Relatório da empresa enviado à Procuradoria Geral do Trabalho, 2004.

<sup>164</sup> Entrevista concedida à autora, Goiânia-Go, 23 de junho de 2005.

totalmente a rotina. Gera muita indignação porque o próprio servidor tem que tomar a frente quando ocorre esse tipo de coisa. A empresa não tem seguro de vida para os trabalhadores, funeral, qualquer coisa nesse sentido, é muito falho, muito deficiente.

A falta de segurança nas rotinas a serem seguidas e o grau de insalubridade aliam-se ao desgaste existente nos processos de trabalho e à falta de apoio em situações de acidentes, colaborando na construção de um estresse generalizado.

Nesse processo, a atribuição da responsabilidade ao trabalhador pelos riscos e a conseqüente desresponsabilização da empresa são fatos comuns. Lopes (2000:399), estudando a questão da saúde dos trabalhadores dentro de uma indústria de freios, afirma que:

Interessa à empresa manter o debate em torno do ato inseguro, do uso do EPI, de assuntos ligados à saúde geral das pessoas (higiene, hipertensão arterial, diabetes, AIDS, etc.) na tentativa de desviar o problema em direção aos limites das ações individuais e dos aspectos técnicos que envolvem a questão. Mascaram-se, assim os efeitos próprios da produção capitalista sobre a saúde.

O fato de a legislação atribuir ao uso do EPI a solução para o problema da contaminação química dentro das indústrias é ilustrativa desse fato. Daí decorre que o trabalhador se torna pessoalmente responsável pela manutenção da sua saúde por meio do uso correto do equipamento. Por outro lado, acidentes com o maquinário são atribuídos com freqüência à falha humana: desatenção e não cumprimento das regras de segurança. Ao individualizar o risco a indústria esconde as verdadeiras relações existentes no interior do espaço fabril, caracterizadas pelo autoritarismo na imposição das regras, normas de segurança e produção, jamais discutidos com os operários.



Essa contradição entre a construção de um ideal de “produtores de saúde”, como espaço de significação para o trabalho operário, e a dilapidação de sua saúde no processo de produção, pela subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, permeia de forma indelével as relações dentro da indústria farmacêutica.

## 6. CONCLUSÃO

Acompanhar as trajetórias profissionais dos diversos trabalhadores entrevistados durante esta pesquisa constituiu-se em um ato rico e frutífero, sob vários aspectos. Primeiramente, no que diz respeito à vivência humana que as histórias pessoais nos proporcionaram, com seus diferentes matizes, ora carregadas de bom humor e prazer, ora marcadas pela tensão e indignação frente aos processos de trabalho alienantes. Ouvir os trabalhadores foi fundamental para vê-los não apenas como “sujeitos” de um estudo sociológico, mas como seres humanos concretos dotados de afetividade, decepções, angústias, desejos e sonhos. Em muitos aspectos fomos remetidos à nossa própria história de convívio com pessoas que saíram do campo em um processo de mudança, não apenas de lugar, mas que envolveu toda uma reconstrução do seu universo de trabalho e de vida.

Em segundo lugar, revelou-se uma estratégia particularmente eficaz para percepção da composição social e histórica da região pesquisada, da sua força de trabalho e dos processos de produção dentro de uma indústria particular: a farmacêutica. Foi por meio do acompanhamento dessas trajetórias, dos depoimentos dos trabalhadores, que se tornaram concretas as características da produção de medicamentos, as contradições e conflitos presentes no espaço de trabalho e a percepção que esses trabalhadores desenvolveram a respeito desses processos e de sua inserção no trabalho industrial.

O esforço de síntese e interpretação realizado nos levou a algumas conclusões, que de certa maneira já foram apresentadas no corpo do trabalho, mas que procuramos aqui retomar em uma apresentação sistematizada.

As diversas trajetórias acompanhadas são marcadas pela mobilidade. De início uma mobilidade geográfica, do campo para a cidade e de cidades interioranas para grandes cidades. São trabalhadores que migraram ou são filhos de migrantes. O desenvolvimento

econômico do eixo Goiânia-Anápolis é o centro de atração desses trabalhadores. A mobilidade irá acompanhá-los também no seu percurso ocupacional. Antes do ingresso no trabalho industrial, sua trajetória se fez pelo exercício das mais variadas ocupações. Essa diversidade ocupacional começa na infância e se estende pela vida adulta. O trabalho realizado é geralmente temporário e precarizado, exigindo pouca qualificação. Esses trabalhadores se adaptam aos mais diferentes empregos e se tornam nesse sentido bastante “flexíveis”.

Na transição entre o trabalho rural e o trabalho urbano, percepções contraditórias se sobrepõem. Atribuem liberdade ao passado de trabalhador rural, contrapondo-o aos processos rotinizados e vigiados da indústria. O sentimento da perda da liberdade quando da entrada no mundo fabril, no entanto, é matizado pela perspectiva de melhoria econômica e social, como possibilidade de aprender algo novo, que o trabalho industrial inicialmente proporciona. A transição é percebida como perda, mas também como melhoria de vida.

Diferentemente, aqueles trabalhadores que cresceram no meio urbano, os filhos de imigrantes, notadamente aqueles que passaram por empregos no comércio, com tempo de escolaridade mais alongado, visualizam o início do trabalho industrial como coação e vigilância. Nesse sentido, as histórias de vida e de ocupação anteriores definem em grande medida as primeiras impressões com relação ao trabalho na indústria.

A inserção nos diferentes postos de trabalho dentro da indústria farmacêutica aponta, também, para a mobilidade funcional desses trabalhadores. Nas empresas, a maior parte dos pesquisados já exerceu diferentes funções no processo produtivo. Iniciaram sua trajetória como trabalhadores da esteira, migraram para manipulação ou operação de máquinas, alguns poucos atingiram cargos de chefia e controle, o que constitui o limite para mudanças de função dentro da indústria. Apesar do trabalho parcelar, hierarquizado, organizado segundo linhas de produção, com forte demarcação de funções, não foi incomum

encontrar trabalhadores que conhecem todo o processo de produção de medicamentos, no que diz respeito à sua confecção, contrariando a idéia de especialização extremada associado ao fordismo. A constante mudança de postos de trabalho relaciona-se essencialmente à necessidade de alocação da força de trabalho naquelas linhas onde há maior demanda para produção ou busca a agregação de funções antes dispersas e diferenciadas por um único trabalhador. Dessa forma, multifuncionalidade e polivalência significam a intensificação do trabalho em um contexto de ampliação da produtividade das duas empresas e não a ampliação das capacidades cognitivas ou de qualificação e melhoria salarial. Aproxima-se, nesse sentido, do desempenho de multitarefas.

O processo de qualificação se dá no âmbito da própria empresa e consiste em treinamentos curtos quanto às normas sanitárias a serem seguidas e treinamentos no próprio posto de trabalho para o desempenho de sua função. Exceções raras de qualificação fora do local de trabalho se apresentam para aqueles que lidam com manutenção preventiva das máquinas. A introdução da tecnologia da automação resultou em novas demandas quanto à escolarização dos trabalhadores, no entanto o treinamento continuou a se dar no posto de trabalho. Essas tecnologias levaram também a uma ruptura em diversas trajetórias de trabalhadores, implicando ou no remanejamento do trabalhador dentro da empresa ou em demissão. Um outro trabalhador tem sido forjado: jovem e com escolaridade alongada.

A vivência dos trabalhadores no ambiente fabril tem, para a maioria, um período limitado de existência. Com exceção dos trabalhadores “antigos” do Laboratório A, todos estão de passagem pela indústria, indicando que suas trajetórias são caracterizadas não só pela mobilidade funcional quanto pela segmentação e descontinuidade. As demissões constantes dentro das empresas ou o afastamento motivado por insatisfações de diversas ordens, fato constante no Laboratório A, levam a essa ruptura nas trajetórias. Dificilmente

esses trabalhadores se empregam em outras indústrias farmacêuticas, até onde pudemos acompanhar. Migram para outras formas de ocupação.

Essa segmentação e descontinuidade são sentidas como ausência e negação de uma profissão. Não se percebem como operários, são apenas trabalhadores. São úteis no cumprimento de qualquer tarefa, mas, contraditoriamente, não conseguem definir o que fazem. “Trabalhadores tropicais”, como se referiu um deles na tentativa de definir essa situação de transitoriedade, falta de vínculos profissionais, ausência de uma qualificação efetiva, aliadas a uma necessidade permanente de se adaptar a qualquer trabalho.

Quanto à organização e gestão do trabalho dentro das indústrias pesquisadas, podemos afirmar que, de maneira mais evidente no Laboratório B e em pequena medida no Laboratório A, apresentam características do fordismo, com a incorporação de elementos das formas de organização do trabalho japonês. Estão ali presentes a organização em linhas de produção, a manutenção de estoques, a estrutura hierarquizada, os postos de trabalho fixo.

A introdução da tecnologia da automação, amplamente presente no Laboratório B e tímida no Laboratório A, não resultou em mudanças relativas à organização do trabalho, ou seja, não foi acompanhada de uma reestruturação da produção. O seu uso teve repercussão significativa sobre a força de trabalho, apontando para o enxugamento do número de trabalhadores por linha de produção e sobretudo para a intensificação do trabalho, com operadores assumindo outras funções que não a operação de máquinas, como é o caso de algumas fases do controle de qualidade. O investimento em meios de produção, com aumento do trabalho morto, foi diretamente proporcional à diminuição do trabalho vivo, com ganhos claros de produtividade e aumento da produção de valor. Os trabalhadores subjetivam esse processo segundo uma lógica de atração e repulsão. O interesse pelo aprendizado das novas tecnologias é evidente, porém o desemprego ligado à introdução da

automação gera sentimentos de medo e de ansiedade. A possibilidade de qualificação para exercício do cargo é relativizada, uma vez que se torna evidente que nem todos serão aproveitados para o trabalho nas linhas automatizadas.

Porém, se considerarmos o toyotismo não apenas como um processo caracterizado pela eliminação de estoques de reserva e em procedimentos *just in time*, mas também como uma determinada forma de relações humanas no ambiente de trabalho, forma que fornece a base para o controle de qualidade total e o envolvimento dos trabalhadores, percebemos a crescente inserção desse modelo de gestão nas empresas pesquisadas. São evidências dessa inserção a introdução dos processos de controle da qualidade e as demandas por um determinado tipo de comportamento da força de trabalho.

As contrapartidas clássicas do toyotismo, como estabilidade de emprego ou emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores, programas de promoção internos e aumentos salariais, são aplicadas parcialmente, ou são rejeitadas. No Laboratório B os salários pagos são maiores que a média da região, e no Laboratório A existe um acréscimo salarial por produtividade. No entanto, a rotatividade dentro dos laboratórios é grande e não há nenhuma correlação entre acréscimo de funções e melhoria salarial. O hibridismo, ou imitação seletiva do modelo japonês, torna-se, portanto a forma de produção e gestão adotadas pelas empresas pesquisadas, numa clássica adaptação “enxuta e cruel”.

Nesse contexto é fundamental destacarmos o aspecto específico da produção de medicamentos: o controle da qualidade por meio da regulamentação sanitária. O controle sanitário irá incidir sobre os mais diversos aspectos dos processos de trabalho.

Em um primeiro momento se efetiva sobre o corpo do trabalhador. A assepsia a ser seguida, as roupas e os equipamentos de proteção que ocultam e incomodam, o confinamento a determinados espaços, levam a um estranhamento consigo e com os outros. A incorporação dessas rotinas passa a se dar não apenas por meio do controle e da vigilância

dentro da indústria, mas também como autocontrole. A adequação às normas por meio de sua internalização leva a um duplo processo de negação e de afirmação da individualidade do trabalhador. Afirmação no sentido de incorporação de sua indiferença – são trabalhadores coletivos, iguais perante o processo de trabalho – e negação porque não encontram expressão como ser único e singular. Esses processos de adequação configuram-se, concomitantemente, como espaço de conflito entre trabalho e capital. Nas práticas cotidianas dos trabalhadores não são incomuns pequenas ações de boicote ao uso dos EPIs e de descumprimento das normas sanitárias restritivas.

O trabalho desempenhado na indústria consiste não apenas no cumprimento da função atribuída: operar uma máquina, manipular um produto, embalar um medicamento – no caso dos processos mecânicos, tarefas apontadas como repetitivas, rotineiras e destituídas de envolvimento intelectual, e no caso dos processos automatizados, como estressantes e cansativas –, mas também no cumprimento das normas de qualidade sanitária que fazem parte de suas atribuições. Nesse contexto se dá a vigilância e pressão exercidas sobre o trabalhador na indústria farmacêutica, sendo que as determinações sanitárias constituem, elas próprias, um instrumento de controle e disciplinarização dos trabalhadores.

Simultaneamente, busca-se a adesão e a conformação do comportamento dos trabalhadores às metas estabelecidas. A construção de vários discursos e ações procura reforçar os laços entre empresa e trabalhador. Assim, o discurso da indústria que se apresenta como produtora de uma mercadoria que gera saúde carrega um forte elemento de agregação dos trabalhadores ao processo de trabalho e atribui ainda uma utilidade e um sentido ao trabalho rotinizado e fragmentado, resignificando o trabalho na indústria farmacêutica. A produção de medicamentos passa a ser percebida como motivo de orgulho e responsabilidade, e nessa perspectiva se restringe meramente à sua importância como

elemento que garantiria melhor qualidade de vida aos seres humanos. A adesão à produção de medicamentos com qualidade fica assegurada.

Em síntese, o controle sanitário na indústria farmacêutica passa a integrar as formas de organização e gestão da força de trabalho, sendo, em vários aspectos seu elemento estruturante: das rotinas, dos hábitos, da busca da qualidade na produção, de alguns elementos da formação, do controle e disciplinarização dos trabalhadores e da conquista de sua adesão aos processos produtivos através do discurso da produção da saúde por meio da qualidade do medicamento. Serve, dessa maneira, aos princípios da geração de valor, na medida em que favorecem o controle e a eficiência do ponto de vista estrito dos processos de produção.

Finalmente, no espaço de produção, as contradições entre os interesses do capital e trabalho tornam-se o *locus* da crítica dos trabalhadores: o trabalho repetitivo, frustrante do ponto de vista intelectual, a responsabilidade exigida, o estresse, o trabalho realizado e não pago, o não reconhecimento do saber do trabalhador, a exclusão dos processos de decisão, as fortes relações hierárquicas e autoritárias, o não reconhecimento como sujeito do processo de produção constituem-se como algumas dessas contradições apontadas pelos trabalhadores.

A negligência com relação às normas sanitárias pelas próprias empresas, a insalubridade, as doenças relativas ao trabalho, os acidentes na produção promovem concomitantemente o questionamento, por parte dos trabalhadores, ao discurso da produção de saúde. Nesse contexto, a produção de medicamentos passa a se apresentar como hipotética construção da saúde da população e de desconstrução efetiva da saúde dos trabalhadores.

Os espaços de resistência têm se apresentado em ações cotidianas ligadas ao absenteísmo e *turnover* ou ao descumprimento de normas impostas no processo de trabalho



– pequenas ações, geralmente individuais, que apontam para uma insatisfação perene quanto ao trabalho dentro da indústria. A recente constituição do pólo industrial em Goiás, onde uma tradição operária ainda não se consolidou, a grande segmentação existente no interior da força de trabalho, reforçada pela própria organização espacial das indústrias e pela segregação dos espaços internos, podem ser apontados como alguns dos motivos da dificuldade organizativa encontrada por esses trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Vinícius. Fusão cria maior fabricante de medicamentos genéricos do mundo. **Folha online**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>> Acessado em 23/02/2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? , Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez Editora/ Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Reunião**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1974.

ARIZALETA, Cristina Montero. **Proceso salud-enfermedad en las trabajadoras de una industria farmacéutica**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, 1995.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Entre a rede urbana e a cidade-região: o que há de novo no centro goiano?**. Goiânia, Mimeo, 2004.

AUED, Bernardete W. **Indicações metodológicas para o estudo das profissões no Brasil**. Notas de aula. Mimeo. Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Usos e abusos da entrevista bibliográfica**. Notas de aula. Mimeo. Florianópolis, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997

BERMUDEZ, Jorge. **Remédios: saúde ou indústria? A produção de medicamentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

\_\_\_\_\_. **Produção de medicamentos no setor governamental e as necessidades do sistema único de saúde**. In, BOMFIM, José Ruben d Alcântara e MERCUCCI, Vera Lúcia (orgs.). São Paulo, Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Medicamentos genéricos: uma alternativa para o mercado brasileiro**. Cadernos de Saúde Pública. Vol.10 nº 3. Rio de Janeiro, Janeiro/Setembro, 1994.

\_\_\_\_\_. (org). **Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado**. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

BERMUDEZ, Jorge; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora e CHAVES, Gabriela Costa. **O Acordo TRIPS da OMC e os desafios para a saúde pública.** In: BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1978.

BERNARDES, Genilda Darc. **Considerações sobre o plano de Goiânia.** In: **Relações cidade-campo: fronteiras.** SILVA, Luís Sérgio Duarte (Org.). Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa.** São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

BONFIM, José Ruben de Alcântara. **Produtos farmacêuticos e inação governamental no Brasil.** In: BERMUDEZ, Jorge Antônio Zapeda e BONFIM, José Ruben de Alcântara. Medicamentos e a Reforma do Setor de Saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec-Sobravime, 1999.

BORGES, Barsanufu Gomides. **A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960).** In: **Relações cidade-campo:fronteiras.** SILVA (Org.) Luiz Sérgio Duarte da. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

\_\_\_\_\_. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Campinas, Papirus Editora, 1996.

BRASIL. Resolução RDC nº 134, de 13 de julho de 2001. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, DF. Disponível em: < <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=16038&word=> >. Acesso em 08 jul.2005.

BRASIL. Resolução RDC nº 210, de 04 de agosto de 2003. Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, DF, 2003.

CADERNO: **Estudos da SEPLAN – Competitividade de economia goiana.** Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, Maio 2002.

CADERNO: **Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás. Investir em Goiás. Guia Prático.** Produzir. Goiânia, 2001.

CAMPOS, Itamí Francisco. **Mudança da capital: uma estratégia de poder.** In, **Goiânia cidade pensada.** BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org). Goiânia: Ed. UFG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo em Goiás.** Goiânia: Ed. UFG, 1987.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. **Construções de Goiânia**. In: **Goiânia cidade pensada**. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.) Goiânia: Ed. UFG, 2002.

CASTRO, Sérgio Duarte. **Sistemas produtivos locais no Estado de Goiás. O caso da indústria farmacêutica do eixo Goiânia-Anápolis**. Relatório final – Convênio IPEA/ANPEC – nº 004/2000. Mimeo. Goiânia:2001.

CATTANI, Antônio David (Org). **Trabalho e tecnologia. Dicionário Crítico**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997

CHAUL, Nars. **Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

\_\_\_\_\_ **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. UFG, 2001.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 2001.

COELHO, Clair Castilhos. **Contribuição para uma política nacional de medicamentos. Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1982.

CORDEIRO, Hésio. **A indústria da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro, Ed. Revan, UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_ **Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção. Um ponto de vista de conjunto**. In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

COSTA, Ediná Alves da Costa. **Vigilância Sanitária. Proteção e defesa da saúde**. São Paulo, Hucitec, 1999.

DRAKE, Donald e UHLMAN, Marian. **Making medicine. Making money**. Kansas City: Andrews and MacMeel., 1993.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. In, Educação e Sociedade, ano XIX, nº 62, abril/98.

ECONOMIA eleva venda de genéricos em 23,2%. **Gazeta digital**. Disponível em <[www.progenericos.org.br/noticias](http://www.progenericos.org.br/noticias)> Acessado em 28/03/2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTEVAÑ, Luís. **O tempo da transformação. Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FRANÇA, Maria de Souza. **A formação histórica da cidade de Anápolis e sua área de influência regional.** Separata dos anais do VII simpósio – ANPUH, Belo Horizonte, 8/09/1973. P. 633-64.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

FIORI, José Luís. **Os Moedeiros falsos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FLEURY, Afonso. **Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org.). Sobre o modelo Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FREITAS, Revalino Antônio de. **Anápolis, passado e presente.** Anápolis: Voga, 1995.

FRENKEL, Jacob. **O mercado farmacêutico brasileiro: sua evolução recente, mercados e preços.** In: NEGRI Barjas e GIOVANNI, Geraldo. Brasil: radiografia da saúde. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

FRENKEL, Jacob. REIS, José Alberto. JUNIOR, José Tavares Araújo e NAIDIN, Leane Cornet. **Tecnologia e competição na indústria farmacêutica brasileira.** Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Representação de interesses privados e formulação de políticas: o caso da indústria farmacêutica.** Relatório Final. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Fevereiro de 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Indústria farmacêutica nacional. Análises e perspectivas.** Mimeo. Rio de Janeiro, 1979.

GADELHA, Carlos Augusto G., QUENTAL, Cristiane e FIALHO, Beatriz de Castro. **Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias de saúde.** Cadernos de Saúde Pública. Vol.19.n.1. Rio de Janeiro, 2003.

GARCÍA, Ginés Gonzáles. **Medicamentos ese raro objeto entre la ciência, el mercado y la magia.** In, BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

GALENO, Renato e JANSEN, Roberta. Indústria ignora doenças de países pobres. **O Globo.** Rio de Janeiro, 13 de março de 2002. Disponível em <<http://fsc.ufsc.br/~canzian/opnioes/doença-de-pobre.html>. > Acessado em 11/12/200.

GAZETA DIGITAL. Disponível em < <http://progenéricos.org.br> >. Acessado em 28/03/2006. 14:22.

GEMAL, André L. **Situação atual do sistema nacional de vigilância sanitária e a política de medicamentos genéricos no Brasil**. In: BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

GOIÁS um estado pela indústria, empresa e negócios. **O Popular**. Encarte. Goiânia, 31 de março de 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Editora Ática, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1988.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade em tempos de reestruturação e flexibilização. Trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro**. Tese de Doutorado.UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **“Americanismo e Fordismo”**. In: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HASENCLEVER, Lia. (coord.) **Diagnóstico da indústria farmacêutica brasileira. Diagnóstico do setor farmacêutico: proposta de acompanhamento de preços**. UNESCO/FUJB/Instituto de Economia/UFRJ. Março, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_ **A era dos extremos. O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMPREY, John. **Adaptando o “Modelo Japonês” ao Brasil**. In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

IASI, Mauro Luis. **A mediação particular e genérica da consciência de classe. O Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento**. Tese de doutoramento. USP, 2004.

INDÚSTRIA farmacêutica planeja investir R\$ 2,25 bilhões em 2006. **Portal Exame**. Disponível em < <http://portalexame.abril.com.br/negocios>> Acessado em 24/03/2006.

INDÚSTRIA farmacêutica faturou US\$ 5,5 bilhões em 2003. **O popular on-line**. Disponível em <<http://www2.opopular.com.br/ultimas/noticias>> Acessado em 27/12/2003.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar. **Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor**. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo, Ed. Sumaré, 1990.

LAUTIER, Bruno. **Por uma sociologia da heterogeneidade do trabalho**. Revista Latinoamericana de estudios del trabajo. São Paulo, v.5, n.9, p. 7-32, 1999.

LEI de patentes. O que é? **Economianet**. Disponível em < [www.economiabr.net](http://www.economiabr.net) > Acessado em 15/01/2004.

LEITE, Márcia. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

LOBO, Elisabeth Souza. **Modelo Japonês de Práticas Brasileiras**. In, HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LOPES, José Carlos Cacau. **A voz do dono e o dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LUCRO da Glaxo Smithkline cai devido a competição com genéricos. **Portal Exame**. Disponível em < <http://portalexame.abrilcom.br/negocios> > Acessado em 30/10/2004.

LUGONES, Roberto. **Análisis comparado de política de medicamentos**. In BERMUDEZ, Jorge Antônio Zepeda e BONFIN, José Ruben de Alcântara (org). Medicamentos e o Setor de Saúde. São Paulo:Hucitec/Sobravime, 1999.

LUIZA, Vera Lúcia e BERMUDEZ, Jorge Antônio Zepeda. **Acesso a medicamentos: conceitos e polêmicas**. In, BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Quando as boticas eram locais de reunião política**. Mimeo, 2003.

MARX, Karl. **Los fundamentos de la crítica de la economía política (Grundrisse)**. Tomo 1. Madri: Alberto Editor/Corazon, , 1971.

\_\_\_\_\_ **Contribuição à crítica de economia política**. São Paulo: Difel, 1982a.

\_\_\_\_\_ **Salário, preço e lucro**. Col. Os Economistas. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982b.

\_\_\_\_\_ e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro Editora, 1984.

\_\_\_\_\_ **O capital. Crítica da economia política**. Col. Os Economistas. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

\_\_\_\_\_ **O capital. Crítica da economia política.** Col. Os Economistas. Vol.2. São Paulo: Nova Cultura, 1988b.

\_\_\_\_\_ **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_ **Capítulo VI inédito de O Capital.** São Paulo: Editora Moraes, 1996.

\_\_\_\_\_ **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_ **A questão judaica.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MELO, Maria Gorete Martins de. **Vigilância sanitária de medicamentos.** Disponível em < [www.farmacia.ufmg.br/cespmed](http://www.farmacia.ufmg.br/cespmed) > Acessado em 23/08/2005.

MELLO, Maria Tereza Leopardi. **Questões de defesa da concorrência no setor farmacêutico.** In: NEGRI Barjas e GIOVANNI, Geraldo. Brasil: radiografia da saúde. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

MEIRELES, Cecília. **Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência.** In, Os melhores poemas de Cecília Meireles. 8 ed. São Paulo: Global, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo/Ed.Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_ **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Incentivo a assistência Farmacêutica Básica.** Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica. Brasil, Brasília, 2001.

MOURA, Alkimar R. **Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor.** . In: LAMOUNIER, Bolívar (org). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo, Ed. Sumaré, 1990.

OSAWA, Machiko. **Transformação estrutural e relações industriais no mercado de trabalho japonês.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Classe e identidade de classe na Bahia.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PÊGO, Raquel Abrantes. **A indústria farmacêutica no Brasil.** In, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Saúde e trabalho no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.

PITA, João Rui. **História da farmácia.** Coimbra, Ed. Minerva, 2000.

\_\_\_\_\_ **Farmácia e medicamento. Noções gerais.** Coimbra, Ed. Minerva, 1993.



PINHEIRO, Eloan dos Santos. **Laboratórios farmacêuticos governamentais e o sistema único de saúde.** In: BOMFIM, José Ruben de Alcântara e MERCUCCHI, Vera Lúcia (orgs.). A Construção da política de medicamentos. São Paulo, Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_ **A indústria farmacêutica transnacional e o mercado brasileiro.** In: BERMUDEZ, Jorge Antônio Zepeda e BONFIM, José Ruben de Alcântara (org). Medicamentos e a Reforma do setor de saúde. São Paulo: Hucitec-Sobravime, 1999.

POLONIAL, J. **Ensaio sobre a história de Anápolis.** Anápolis: AEE, 2000.

PULIDO-NAVARRO, Margarida e NORIEGA-ELÍO, Mariano. **Condiciones objetivas y subjetivas de trabajo y trastornos psicofísicos.** Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública. Vol.19 n.1. p. 269-277. Janeiro/fevereiro, 2003.

QUEIROZ, Sérgio e GONZÁLES, Aléxis J. Velazques. **Mudanças recentes na estrutura produtiva da indústria farmacêutica.** In: NEGRI Barjas e GIOVANNI, Geraldo. Brasil: radiografia da saúde. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

RADAELLI, Vanderléia e PEREIRA, Wellington da Silva. **Transformações recentes da estrutura produtiva na economia brasileira: observações a partir do comércio exterior e do investimento produtivo.** GEEIN – Grupo de estudos em economia industrial, Departamento de economia, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Mimeo. 2003.

REIS, André Luis de Almeida e BERMUDEZ, Jorge. **Aspectos econômicos: mercado farmacêutico e preços de medicamentos.** In: BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

RELATÓRIO FINAL DA CPI DOS MEDICAMENTOS. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os reajustes de preços e a falsificação de medicamentos, materiais hospitalares e insumos de laboratórios.** Brasília, 2000.

REVISTA RETRATOS DO BRASIL. Vol.2. São Paulo: Política editora de livros, jornais e revistas, 1984.

\_\_\_\_\_ A Ciência no Brasil. Encarte. São Paulo: Política editora de livros, jornais e revistas, 1980.

REVISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA. Fevereiro, 2004.

REVISTA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. **Setor investe mais em 2005.** nº 9, Maio/Junho 2005. Disponível em < [www.febrafarma.org.br](http://www.febrafarma.org.br) >. Acessado em 29/03/2006.

REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Ano VI, nº 19, Abril/Junho de 2005.

\_\_\_\_\_ Goiânia: Ano V, nº 16, Julho/Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_ Goiânia: Ano V, nº 17, Outubro/Dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_ **Conjuntura socioeconômica de Goiás.** Goiânia: Ano V, nº 14, Janeiro/Março de 2004.

ROMANO, Ricardo e BERNARDO, Pedro José Baptista. **Padrões de regulação de preços do mercado de medicamentos: experiência brasileira dos anos 90 e novos arranjos institucionais.** NEGRI Barjas e GIOVANNI, Geraldo. In: Brasil: radiografia da saúde. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

RUMOS da política industrial para o setor farmacêutico. **Revista Indústria Farmacêutica.** nº 9. Maio/Junho 2005. Disponível em < [www.febrafarma.org.br](http://www.febrafarma.org.br) > Acessado em 29/03/2006.

RUAS, Roberto. ANTUNES, José A. ROESE, Mauro. **Avanços e impasses do Modelo Japonês no Brasil: observação acerca de casos empíricos.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SALERMO, Mário Sérgio. **Modelo japonês, Trabalho brasileiro.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, Misael de Sousa. **A subjetividade operária: algumas considerações iniciais.** Caderno do CRH, nº 37, p. 277-288. Salvador, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria de Lourdes. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Maria Ruth dos. **Do boticário ao bioquímico: as transformações ocorridas com a profissão farmacêutica no Brasil.** Dissertação de Mestrado. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1993.

SARTI, Fernando e LAPLANE, Mariano F. **O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990.** Economia e Sociedade, Campinas, vol. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan/jun. 2002.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_ **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Refazendo a fábrica Fordista? Tecnologia e relações industriais no Brasil no final da década de 1980.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SILVER, Berverly J. **Forças do trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SILVEIRA, Paulo. BERNARDO, Doray (org). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Vértice, 1989.

SINGER, Paul. **Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento.** In, História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. 4º volume. São Paulo: DIFEL, 1986.

SMITH, Brian Abel. **?Quanto cuesta la salud?** Madri: Ed. MAPFRE, S.A, 1982.

SUFOCO geral. **Revista Indústria farmacêutica.** Nº 4, Jan/fev. 2004. Disponível em < [www.febrafarma.org.br](http://www.febrafarma.org.br) >. Acessado em 29/03/2006.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Ed. Atlas, 1994.

TEMPORÃO, José Gomes. **A propaganda de medicamentos e o mito da saúde.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

THOMPSON. E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol.1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,1987.

TUMOLO. Paulo Sérgio. **Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção** bibliográfica. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77, Dezembro/ 2001.

VELÁSQUEZ, German. **El papel del Estado em el financiamiento de los medicamentos.** In: BERMUDEZ, Jorge.A.Z. (org). Acesso a medicamentos: derecho fundamental, papel del Estado. Rio de Janeiro: ENESP, 2004.

VENDA de genéricos cresce mais que mercado de remédios. **Portal Exame.** Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/negocios> > Acessado em 01/10/2004.

VENDA de genéricos cresce 600% em 2001. **IDEC.** Disponível em < [www.idec.org.br](http://www.idec.org.br) > Acessado em 23/02/2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial.** Vol. 1. México, Siglo XXI editores, 9. ed.1999.

WOOD, Stephen J. **Toyotismo e ou Japonização.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org). Sobre o modelo japonês. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ZARIFIAN, Philippe. **Os atrativos do modelo japonês e sua relatividade. Introdução.** In: HIRATA, Helena Sumiko (org.). Sobre o modelo Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

## **OUTRAS FONTES DE PESQUISA**

Material Promocional do Laboratório A:

Folders: Qualidade é o melhor remédio. Goiânia, 2004.

Evoluindo com a vida. Goiânia, 2005.

Estatuto do Laboratório A. Goiânia, 2005.

Relatório de Atividades 2004 do Laboratório A. Goiânia, 2004.

Ofício nº. 150/2004 de 03/06/2004, do Laboratório A enviado a Procuradoria Geral do Trabalho. Goiânia, 2004.

Organograma do Laboratório A. Goiânia, 2005.

Jornal do Laboratório B:

nº 4 Setembro de 1997; nº 5 Novembro de 1997; nº 7 Dezembro de 1997; nº11 Julho de 1998; nº12 Agosto 1998; nº 13 Março/Abril de 1999; nº 15 de Outubro de 1999; nº 16 novembro de 1999; nº 20 Junho de 2000; nº 22 de Abril de 2001; nº 1 de março 2003; nº 3 Dezembro de 2004; nº 4 Abril de 2005. Anápolis.

## **SITES CONSULTADOS**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>. Acessado em 23/02/2005.

<http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=16038&word=>. Acessado em 08 jul.2005.

[www.progenericos.org.br/noticias](http://www.progenericos.org.br/noticias) . Acessado em 28/03/2006.

<http://fsc.ufsc.br/~canzian/opnioes/doenca-de-pobre.html>. Acessado em 11/12/2003.

<http://portalexame.abril.com.br/negocios>. Acessado em 24/03/2006, 30/10/2004 e 01/10/2004.

<http://www2.opopular.com.br/ultimas/noticias>. Acessado em 27/12/2003.

[www.economiabr.net](http://www.economiabr.net) . Acessado em 15/01/2004.

[www.farmacia.ufmg.br/cespmed](http://www.farmacia.ufmg.br/cespmed). Acessado em 23/08/2005.

[www.febrafarma.org.br](http://www.febrafarma.org.br). Acessado em 29/03/2006.

[www.idec.org.br](http://www.idec.org.br) . Acessado em 23/02/2005.

## **ENTREVISTADOS**

### Laboratório A

Antônio: Goiânia-Go em 23/06/2005.  
Ailton: Goiânia-Go em 20/06/2005.  
Amélia: Goiânia-Go em 10/06/2005.  
Cristina: Goiânia-Go em 02/06/2005.  
Edimilson: Goiânia-Go em 29/06/2005.  
Ester: Goiânia-Go em 04/07/2005.  
Fátima: Goiânia-Go em 20/06/2005.  
Geraldo: Goiânia-Go em 04/07/2005.  
Luiz: Goiânia-Go em 22/06/2005.  
José: Goiânia-Go em 05/07/2005.  
Joana: Goiânia-Go em 07/06/2005.  
Manoel: Goiânia-Go em 04/06/2005.  
Pedro: Goiânia-Go em 07/07/2005.  
Robson: Goiânia-Go em 23/06/2005.  
Waldivino: Goiânia-Go em 16/05/2005.

### Laboratório B

Estevão: Anápolis-Go em 20/04/2005.  
Jean: Anápolis-Go em 16/05/2005.  
Jaime: Anápolis-Go em 27/04/2005.  
Marcos: Anápolis-Go em 17/06/2005.  
Mário: Anápolis-Go em 03/05/2005.  
Neuza: Anápolis-Go em 10/05/2005.  
Natal: Anápolis-Go em 07/06/2005.  
Paulo: Anápolis-Go em 12/07/2005.  
Roberto: Anápolis-Go em 14/06/2005.  
Tomé: Anápolis-Go em 26/07/2005.  
Tereza: Anápolis-Go em 10/05/2005.

